



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS ERECHIM
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS
HUMANAS**

INAJARA ALLGAYER DIAS BOMBONATTO

**A CONFEDERAÇÃO OPERÁRIA BRASILEIRA COMO EXPRESSÃO DO
SINDICALISMO REVOLUCIONÁRIO NO PAÍS.**

**ERECHIM
2021**

INAJARA ALLGAYER DIAS BOMBONATTO

**A CONFEDERAÇÃO OPERÁRIA BRASILEIRA COMO EXPRESSÃO DO
SINDICALISMO REVOLUCIONÁRIO NO PAÍS.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências Humanas.

Orientador: Prof. Dr. Cássio Brancaleone

ERECHIM

2021

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS

Bombonato, Inajara Allgayer Dias

A Confederação Operária Brasileira como expressão do Sindicalismo Revolucionário no país. / Inajara Allgayer Dias Bombonato. -- 2021.f.105:il.8 Orientador: Professor Doutor Cássio Brancalone - Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Erechim, RS, 2021.

1. Confederação Operária Brasileira. 2. Anarquismo. 3. Sindicalismo de Intenção Revolucionária. 4. Movimento Operário 5. Classe Trabalhadora. I. Brancalone, Cássio, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

INAJARA ALLGAYER DIAS BOMBONATTO

**A CONFEDERAÇÃO OPERÁRIA BRASILEIRA COMO EXPRESSÃO DO
SINDICALISMO REVOLUCIONÁRIO NO PAÍS;**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS. Para obtenção do título de Mestre em Ciências Humanas, defendido em banca examinadora em 26/02/2021

Aprovado em: ____ / ____ / ____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Cássio Bracaleone – UFFS
Orientador

Prof. Dr. Gerson Fraga (Membro
Membro titular interno – UFFS)

Prof. Dr. Rodrigo Chaves de
Mello (Membro titular externo – UVA)

Prof. Dr. Danilo Martuscelli
(Membro suplente - UFFS)

Erechim –RS, Fevereiro de 2021.

**Dedico este trabalho ao meu amado filho,
Pedro. Sejam sempre fortes!**

AGRADECIMENTOS

Neste espaço agradeço aos docentes e discentes do Programa Interdisciplinar em Ciências da Universidade da Fronteira Sul, especialmente ao Professor Dr. Cássio Brancaleone, pela socialização de conhecimentos e pelo incentivo à produção de ciência no campo das humanidades.

Agradeço em especial à minha família, de sangue e de amor, que sustenta e fornece sentido a minha caminhada e a esse pequeno esforço intelectual.

A minha saudação

Aos que me insultaram, agrediram, caluniararam ontem; aos que me injuriaram, agridem hoje, aos que vão me offender, atacar, agredir caluniar amanhã

Não costumo responder aos ataques da imprensa. Nunca respondi, e não pretendo responder aos insultos, às provocações, às calúnias com que buscam me visar, através da independência com a qual defendo as minhas verdades interiores, injúrias que não me atingem. Ou melhor: enquanto eu estiver no gozo das minhas faculdades mentais e dentro do equilíbrio das ideias em harmonia com o meu caráter, enquanto a minha consciência for o meu único juiz, a benção de luz da minha vida interior – a resposta ao despeito, ao fanatismo, ao sectarismo, às injurias, às calúnias, será continuar a pensar e a viver nobremente a coragem excepcional de dizer, bem alto, o que penso, o sinto, o que sonho, embora toda a covardia do rebanho humano apesar dos escribas e fariseus da moral social. (...) Chovam-me sapos de toda parte: eu os comerei sem repugnância, com imenso prazer, que os sonhos me saltam da pena, e das mãos, já não cabem no coração a transbordar de Amor para toda essa pobre Humanidade cega de inconsciência, de fanatismo, de ignorância, em uma palavra, cega de ambição, e da “vontade de poder”. Não me defendo, nem acuso. Nem aceito D. Quixotes. O protesto público de solidariedade de dois ou três amigos verdadeiros, não é a atitude humilhante da defesa: sou um indivíduo e não uma “dama”. (...) As minhas armas são os meus sonhos, é a minha vida subjetiva, é a minha consciência, a minha liberdade ética, é essa harmonia que canta dentro de mim, e toda a minha lealdade para comigo mesma; e eu não maculo a minha riqueza de vida, o meu tesouro interior, envolvendo-o na mesquinhez e na perversidade das leis dos homens ou misturando-o com dinheiro (...) (MARIA LACERDA DE MOURA, 27/09/1928)

RESUMO

Esta dissertação investiga e analisa o papel do anarquismo no processo de formação da Confederação Operária Brasileira através do vetor social do Sindicalismo de Intenção Revolucionária. O estudo é de cunho bibliográfico e utiliza-se da análise teórica de documentos e resoluções oficiais da Confederação Operária Brasileira, produzidos em seus congressos e encontros, assim como, nas publicações do órgão de imprensa oficial da COB, o jornal “A voz do Trabalhador”. O recorte temporal do estudo, situa-se no período que compreende o ano de 1889 ao ano de 1930, examinando o contexto de emergência da classe assalariada no Brasil da Primeira República. O trabalho estrutura-se a partir de três capítulos que apresentam reflexões teóricas e conceituais acerca da constituição da sociedade salarial e o surgimento do movimento operário brasileiro, analisando a formação social, econômica e política do país. Igualmente, o texto discorre sobre a expressão do anarquismo no Brasil, demonstrando a confluência do seu ideário nas experiências organizativas sindicais. A pesquisa trata das estratégias e formas de luta da Confederação Operária Brasileira, avaliando sua experiência como primeira organização sindical nacional, indicando elementos que a caracterizam como expressão do Sindicalismo de Intenção Revolucionária.

Palavras-chave: Confederação Operária Brasileira. Anarquismo. Sindicalismo de Intenção Revolucionária. Movimento Operário. Classe Trabalhadora.

ABSTRACT

This dissertation investigates and analyzes the role of anarchism in the formation process of the Brazilian Workers' Confederation through the social vector of Revolutionary Intention Syndicalism. The study is of a bibliographic nature and uses as a method the analysis of documents and official resolutions of the Brazilian Workers' Confederation produced in its congresses and meetings, as well as publications of its official press organization, the newspaper "A voz do Trabalhador". The time frame of the study is located in the period from 1889 to 1930, examining the context of emergence of the salaried class in Brazil of the First Republic. The work is structured around three chapters that present theoretical and conceptual reflections on the constitution of the wage society and the emergence of the Brazilian labor movement, analyzing the country's social, economic and political formation. Likewise, the text discusses the expression of anarchism in Brazil, demonstrating the confluence of its ideas in syndicalism organizing experiences. The research deals with the strategies and forms of struggle of the Brazilian Workers' Confederation, evaluating its experience as the first national union organization, indicating elements that characterize it as an expression of Revolutionary Intention Syndicalism.

Keywords: Brazilian Workers' Confederation. Anarchism. Revolutionary Intent Syndicalism. Labor movement. Working class.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|--|----|
| Figura 1: Primeiro Congresso Operário Brasileiro – 1906..... | 69 |
| Figura 2: Selo da Confederação Operária Brasileira – COB..... | 70 |
| Figura 3: Segundo Congresso Operário Brasileiro – 1913..... | 73 |
| Figura 4: Terceiro Congresso Operário Brasileiro – 1920..... | 78 |
| Figura 5: Capa do Boletim da Comissão Executiva do III Congresso Operário Brasileiro..... | 82 |
| Figura 6: Convocatória da Confederação Operária Brasileira para o Congresso Internacional da Paz..... | 86 |
| Figura 7: Jornal da Imprensa Operária Anarquista “A vida” | 87 |
| Figura 8: Jornal da Imprensa Operária Anarquista “A vida” | 88 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|-------|---|
| ABNT | Associação Brasileira de Normas Técnicas |
| AIT | Associação Internacional de Trabalhadores |
| CGT | Confederação Geral do Trabalho |
| COB | Confederação Operária Brasileira |
| DOPS | Delegacia de Ordem Política e Social |
| CETC | Comissão Executiva do 3º Congresso |
| FORGS | Federação Operaria do Rio Grande do Sul |
| FORJ | Federação Operária do Rio de Janeiro |
| FOSP | Federação Operária de São Paulo |
| PRR | Partido Republicano Riograndense |
| UFFS | Universidade Federal da Fronteira Sul |
| UGCC | União Geral dos Construtores Civis |
| UGT | União Geral dos Trabalhadores |
| UOCC | União dos Operários da Construção Civil |

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO..... | 13 |
| 2 A PRIMEIRA REPÚBLICA E A GÊNESE DO MOVIMENTO OPERÁRIO BRASILEIRO..... | 15 |
| 2.1 O contexto econômico brasileiro como substrato da vida social e política do país na Primeira República..... | 15 |
| 2.2 Perspectiva histórica da formação do movimento operário e sua aproximação com as lutas sociais no Brasil..... | 22 |
| 3 APONTAMENTOS SOBRE O ANARQUISMO E O SINDICALISMO DE INTENÇÃO REVOLUCIONÁRIA NO BRASIL DA PRIMEIRA REPÚBLICA..... | 36 |
| 3.1 O anarquismo e sua expressão no Brasil da Primeira República..... | 36 |
| 3.2 Breve Panorama da Ação do Sindicalismo de Intenção Revolucionária no Brasil..... | 47 |
| 4 A CONFEDERAÇÃO OPERÁRIA BRASILEIRA COMO EXPRESSÃO DO SINDICALISMO REVOLUCIONÁRIO NA PRIMEIRA REPÚBLICA..... | 62 |
| 4.1 A Confederação Operária brasileira: Um esforço de caracterização..... | 62 |
| 4.2 Constituição, estratégias e formas de luta da Confederação Operária Brasileira em confluência com o anarquismo..... | 78 |
| 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 93 |
| REFERÊNCIAS..... | 97 |

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objeto de investigação a Confederação Operária Brasileira – COB, apresentando elementos constitutivos de sua formação organizacional e sua confluência com o Sindicalismo Revolucionário e com o anarquismo. Trata-se de uma pesquisa de cunho bibliográfico, que apresenta três eixos fundamentais de análise que serão apresentados em formas de capítulos nesta dissertação.

No capítulo que discute o surgimento do movimento operário brasileiro, examina-se o contexto social brasileiro no processo de transição do trabalho escravo para o assalariamento do trabalho livre. A gênese da industrialização e a formação da classe assalariada demonstram as primeiras estratégias de luta e resistência dos operários às expressões da questão social, em uma perspectiva que compreende a economia, a política e a sociabilidade do período analisado neste estudo.

A violação de direitos que atingia os trabalhadores assalariados da nação republicana era ainda mais grave para os trabalhadores negros recém libertos, em situação de extrema vulnerabilidade econômica e social. A carestia, a miséria, a falta de acesso à saúde e as condições precárias de moradia somadas as péssimas condições de trabalho e de salário, apontam para o contexto de construção de um projeto político para a classe trabalhadora.

A narrativa da historiografia tradicional que atribui a tradição de práticas sindicais revolucionárias especialmente aos trabalhadores imigrantes e que apresentam uma “cultura pacífica do povo brasileiro” na luta de classes é contemplada no debate proposto por este eixo de análise. A exposição de algumas análises acerca de levantes e revoltas populares no histórico de conflitos sociais no país, indicam a expressão de ações de rebeldia e da resistência popular, anterior ao período do assalariamento do trabalho, apontamento que denota a capacidade organizativa dos trabalhadores nacionais ainda no século XIX.

Em “Apontamentos sobre o anarquismo e o Sindicalismo de Intenção Revolucionário no Brasil da Primeira República”, apresentam-se reflexões sobre o referencial teórico e político anarquista, localizando sua práxis no interior da luta de classes como um tipo de socialismo. No segundo capítulo desta dissertação, são abordados os conceitos de Anarcossindicalismo e de Sindicalismo Revolucionário e suas manifestações no campo econômico da atuação anarquista.

A observação regional do processo organizativo sindical, contempla algumas particularidades históricas do sindicalismo revolucionário e busca apresentar a confluência do anarquismo no movimento operário em seus processos de discontinuidades e em suas

especificidades nacionais. A contextualização das correntes político-ideológicas em disputa no interior do movimento operário brasileiro, apontam para a coexistência de distintas formas de organização e estratégias de luta em disputa nos sindicatos.

O terceiro capítulo da dissertação apresenta um esforço de caracterização da COB, utilizando do sequenciamento cronológico dos Congressos Operários Brasileiros, realizados respectivamente nos anos de 1906, 1913 e 1920 para embasar os argumentos que permitem compreender a Confederação como expressão do Sindicalismo Revolucionário no Brasil. Tais análises foram tecidas a partir do estudo bibliográfico de pesquisadores que se debruçaram no exame das resoluções congressuais e da atuação da Confederação Operária Brasileira no contexto da Primeira República. Embasou-se também da consulta de arquivos e acervos históricos, utilizando-se da internet como instrumento de acesso às digitalizações dos documentos.

Este estudo foi desenvolvido a partir da inserção acadêmica no Programa de Pós Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas – UFFS, no âmbito da Linha de Pesquisa: Saberes, Processos e Práticas Sociais. Pretende contribuir com a discussão do anarquismo no âmbito das Ciências Humanas, especialmente com relação a sua interlocução com as formas coletivas de organização em torno dos movimentos sociais e dos sindicatos.

2 A PRIMEIRA REPÚBLICA E A GÊNESE DO MOVIMENTO OPERÁRIO BRASILEIRO

As reflexões tecidas nesse primeiro capítulo buscam analisar a formação social e histórica do país, tratando especialmente da constituição da Primeira República Federativa do Brasil, período compreendido por meio do trânsito entre o fim do regime monárquico em 1889 até a Revolução de 1930. Examina o contexto econômico brasileiro, bem como, o declínio do modelo econômico mercantil/exportador e o advento do modelo econômico intervencionista de base industrial. Igualmente, este capítulo explora a constituição da sociedade salarial e o surgimento do movimento operário brasileiro.

2.1 O contexto econômico brasileiro como substrato da vida social e política do país na Primeira República

A colonização no país imprimiu marcas profundas na formação social brasileira. A dominação e extermínio dos povos originários, o regime de escravidão de indígenas e negros, a economia baseada na monocultura e na produção latifundiária, foram elementos determinantes da constituição do Estado Nação. A população pauperizada, analfabeta, destituída de direitos e de proteção social, constituiu-se na força de trabalho necessária para reprodução do capital e para a manutenção da exploração dos trabalhadores, ainda que sob novas roupagens.

Escravidão e latifúndio, constituíram-se em um binômio desfavorável à conformação do Estado em uma perspectiva de cidadania e usufruto de direitos. No campo e na cidade, os escravos preenchiam todos os espaços sociais e de cima a baixo, senhores, governantes, funcionários públicos, religiosos, comerciantes, todos eram proprietários de escravos.

Além do trabalho desenvolvido em diversas atividades econômicas, o trabalho doméstico era majoritariamente executado pelas mulheres negras, assim como o cuidado das crianças e da família. Para as mulheres negras também aplicava-se a regra cruel e violadora de terem seus corpos à disposição dos senhores, homens “de bem” do período colonial.

Ao longo do processo de colonização do país, a conciliação de interesses da Igreja, do Estado e das oligarquias, que frequentemente confundiam seus papéis sociais e políticos, produziram um discurso sobre a escravidão que aliou a moral cristã aos interesses das classes senhoriais, e assim, ao desenvolvimento econômico e civilizatório do Brasil.

O fato da sociedade brasileira ser genuinamente escravista não excluía os graus de divergência e debate sobre as práticas de cativo e tráfico de escravos. Com a Independência política do Brasil e a constituição do Estado Nacional, as narrativas religiosas foram perdendo espaço para o debate nacionalista. Os questionamentos problematizavam as estruturas da nação de intenção “liberal” que estava se constituindo, saindo da condição de colônia, tornando-se um país autônomo a Portugal. Embora ainda restrito ao campo de debate da elite política e de líderes religiosos, os argumentos postos em discussão tornavam clara a incompatibilidade da escravidão com a formação de uma sociedade liberal baseada no trabalho livre e menos dependente do próprio Estado.

A análise da categoria da liberdade e do seu exercício como um direito, extrapola a lógica individual e torna-se problemática pública, comunitária, social. Movimentos independentes mobilizaram as forças populares para que a abolição fosse impulsionada, observando também a realidade de outros países que já haviam consumado o fim da escravidão, questionando as posições da Igreja e do Estado brasileiro. Nesse sentido, Carvalho, analisa que:

A independência trouxe importante mudança de enfoque na discussão da escravidão. Não se tratava mais de pessoas ligadas à metrópole discutindo a escravidão na colônia, depois de ter sido ela abolida da própria metrópole. Tratava-se agora de cidadãos de um país em formação, para os quais a escravidão representava um problema muito sério. O problema não era mais de economia metropolitana e de moral cristã. Era pura e simplesmente de formação de uma nação. Os motivos religiosos passavam a segundo plano; o motivo nacional vinha para o proscênio. E como se tratava de uma nação que começava de cima para baixo, não é de estranhar que a maioria dos que inicialmente se ocuparam do tema tenha pertencido aos membros da elite política. (CARVALHO, 2007, p.48).

Durante séculos o regime escravagista exerceu papel central na agenda do Estado expressando-se através de dinâmicas institucionais e políticas, no aprofundamento dos processos de negação da cidadania e de produção de desigualdade social. A prática institucionalizada da escravidão, que só cessou no fim do século XIX, foi elemento constitutivo do Estado Nacional e das expressões da questão social manifestadas no contexto republicano.

A Proclamação da República instituiu o laço federativo que uniu as províncias brasileiras e constituiu os Estados Unidos do Brasil com a proposta de um novo modo de gerir o poder e conduzir o povo para o centro da atividade política. No entanto, o modelo republicano manteve as práticas institucionais e políticas que atendiam fundamentalmente aos

interesses das elites do país e apartavam a população do acesso e exercício de direitos civis, sociais e políticos.

Os vetores que impulsionaram a conformação da República do ponto de vista social e ideológico passam pela organização de forças políticas-partidárias e militares. Versando sobre os partidos regionais e as elites que os representavam, verifica-se a defesa de seus interesses através de um projeto de ampliação do poder dos estados no país, primando por um modo de governabilidade descentralizado, mas baseado no poder das oligarquias regionais. Com relação a força militarizada, o principal anseio do movimento era de constituir uma república mais centralizada, baseada em processos sociais mais autoritários e verticais, com forte apelo pela unidade nacional.

A correlação de forças existente entre esses grupos, fundamentais para a Proclamação da República, apresentou momentos de disputa e alternância de poder. Em um primeiro momento há a ascensão dos governos brasileiros de inspiração militar, como nos governos de Marechal Deodoro da Fonseca e Marechal Floriano Peixoto (1889-1894), marcado por práticas de viés centralizador e autoritário, período conhecido como a “República da Espada”. No entanto, os primeiros governos militares da república não permaneceram no poder após a abertura do primeiro processo eleitoral no país com a vitória de Prudente de Moraes e sua representação essencialmente oligárquica. Após o mandato de Prudente de Moraes (1894-1898) a Presidência da República foi ocupada pelos seguintes governantes: Campos Sales (1898-1902), Rodrigues Alves (1902-1906), Afonso Pena (1906-1909), Nilo Peçanha (1909-1910), Hermes da Fonseca (1910-1914), Venceslau Brás (1914-1918), Epitácio Pessoa (1919-1922), Artur Bernardes (1922-1926) e Washington Luís (1926-1930).

A primeira Constituição Republicana promulgada em 24 de fevereiro de 1891, ratificou o sistema republicano presidencialista, implantando o federalismo a partir da estruturação de uma República Civil. Marcando a transição entre a monarquia e a república, a carta magna estabeleceu as diretrizes de estruturação administrativa do país por meio de sua descentralização. Assim, baseou-se na divisão e federação dos estados e na divisão de três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário como instâncias de execução, criação, regulação, julgamento e interpretação do sistema legal da nação.

Assegurando sua representação, as elites brasileiras transformavam seus interesses em projeto político para o país, tendo no Partido Republicano Paulista e no Partido Republicano Mineiro uma importante aliança política que se manteve no poder, ainda que em alternância, na Primeira República. Os partidos regionais tiveram amplo poder de atuação na conformação social do país através da ascensão contínua ao governo, favorecidos principalmente pela

instituição do voto aberto e da definição dos processos eleitorais que permitiam um sistema de controle político abusivo, impositivo e facilmente manipulável. Carvalho contextualiza o contexto político a partir do estabelecimento do Estado Nação, indicando que:

Do ponto de vista da representação política, a Primeira República (1889-1930) não significou grande mudança. Ela introduziu a federação de acordo com o modelo dos Estados Unidos. Os presidentes dos Estados (antigas províncias), passaram a ser eleitos pela população. A descentralização tinha o efeito positivo de aproximar o governo da população via eleição de presidente de estados e prefeitos. A descentralização facilitou a formação de sólidas oligarquias estaduais, apoiadas em partidos únicos, também estaduais. Nos casos de maior êxito, essas oligarquias conseguiram envolver todos os mandões locais, bloqueando qualquer tentativa de oposição política. A aliança das oligarquias dos grandes estados, sobretudo de São Paulo e Minas Gerais, permitiu que mantivessem o controle da política nacional até 1930. (CARVALHO, 2007, p.41)

Os direitos políticos no país permaneciam restritos e frágeis como no Império. A manutenção do direito ao voto apenas para a população alfabetizada e a ausência do voto secreto seguiram favorecendo a manipulação eleitoral e a coerção de muitos eleitores. As elites agrícolas mantinham a tessitura de suas estratégias de ampliação de poder e riqueza através de práticas coronelistas e clientelistas que legitimavam a intimidação eleitoral. O chamado “voto de cabresto” e as fraudes eleitorais constituíam-se em mecanismos que permitiam que as oligarquias seguissem revezando seus candidatos e mantendo-se na direção econômica e política do Brasil. (LEAL, 2012).

O modelo econômico mercantil exportador da Primeira República voltava-se basicamente para a atividade agrícola. A alternância de poder entre as oligarquias ditava os contornos para as atividades econômicas predominantes no país, reproduzindo a ideologia de um projeto liberal de defesa da vocação agrária e da exportação. O centro-sul através da produção do café, a região sul por meio da agricultura das pequenas propriedades, assim como, em alguma medida a região norte através da produção da borracha, concentravam as atividades econômicas naquele período, havendo clara predominância dos estados de São Paulo e de Minas Gerais nos processos econômicos e na organização política e social do país. Carvalho, nos auxilia nessa análise, discorrendo que:

A Primeira República foi dominada economicamente pelos estados de São Paulo e Minas Gerais, cuja riqueza, sobretudo de São Paulo, era baseada no café. Este produto tinha migrado do Rio de Janeiro para o sul de Minas e o Oeste de São Paulo, onde terras mais férteis e o trabalho livre dos imigrantes europeus multiplicaram a produção. Um dos problemas recorrentes da Primeira República era a superprodução do café. Os governos federal e dos estados produtores introduziram em 1906 programas de defesa do preço do café, ameaçado pela superprodução. Quando as economias centrais entraram em colapso como consequência da crise da Bolsa de

Valores de Nova York em 1929, o principal choque sofrido pelo Brasil foi a redução à metade dos preços do café e a impossibilidade de vender o estoque. A crise econômica que se seguiu foi um dos motivos que levaram ao movimento político-militar que pôs termo à Primeira República. (CARVALHO, 2007, p. 55).

O desenvolvimento econômico da Primeira República se constituiu de modo concentrado e desigual, submetendo regiões ainda não ocupadas e/ou exploradas pela agricultura a margem da riqueza produzida no país. Esse fato pode ser verificado tomando como base de análise a maioria dos estados da região nordeste e da região norte, principalmente após a “crise da borracha”, por volta do ano de 1910, onde a concorrência com o mercado externo fragilizou de modo significativo a demanda de exportação do produto e por consequência a economia regional.

No campo político e social, intensificaram-se os debates acerca das concepções da teoria econômica clássica que justificavam a vocação econômica do país para a agricultura. A crise cafeeira e a redução das exportações foram fatores que igualmente contribuíram para a problematização do modelo hegemonicamente agroexportador para a defesa de um modelo intervencionista voltado para os processos de industrialização.

Importa destacar que a acumulação do capital industrial no país foi impulsionado principalmente pela exportação do café e pela política econômica adotada pelo Estado. Através de medidas que favoreceram o crescimento da economia cafeeira e por consequência sua estrutura rodoviária, ferroviária e marítima, impulsionou-se de modo fundamental o processo de urbanização do país e o desenvolvimento de um mercado interno de consumo. Sobre o surgimento do capital industrial no país, Melo e Góes, indicam que:

Em torno da economia cafeeira, e no seu interior, desenvolveram-se os setores comerciais, bancários, agrícolas e industriais. As transformações em torno da economia cafeeira impulsionaram o processo industrial e a implementação capitalista no país. Na medida em que a economia cafeeira assumiu as relações capitalistas de produção, engendrou os pré-requisitos fundamentais ao surgimento do capital industrial e da grande indústria. (MELO, 1984, p.98 apud GÓES, 1988, p.13).

A industrialização na Primeira República desenvolveu-se a partir da implementação de indústrias de pequeno porte e do trabalho desenvolvido artesanalmente. Ainda de modo incipiente, apresentou experiências na produção de bens de consumo não duráveis. O setor da indústria têxtil, assim como o da indústria ferroviária e portuária também passaram a ter seu desenvolvimento impulsionado pela demanda do setor agrícola. Os processos de produção passam a se diversificar e evoluir a partir da expansão da demanda de bens para o

mercado interno de consumidores, incrementado significativamente pelos “trabalhadores livres”.

A correlação de forças dos blocos de poder em disputa no país e os múltiplos desdobramentos políticos do governo republicano estiveram presentes na emergência da indústria no país, inaugurando a presença de novos atores sociais e de novos interesses no campo econômico. A instituição da mão de obra assalariada, o aumento da concentração populacional nos centros urbanos, a carestia e precarização das condições de vida dos trabalhadores igualmente foram elementos presentes nessa formação.

A ordem senhorial mercantil-exportadora responsável hegemonicamente pela constituição do arranjo político do século XIX, a partir da expansão do modelo industrial, tem seu projeto de Estado e de distribuição de poder e riqueza em contestação. A organização social passa a ser discutida sob outras perspectivas ideológicas e interpretações teóricas, especialmente tratando da economia e do desenvolvimento econômico nacional.

O argumento liberal de que o Estado cumpria sua função política e econômica de primar pelos interesses da sociedade, sustentado pela atividade mercantil exportadora, não respondia às expressões da questão social. A demanda crescente da classe operária pelo acesso à serviços públicos, traduzia-se em uma realidade de ausência de políticas sociais e de violação dos direitos dos operários, fundada no conflito capital x trabalho. A crise cafeeira, abriu espaço para a problematização do custo social desta política econômica e as formas de enfrentamento da questão social que se expressavam no contexto brasileiro.

O progresso social, atribuído a vocação nacional agrícola não alcançava a massa de trabalhadores brasileiros, tão pouco atendia as demandas da classe operária. Nesse cenário de desigualdade social, outras atividades econômicas são evocadas por forças do mercado e da sociedade. O modelo industrial, encontrou na aliança entre os interesses econômicos e a questão social a possibilidade de sua ascensão produtiva.

A política de proteção do café não correspondia ao projeto de nação republicana no sentido de sua função social, especialmente no que se refere ao tratamento da questão social como responsabilidade estatal. No entanto, o ascendente setor industrial também tinha sua configuração firmada na intervenção do Estado para a defesa de seus interesses econômicos. A questão social seguia sendo tema da filantropia/caridade, ou criminalizada e tratada pela polícia. Montaño, ao tratar das concepções de pobreza, da “questão social e seu enfrentamento, esclarece que:

O enfrentamento, seja a pobreza considerada como carência ou déficit (onde a resposta são ações filantrópicas e beneficência social). Ou seja, ela entendida como mendicância e vadiagem (onde a resposta é a criminalização da pobreza, enfrentada com repressão/reclusão), sempre remete à consideração de que as causas da "questão social" e da pobreza encontram-se no próprio indivíduo, e a uma intervenção psicologizante, moralizadora e contenedora desses indivíduos. Trata-se das manifestações da "questão social" no espaço de quem os padece, no interior dos limites do indivíduo, e não como questão do sistema social. (MONTAÑO, 2012, p.274).

Ao tratar da questão social a partir de uma lógica positivista, de separação dos campos “econômico” e “social”, suas expressões são naturalizadas, individualizadas e deslocadas das contradições inerentes do sistema capitalista. As ações de filantropia, buscavam o enfrentamento da questão social, considerando a pobreza e todas as manifestações dela decorrentes, um produto da ação individual, baseada em limitações racionais, culturais e comportamentais. Teorizada, como uma questão delitativa, os pobres recebem uma espécie de identidade “marginal”, criminosa, que coloca em risco a ordem social e nesse sentido, a pobreza também deveria ser tratada como uma questão de polícia.

O Estado incorporou os trabalhadores ao novo sistema de produção, sem oferecer um modelo de proteção social que atendesse a demanda gerada a partir do assalariamento do trabalho. Não havia por parte dos industriais e latifundiários a responsabilização pela oferta de condições adequadas de vida para os trabalhadores. No contexto de dominação e violação da classe operária, o trabalho, que através de seu assalariamento, prometia a remuneração e acesso aos direitos de cidadania, passa a ser questionado pelos operários em suas contradições fundamentais, inerentes à acumulação capitalista.

A proteção social dos trabalhadores viabilizada pela economia nacional, se manteve como argumento de legitimação para que a oferta dos benefícios sociais apenas se tornasse uma realidade possível, através da produção do capital, pela oferta de postos de trabalho e dos frutos do desenvolvimento nacional. Independentemente do projeto de mercado em disputa, as políticas públicas e sociais estiveram atreladas e dependentes aos interesses do capital e de seus agentes de reprodução. As narrativas que sustentavam o lugar central do povo na constituição da Primeira República ficaram circunscritas ao discurso de sua proclamação. Nesse sentido, Cêpeda analisa esta questão, apontado que:

Se olharmos com cuidado o fundo dessa formulação, o que as políticas de proteção ao café fizeram resultou na elaboração de um discurso em que as necessidades sociais, a vitalidade do Estado e a condição da nação aparecem como dependentes da dimensão econômica. E mais, ao precisarem das políticas públicas para a resolução dos nós górdios na estrita dimensão econômica, também tornaram a economia dependente do Estado. A percepção de mútua articulação entre as

dimensões econômica, social e política, sobrepõe-se, ainda, uma visão integradora de sistema nacional – muito próximo de um argumento orgânico. Mas o resultado final produz uma viragem na relação entre o mundo da economia e a sociedade – se antes separadas ou parcialmente integradas, nessa nova configuração estão em correlação direta e seu sentido de unidade é uma via de mão dupla cimentada pelo telos da nação. (CEPÉDA, 2010, p.126-127).

A racionalidade econômica como fundamento da organização social e política do Estado Nacional, mantinha traços coloniais e escravistas, cenário expresso pela desigualdade social e étnica. As expressões da questão social manifestavam-se cotidianamente no contexto de vida da população, especialmente dos negros e negras libertos, que terminavam por vender sua força de trabalho para seus antigos “proprietários”, com salários muito inferiores aos salários de trabalhadores brancos.

Sem medidas econômicas de geração e distribuição de renda, tão pouco medidas de reforma agrária, o fim do regime escravo deixou a população de libertos em condições precárias de vida. As expressões da questão social que emergiram nesse contexto não foram tomadas como responsabilidade de Estado, nem das elites do país, traçando um paralelo entre a desigualdade econômica, social e racial, perpetuadas pelos regimes políticos do país, ao longo de sua história. (COSTA, 2000).

O trabalho assalariado instituiu novas formas de exploração do homem e a venda da força de trabalho, um modo de mediar a precariedade das condições de vida e de subsistência humana. Para além de fábricas de bens de consumo, o sistema capitalista engendrou uma fábrica de seres humanos sem-terra, sem meios de produção e com restritas alternativas de resistência e negação deste sistema.

A instituição da sociedade salarial se deu com o intuito de ajustar o modelo de produção industrial a uma nova forma de exploração da força de trabalho. A redução de custos aplicados em mão de obra e a possibilidade da exoneração do trabalhador a partir de sua inutilidade para o mercado constituiu uma equação propícia para o progresso do sistema econômico da Primeira República.

2.2 Perspectiva histórica da formação do movimento operário e sua aproximação com as lutas sociais no Brasil

Registram-se as primeiras formas de organização do operariado antes mesmo da abolição do regime de escravidão no Brasil. A gradual substituição da mão de obra escrava

pelo trabalho assalariado, ainda no Império, deu início a formação do mercado de trabalho livre no Brasil e a identidade da classe operária brasileira.

Tratando especialmente do assalariamento do trabalho, a categoria dos tipógrafos exemplifica a atuação de operários livres e as experiências iniciais de configuração da classe de cidadãos que viviam da venda da força do trabalho. Através de sua associação de caráter mutualista, os compositores tipógrafos foram constituindo formas de luta organizada que ampliavam as práticas assistencialistas das associações.

A Associação Tipográfica Fluminense teve seu funcionamento inaugurado no ano de 1853, no Rio de Janeiro. A primeira greve da categoria aconteceu em 1858, momento em que cerca de 80 tipógrafos pararam suas atividades em três distintos jornais da cidade, registro que contempla a deflagração da greve como ferramenta de luta do operariado brasileiro. Ao assumir práticas políticas que se aproximavam de uma organização operária de resistência, os compositores tipógrafos, neste caso, atuavam na construção de uma identidade coletiva, da figura do trabalhador assalariado, ainda em uma sociedade escravista. (VITORINO, 1999).

O fim do tráfico de negros em 1850, é considerado um marco histórico que sinalizou o processo de abolição da escravidão no país. No mesmo ano, o governo imperial trata da questão agrária instituindo legalmente a terra como propriedade privada. Por meio da Lei de Terras, a partir da possibilidade de compra e venda de um bem social, estrategicamente, definiu-se as bases de capitalização do campo.

Ao criar uma política de colonização agrícola que favorecia indiscutivelmente os imigrantes europeus, negros, escravos e libertos, apesar do horizonte de libertação do trabalho escravo, foram excluídos do acesso à terra e conseqüentemente desfavorecidos do acesso à seus direitos de cidadania. (DOMINGUES, 2019).

Destaca-se também a Lei do Ventre Livre, promulgada em 1871, como referencial histórico para a compreensão do contexto de surgimento do mercado de trabalho livre. Para além da análise da declaração de liberdade dos negros nascidos no Brasil a partir daquele momento, a legislação inscrevia-se como um elemento estratégico das classes dominantes no processo gradual do fim do trabalho escravo, demarcando a intervenção do Estado nesta transição e sua aliança com as elites do país.

A Lei de Locação de Serviços, sancionada em 1879, tinha por objetivo regular o mercado de trabalho livre no Brasil. A legislação estabelecia distintos prazos de cumprimento de serviço, novamente favorecendo os imigrantes, assim como, proporcionava incentivos aos latifundiários que contratassem mão de obra estrangeira, à exceção de imigrantes asiáticos e africanos. Nas palavras de Domingues:

A nova Lei de Locação de Serviços surgia como a possível solução para todas as mazelas acerca da regulamentação do trabalho livre no país. Seu propósito era garantir o controle da mão-de-obra pela elite fundiária, garantindo a “saúde” da produção agrícola. De forma inédita na história do Brasil, a nova lei trazia um artigo que reprimia as greves e criminalizava seus protagonistas. Ao analisar o dispositivo que rege o tempo dos contratos, mais uma vez, percebe-se um tratamento diferenciado para o imigrante, para o trabalhador nacional e, numa situação desvantajosa, encontravam-se os negros forros, que pela Lei do Ventre Livre de 1871 ficavam obrigados a prestar serviços por sete anos: Um a mais que o “nacional” e dois a mais que o branco imigrante europeu. (DOMINGUES, 2019, p.25).

Este trabalho não irá aprofundar o debate sobre os marcos históricos legais do período colonial e imperial brasileiro. No entanto, problematiza estes elementos identificando o papel das classes dominantes e do Estado na construção de uma política imigrantista discriminatória de institucionalização do lugar de subalternidade dos trabalhadores nacionais, especialmente os negros. Assim, analisa a constituição da classe trabalhadora brasileira através dos processos históricos e seus desdobramentos ideológicos, econômicos, políticos e sociais, a partir da colonização.

O modelo econômico do Brasil Império que se baseava predominantemente nas atividades latifundiárias, transitou gradualmente para o modelo urbano-industrial, que por sua vez caracterizava-se pelo desenvolvimento do mercado interno de consumo e pela implementação dos processos de industrialização. O trabalho assalariado torna-se demanda do desenvolvimento capitalista e a partir do surgimento do trabalhador assalariado urbano a face da sociedade brasileira também se modificou. A introdução do trabalho livre e a incorporação de significativo contingente de trabalhadores imigrantes trouxeram ao país novos modos de apreender o mundo e as relações sociais.

O desenvolvimento da vida urbana não se deu de modo autônomo ao desenvolvimento da industrialização e contou com a mão de obra assalariada na construção de ferrovias, portos e edificações. O processo de industrialização e as atividades comerciais de importação e exportação foram intensificadas, assim como a concentração populacional nos centros urbanos. A partir da expansão da indústria acelerou-se o processo de urbanização, instaurando uma dinâmica de modificações nas dimensões estruturais e no modo de produção, coexistentes e necessárias ao desenvolvimento do capital. (GÓES, 1988).

A classe operária no Brasil nasceu heterogênea, seja pela questão étnica, seja pela questão biológica e de gênero, visto que abrangia homens, mulheres e crianças, de distintas faixas etárias. Migrantes das áreas rurais, libertos e imigrantes, fundamentalmente europeus, buscavam no trabalho remunerado melhores condições de vida.

Esse contingente de trabalhadores de diferentes origens culturais e sociais imprimem sua marca na transformação das cidades e na formação de um mercado de trabalho e de consumo que vai se constituindo no momento da industrialização, principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo, constituindo os primeiros núcleos de operários do país. Utilizaremos das contribuições de Samis, que apresenta dados referentes a composição populacional e o desenvolvimento industrial nestas cidades:

[...] Em 1890, o Rio de Janeiro contava com 522.000 habitantes, número que, em 1906, cresceria para 811.443. Neste ano estavam concentrados na indústria 83.243 trabalhadores, em contraste com 66.062 postos ocupados no comércio e 14.214 nos transportes. Em 1907, encontravam-se no Rio de Janeiro cerca de 30% das indústrias de todo o país, enquanto São Paulo ficava com a proporção de 16% das empresas tomando-se o mesmo parâmetro. (SAMIS, 2008, p.6).

A mão de obra escrava que até então fora satisfatória, no processo de assalariamento do trabalho, passou a receber a concorrência dos trabalhadores estrangeiros. Como exposto anteriormente, a imigração europeia era beneficiada por programas governamentais de subsídio. Por meio da propaganda brasileira do Estado em desenvolvimento, os imigrantes eram fortemente atraídos pela proposta do cultivo de terras, do trabalho assalariado e de uma vida próspera.

Ao problematizarmos os interesses de raça e de classe que movimentavam as ações do Estado, a partir dos discursos de escassez de mão de obra livre e de superioridade da capacidade de trabalhadores imigrantes, podemos identificar um complexo processo ideológico de legitimação da exclusão social do negro no mercado de trabalho e no acesso aos frutos do desenvolvimento do país. De acordo com Giralda Seyferth, o projeto político da imigração:

[...] Não envolveu apenas as discussões sobre questões objetivas, como a necessidade de ocupar os vazios demográficos no Sul do país e do estabelecimento de colônias com pequenos proprietários policultores, a substituição do escravo pelo trabalhador livre, ou mesmo sobre o papel mais geral do imigrante na passagem de uma economia escravista para uma economia capitalista. Os aspectos econômicos e até sociais da imigração, em muitos momentos foram suplantados no discurso da elite brasileira pela ênfase dada ao papel branqueador atribuído ao imigrante europeu e suas implicações na formação de um povo brasileiro. (SEYFERTH, 1991, p.174).

Já no século XIX, os imigrantes constituíam a base da força de trabalho assalariada no país, ocupando postos de trabalho na maioria das funções. Em geral, concorriam com nacionais na ocupação das melhores posições no mercado de trabalho livre, restando aos trabalhadores brasileiros e aos libertos ocupações laborais ainda mais subalternizadas.

Utilizaremos alguns dados para subsidiar a compreensão do cenário de formação da classe trabalhadora no Brasil, nesse momento, com dados da cidade de São Paulo:

Segundo o censo de 1893 realizado na capital de São Paulo, os estrangeiros constituíam 54,6% da população total e um índice ainda maior da força de trabalho. Dos 10.241 trabalhadores classificados como artesãos (os operários de construção civil devem ter sido incluídos nessa categoria) 85,5% nasceram no exterior. Na manufatura, 79% eram imigrantes; nos transportes e setores afins, 81%; no comércio, 71%. Excluindo as pesquisas no setor agrícola, os estrangeiros constituíam 71,2% da força de trabalho total da cidade. (MARAM, 1979, p.15-16).

Importa refletir que existem poucas pesquisas que apontem com exatidão dados quantitativos sobre a representação dos imigrantes no país e na força de trabalho existente, bem como, tratam-se de dados que apontam cenários pontuais, fundamentalmente em São Paulo, Santos e Rio de Janeiro. Assim, torna-se necessário problematizar tais evidências em consonância com demais elementos que possam dar consistência a este argumento e que serão discutidos ao longo deste estudo.

A cidade de Santos em São Paulo, tinha como principal atividade econômica o setor portuário. Sob concessão da Companhia Docas de Santos, as obras de ampliação de infraestrutura, operação e saneamento apresentavam a maior oferta de postos de trabalho da cidade. Atividades laborais de manuseio de cargas, armazenamento de produtos, construção e manutenção da estrutura portuária empregavam especialmente homens em idade adulta. Ainda usufruindo das contribuições de Maran (1979, p.17): “Em 1913, o censo municipal de Santos revelava que os imigrantes representavam 45% da população total; na área urbana chegavam a quase 54% da população masculina(...)”. Dessa forma podemos analisar que o índice de imigrantes na cidade apresenta relação direta com a ocupação dos postos de trabalho e com a expressiva presença dos imigrantes na formação da classe operária neste território.

Com relação a cidade do Rio de Janeiro, então capital federal do país, embora existam fragilidades nos resultados encontrados sobre o cenário laboral da Primeira República, utilizaremos de alguns indicativos para contribuir no processo de análise da constituição do operariado brasileiro. Neste período, a capital estabelecia-se como o maior centro econômico exportador e sua população representava a maior concentração demográfica do país. Sobre os dados população assalariada, Maram aponta que:

O censo municipal de 1906 da cidade do Rio de Janeiro também deve ser usado com cuidado, pois também subestimou grosseiramente a população de força de trabalho industrial. Por exemplo, tabulou 2.934 como sendo a quantidade total de operários, empregados diversos e pessoal administrativo na indústria têxtil. A pesquisa feita

pelo Centro Industrial do Brasil, em 1907, mostrou que o número de trabalhadores daquela indústria era quase quatro vezes maior. O censo indica que 44% das 116.092 pessoas empregadas nas ocupações industriais eram estrangeiros, larga maioria dentre os 31.800 empregados nas fábricas de materiais de construção e dentre os 3.585 empregados na transformação de alimentos. (MARAM, 1979, p.18)

A análise da formação da classe trabalhadora livre na cidade sede do governo e o seu contexto laboral indicam especificidades com relação a organização do movimento operário e sua interlocução com outros estados. Na cidade do Rio de Janeiro registram-se as primeiras greves de trabalhadores livres no Brasil, no Império e na Primeira República. A relação da população com o Estado, assim como, a resposta do Estado às ações do movimento operário e a questão social, são fatores que devem ser considerados a partir de uma perspectiva que contemple a proximidade geográfica da população com o centro do poder. Assim, articulando este determinante com as características do processo de industrialização e urbanização da região, pode-se compreender a relevância dos fenômenos registrados no Rio de Janeiro na história do trabalho nacional.

Ao tratar da greve geral de Salvador, no de 1919, podemos verificar alguns dados que caracterizam o mercado de trabalho e a experiência de organização do movimento no estado da Bahia, no entanto, os dados apresentados são do ano de 1920. O entrelaçamento étnico e o recorte de gênero podem ser analisados no trabalho de Castellucci, que propõe a contextualização da evolução da identidade dos trabalhadores baianos na Primeira República, especialmente na onda de greves deste período, indicando que:

Dali em diante, o incêndio rapidamente se alastrou, convertendo-se numa greve geral que paralisou toda a cidade, que à época possuía, segundo dados do Censo Demográfico e Industrial de 1920, 283.422 habitantes, dos quais 45.653 (26.955 homens e 18.698 mulheres), ou seja, 16,1 por cento, eram artesãos e operários de oficinas, manufaturas e fábricas e do setor de extração, 3.212 (1,1%) eram trabalhadores dos transportes marítimos e fluviais e 5.770 (2,0%) eram trabalhadores dos transportes terrestres, perfazendo uma classe trabalhadora de 54.635 pessoas, isto é, 19,2 por cento da população soteropolitana. Este número era, contudo, ainda maior, pois não contabilizava a atividade comercial e financeira, que empregava 15.780 (5,6%), a administração pública, com 3.406 (1,2%), a administração particular, com 1.185 (0,5%) e o sacerdócio e profissões liberais, com 5.932 (2,0%), setores geralmente tipificados como de classe média, mas que tinham muitos dos seus membros vivendo em situações muito semelhantes ou até inferiores às dos trabalhadores manuais. As estatísticas mostram, ainda, que a classe operária soteropolitana era essencialmente negra e mestiça, posto que a imigração em massa para o Brasil não havia sido canalizada para a Bahia, do que resultou que, em 1920, os estrangeiros eram apenas 10.600 em todo o estado e 7.763 na capital (principalmente espanhóis e portugueses), dos quais tão-somente 830 eram da classe trabalhadora. (CASTELLUCCI, 2005, p.58).

No interior da classe operária em formação existia inicialmente um ambiente de animosidade entre os trabalhadores nacionais e os imigrantes. Motivado principalmente pela concorrência no mercado de trabalho e pelo contexto de preterimento dos operários brasileiros em postos de trabalho que exigiam maior qualificação e conseqüentemente melhores salários, o argumento dos trabalhadores baseava-se na usurpação destas vagas de trabalho pelos estrangeiros e nos discursos nacionalistas.

Nesse sentido, atribui-se papel importante a imprensa operária, especialmente anarquista, que contribuiu com o debate sobre a imigração, elucidando a face do verdadeiro inimigo da classe trabalhadora e conclamando a unidade da classe operária na luta contra o capital. Para desenvolver nossas reflexões, utilizaremos das contribuições de Góes:

Com o intuito de neutralizar essa tendência contra os imigrantes, alguns jornais foram fundados, como O Estrangeiro, L'Operario Italiano, mas é principalmente a imprensa anarquista que está sempre a chamar a atenção dos trabalhadores no sentido de que o inimigo comum deles é o Estado, o capital e os patrões, e que os males de que sofrem não advêm dos imigrantes “tão miseráveis e famintos como os nacionais” [...]. (GÓES, 1988, p.30-31).

A realidade do trabalho livre era muito parecida para brasileiros e imigrantes. Submetidos a péssimas condições de trabalho no campo, migravam para os primeiros centros urbanos atraídos pela oportunidade de encontrar melhores condições de trabalho, dos salários e do custo de vida na cidade. No entanto, o cenário da Primeira República era de exploração e privação de direitos.

O contingente feminino e infantil foi absorvido principalmente pela indústria têxtil. Os salários pagos aos homens não eram suficientes para o custeio das despesas fundamentais das famílias. As mulheres, para além do trabalho doméstico, passam a acumular em sua jornada diária, o trabalho assalariado. Mesmo assim, as famílias em geral, não obtinham salários suficientes para a cobertura do custo de vida.

Para igualar as despesas e ainda fazer alguma economia, os homens estimulavam suas mulheres e filhos a trabalhar fora. Se isso ainda não fosse suficiente, outros sacrifícios deveriam ser feitos. Em 1913, o relatório da indústria têxtil do Rio apontava que, numa família de cinco pessoas, na qual o pai, a mãe e os três filhos tinham empregos fixos, ainda faltariam 12\$000 para cobrir as necessidades mínimas mensais. Para eliminar o déficit “os trabalhadores são forçados a renunciar às necessidades absolutas da vida, condenando-se a si próprios a uma morte lenta...trabalhando mais que sua força permite e alimentando-se menos que seus corpos necessitam para funcionar normalmente. (MARAM, 1979, p.120).

As mulheres e as crianças sofriam ainda mais com a exploração do capital no mundo laboral. Especialmente tratando do trabalho nas indústrias, espaço em que não haviam adaptações estruturais e de jornada de trabalho, havendo ainda, salários mais baixos para a mão-de-obra feminina e infantil. A imprensa operária denunciava tais condições, referindo-se também as ocorrências de assédio e de violência que as mulheres sofriam, criando uma atmosfera que incentivava a participação das trabalhadoras assalariadas nos processos de luta e resistência do movimento operário.

O trabalho da mulher no processo da industrialização brasileira não apresenta vasta produção bibliográfica e documental. Alguns estudos consideram a participação feminina na formação da classe operária, no entanto, identifica-se uma espécie de silenciamento sobre o protagonismo da mulher neste contexto histórico. Recorrendo ao estudo de Saffioti sobre o trabalho da mulher no Brasil, utilizaremos alguns dados para análise da proporção do contingente feminino na gênese industrial:

O censo de 1900 revelou uma participação feminina de 31% nas atividades manufatureiras e de mais de 32% no campo das artes e ofícios. No ramo têxtil, quando do censo de 1920, momento em que este setor apresentava ainda alto significado no contexto brasileiro, as mulheres contribuíam com mais de 65% dos contingentes ai empregados e com cerca de 70% da mão-de-obra do setor cafeeiro. (SAFFIOTI, 1982, p.117).

Além do trabalho assalariado, a luta política e os processos de resistência ao capital contavam com a presença da mulher, seja nas ações diretas contra as violações a que estavam submetidas, como na soltura dos operários e militantes presos. Através das denúncias realizadas na imprensa, de mobilizações e procedimentos legais efetivados nas delegacias de polícia, intervinham de modo direto na libertação dos trabalhadores. As mulheres também atuavam na criação dos Centros Sociais e na implementação de escolas, inaugurando práticas culturais e pedagógicas como instrumento de organização política e social.

Privadas do acesso à educação, as crianças em sua grande maioria ingressavam no trabalho antes mesmo de se inserirem na escola. Com salários menores que os dos adultos e jornadas de trabalho muito parecidas, as violações contra as crianças eram ainda maiores. A autorização do uso do trabalho infantil pelo capital e a ausência de regulamentações referentes a faixa etária, funções e jornadas de trabalho, submetia a infância da classe operária a privações, adoecimentos e acidentes de trabalho graves.

O ambiente insalubre das fábricas era denúncia constante dos trabalhadores e trabalhadoras. Se os adultos adoeciam frequentemente, as crianças que se encontravam em fase especial de desenvolvimento eram ainda mais atingidas. Não bastasse a escassez das

necessidades essenciais da vida, os castigos físicos eram comumente aplicados às crianças que não se adequavam as normas de funcionamento das fábricas e da produtividade laboral.

Embora houvesse o esforço da classe dominante em justificar o trabalho infantil e minimizar suas graves violações, as condições de trabalho a que as crianças estavam submetidas podiam ser verificadas cotidianamente. Em sua pesquisa, Maram aponta que:

Não eram incomuns os castigos físicos aplicados às crianças que não atingiam suas quotas de produção ou que eram apanhadas dormindo no local de trabalho. E, por receberem tarefas extremamente cansativas e utilizarem equipamento potencialmente perigoso, eram vítimas frequentes de sérios ferimentos. Na companhia têxtil Cruzeiro, três menores, de 11 e 12 anos de idade, trabalhavam em uma caldeira profunda, cumprindo sua tarefa rotineira de preparar o material a ser tingido. A caldeira aqueceu-se repentinamente, e as três crianças ficaram seriamente queimadas. Tais acidentes eram frequentes. Duas dessas crianças já haviam sido queimadas anteriormente, uma delas há apenas oito dias antes. Seis meses atrás outra criança teve o braço mutilado ao operar uma máquina. (MARAM, 1979, p.123-124).

O trabalho das crianças no período da Primeira República alcançava o campo e a cidade, estendendo-se também para as ruas, sendo comum ocupações como engraxates, vendedores de bilhetes e auxiliares de ambulantes. No entanto, o cenário mais grave se dava no confinamento das fábricas e nas expressões de insalubridade e periculosidade das funções nas quais as crianças eram empregadas. As jornadas de trabalho eram extenuantes, variando de dez a quatorze horas, principalmente nas indústrias têxtil e alimentícia, o que não anula a presença do trabalho infantil em outras área de produção.

O ambiente de insalubridade e privação de condição adequadas de trabalho era comum no ambiente da fábrica e na moradia dos trabalhadores. As péssimas condições de habitabilidade eram agravadas pelas questões sanitárias e implicavam diretamente nas condições de saúde do trabalhador. A fim de contribuir com a análise das condições habitacionais no contexto da classe operária, ainda que em um território específico, alguns dados apresentados na pesquisa de Maram serão demonstrados:

[..] Dois funcionários da Saúde Pública relataram ao Congresso Brasileiro de Medicina de outubro de 1918 que apenas 15% das casas de cômodos no Rio de Janeiro dispunham de um banheiro para cada 20 pessoas. Em 10% dos cortiços, 100 a 200 pessoas compartilhavam o mesmo banheiro. Em tais condições, as doenças proliferavam. O índice de mortalidade por tuberculose e coqueluche era o dobro do que em qualquer outro lugar; por caxumba, era o triplo; e por varíola, quase o quádruplo; Quadros mórbidos foram relatados por outros observadores em São Paulo e Santos. (MARAM, 1979, p. 124).

A questão habitacional também foi atravessada pelos interesses de dominação e controle da classe operária. Ações de despejo e demolição foram realizadas pelo Estado, afastando a classe operária da área central da cidade e da localização das fábricas que estavam empregados. Obtendo os territórios e imóveis mais valorizados dos centros urbanos, as classes dominantes tiveram seus interesses econômicos contemplados.

Os operários estabeleciam-se comumente nas periferias, em casas de poucos cômodos, com acesso precário a luz, ventilação e água potável. Uma alternativa criada pelos industriais foi a implementação de condomínios habitacionais de propriedade fabril, que eram locados aos trabalhadores. As vilas operárias serviam também como método de controle do modo de vida das famílias para além da jornada de trabalho, tendo em vista as normas estabelecidas pela fábrica que definiam questões fundamentais do cotidiano dos operários nos condomínios.

A ação fabril de construção das vilas operárias, manifestava-se como controle da mão-de-obra assalariada e exploração de seus recursos financeiros. Essa tentativa de cooptação da subjetividade dos operários se expressava igualmente nas tentativas de oferta de lazer. Os patrões buscavam na presença das famílias operárias, proporcionar atividades que tinham por objetivo preencher o tempo livre do trabalhador e aproximá-lo dos ideais dominantes. O trabalho de Góes nos auxilia nesta análise, indicando que:

[...]Essas casas construídas pelas fábricas eram alugadas por preços nem sempre baixos. Os moradores não tinham liberdade de entrar e sair a qualquer hora e não podiam receber visitas sem a prévia autorização da fábrica. Havia ainda o monopólio de venda de alguns produtos, como o carvão, combustível para as cozinhas que só podia ser vendido por um fornecedor autorizado pela fábrica. Qualquer distúrbio que houvesse, ou qualquer ocorrência que fosse considerada atentado à moral, o acusado era expulso da fábrica. [...] (GÓES, 1988, p.49).

Em uma conjuntura marcada por séculos de escravidão e negação dos direitos de cidadania, manifestavam-se na sociedade inúmeras expressões da questão social, em um sistema econômico que articulava a acumulação concentrada do capital e o empobrecimento da população. A distribuição desigual da riqueza e dos bens socialmente existentes, intensificavam o contexto de escassez em que vivia a classe operária. Faremos uso do conceito de Cerqueira, que define a questão social como:

É o conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos que o surgimento da classe operária impôs no curso da constituição da sociedade capitalista. Assim, a “questão social” está fundamentalmente vinculada ao conflito entre o capital e o trabalho. (CERQUEIRA, 1982, p.21).

Diante da ausência de uma política de proteção social, as estratégias de enfrentamento e superação ao pauperismo vivenciado pelos operários, inicialmente materializam-se na organização de associações. O objetivo principal das associações era a sobrevivência dos operários, em situações de vulnerabilidade por morte, adoecimentos e acidentes de trabalho. Embora não apresentassem formas de luta contra o patronato, as associações já indicavam a percepção do movimento operário brasileiro da indissociável relação da questão social com as contradições do sistema capitalista e a exploração do trabalho.

O “trabalhador livre” que necessitava exclusivamente da venda de sua força de trabalho como forma de subsistência, relacionava-se com a dimensão da desigualdade não somente no que se referia à esfera material. A desigualdade expressava-se na relação entre as classes, visto o lugar subalternizado que o operariado ocupava na sociedade. As esferas intelectual, cultural, moral e política dão conta também da dimensão subjetiva do operário inscrito na dinâmica exploratória das relações sociais e incidiam diretamente na ação dos sujeitos enquanto construtores de sua própria história. (IAMAMOTO, 2010).

As primeiras formas de associação para a resistência às expressões da questão social se constituíram em espaços de sociabilidade que abrangiam a interação de indivíduos oriundos de espaços e territórios distintos, porém, com uma condição em comum, a ausência de condições essenciais à manutenção da vida. Por meio do fortalecimento destes laços comunitários, possibilitou-se a elaboração e o avanço dos repertórios de luta dos operários e os primeiros arranjos de organização da classe.

O associativismo emergiu como prática social que buscou sanar as necessidades humanas por meio do princípio da solidariedade entre os pares. Caracterizava-se como um sistema voluntário de contribuição para um fundo comum, utilizado de acordo com as demandas eleitas pelos associados e as regras pré-estabelecidas coletivamente. Tratando das associações mutualistas importa ressaltar que não se tratavam especificamente de organizações inscritas no âmbito do trabalho, mas que permeavam as relações sociais entre as classes. No entanto, constituiu-se como uma importante estratégia de sobrevivência da classe operária, tendo em vista principalmente a sua vulnerabilidade social e econômica. (LINDEN, 2013).

Ao tratar das organizações inscritas no mundo do trabalho, identifica-se que as associações de caráter mutualista se instituíram como espaços de convivência e como núcleos de deliberação sobre o modo de organização da vida e da sociedade, temporalmente situadas entre os séculos XVIII e XIX, durante o processo de industrialização.

Nesse período, e durante todo o século 19, as associações e as cooperativas figuraram dentre as principais formas de organização e de resistência dos trabalhadores ao processo de expansão mundial do capitalismo. Até a Comuna de Paris, em 1871, a associação foi o princípio articulador de relações sociais igualitárias, coletivistas e democráticas dos trabalhadores que se espalhou pelos países que então formavam a Europa. (NOVAES, 2011 p.172).

Os elementos de composição do mutualismo se expressavam nas associações de consumo, de produção e de crédito. Sua cultura se difundiu como possibilidade de subversão do sistema, haja vista o objetivo das associações de operários que buscavam através de suas ações a abolição dos meios de produção, das relações de produção e da exploração do homem pelo trabalho.

Assim, o mutualismo inaugurou um modo de pensar que se traduziu em uma atmosfera cultural, política e militante que impactou diretamente a formação da classe operária. Para além dos registros formais, manifestos, estatutos e jornais, pode-se afirmar que foi através dos rituais, reflexões e costumes cotidianos que os trabalhadores associados materializaram importantes ferramentas pelas quais apreenderam o mundo, as relações sociais e a identidade coletiva de sua classe. (BATALHA, 2004; FOOT, 2002).

Os operários da “primeira geração”, já no século XVIII e com ampla expressividade no XIX, promoviam ações de resistência baseando-se na negação da relação de subordinação entre a fábrica e os trabalhadores. Assumindo a identidade de operário, reconheciam-se por meio da identificação com o produtor e não como trabalhador, expropriado de sua produção. Ao negar sua condição de subalternidade diante de uma relação controlada pelo capital, negava-se igualmente o instrumento do emprego como responsável pela utilização do operário para fins alheios de seu propósito individual, como ser histórico e social.

O ambiente de formação da classe operária no Brasil é permeado por conflitos políticos que atravessaram o campo e a cidade. Para além das questões estruturais do mundo do trabalho, haviam impasses no âmbito da política e da participação popular. Camadas populares urbanas e rurais, ao longo da Primeira República, provocaram revoltas contra medidas estatais que violavam seus territórios, suas tradições e seu modo de vida, em um contexto histórico que envolve a escravidão, considerando a primeira classe trabalhadora do Brasil, negra.

Com distintos graus de autonomia popular, importantes revoltas aconteceram no Brasil. A revolta de Canudos (1896 - 1897) na região nordeste e do Contestado (1912-1916) na região sul, foram conflitos que tiveram a presença de setores populares autônomos em disputa com o Estado e com as oligarquias, nos limites do campo, lutando por seus territórios e

valores culturais. Os setores populares tiveram períodos de resistência, porém nas duas experiências, os conflitos cessaram com a morte da maioria dos populares envolvidos pelas forças do governo.

No Rio de Janeiro, a Revolta da Vacina em 1904 foi motivada pelas péssimas condições de vida que assolavam as camadas populares. A precariedade da oferta de saneamento básico contribuía com a incidência de doenças que se proliferavam na cidade e o modo de enfrentamento adotado pelo governo: a vacinação obrigatória anti-varíola, foram elementos que suscitaram o conflito. Igualmente insatisfeitos com questões como a carestia de vida, os trabalhadores tomaram às ruas por quatro dias consecutivos, contra a vacinação compulsória e por condições dignas de vida. O movimento teve apoio dos militares, ainda que em função de ganhos secundários, mas constituiu-se essencialmente como um movimento popular que enfrentou agentes de saúde pública e da polícia, alcançando a modificação do caráter compulsório da Lei da Vacina, tornando seu uso facultativo. Houveram prisões e deportações de populares que participaram da revolta.

Os militares também lideraram movimentos rebeldes de oposição ao governo, resultando em Revoltas nos anos de 1922 e 1924. O Movimento Tenentista era formado fundamentalmente por jovens militares de baixa patente que buscavam transformar a política brasileira, libertando-a do domínio oligárquico da burguesia cafeeira e de seus aliados. Diferiam-se dos trabalhadores e dos setores populares por estarem organizados em uma instituição de caráter nacional, dispoendo de armamento e relativa rede de contatos no território.

Os discursos que atribuem ao povo brasileiro a pacificidade social podem ser questionados também pela análise de movimentos populares que se insurgiram ainda no século XIX. Exemplos como a Insurreição Praieira (1848-1850), a Greve dos Tipógrafos – 1858, o Motim das Mulheres contra o serviço militar obrigatório (1875 - RN), a Revolta do Vintém (1880- RJ, 1883- PR) são alguns indicativos que contribuem com essa problematização no sentido de melhor compreender os conflitos sociais e políticos do país e as formas de resistência e luta popular.

O debate acerca do direito do homem e das nações à liberdade, contribuiu com a difusão de ideais liberais e abolicionistas, bem como, com o espraiamento de ideias anarquistas. Também nesse contexto, os movimentos em favor da independência e as revoltas regionais criaram um ambiente favorável a organização de movimentos de resistência nacionais.

Ao examinarmos o contexto histórico que envolveu o trabalho escravo e o trabalho assalariado livre, podemos encontrar importantes conexões que atravessaram a formação da

classe operária. Nesse sentido, há que se identificar que a primeira classe trabalhadora do país era negra e escrava e apresentava formas coletivas de resistência ao regime. As revoltas escravas e a formação de quilombos, compõem uma relevante experiência popular na construção de ações de resistência e rebeldia, em um contexto de transformações políticas e ideológicas mundiais. Sobre este tema, Reis afirma que:

Se os quilombos representaram uma rebeldia ambígua, as rebeliões escravas constituíram a mais direta e inequívoca forma de resistência coletiva. Quando o escravo conspirava uma revolta, ele raramente contava com a possibilidade de acordo. Mas nem toda revolta visava a destruição do regime escravocrata, ou mesmo a liberdade dos escravos nela envolvidos. Muitas visavam apenas corrigir excessos de tirania, diminuir até um limite tolerável a opressão, reivindicando benefícios específicos — às vezes a reconquista de ganhos perdidos — ou punindo fatores particularmente cruéis. Eram levantes que almejavam reformar a escravidão, não destruí-la [...]. (REIS, 1995/1996, p.21-22).

Atuantes nas relações de poder, os escravos identificaram na luta coletiva a possibilidade de negociação por melhores condições de vida, mesmo dispondo de poucos recursos políticos e da falta de acesso às leis do Estado. Muitos escravos rebelavam-se e se uniam à revoltas regionais demarcando seus interesses e constituindo uma experiência de classe que os unia contra a escravidão e contra seus opressores, considerando nesta análise, as especificidades étnicas, culturais e regionais deste processo no Brasil.

Na esfera do trabalho livre, a busca da ampliação da participação social e a luta contra o modo de exploração e precarização da vida foram os pilares da formação dos núcleos de ação operária e das atividades grevistas contra as intervenções do poder público e do patronato. Com o desenvolvimento dos centros produtores e exportadores de mercadorias, a concentração dos operários nas regiões urbanas favoreceu a constituição de associações de trabalhadores livres, com registros das primeiras greves no período imperial. O movimento operário viveu momentos de ascensão nas primeiras décadas do século XIX e no contexto de conflitos da classe operária, o anarquismo exerceu importante função na constituição das primeiras associações, ligas e sindicatos.

3 APONTAMENTOS SOBRE O ANARQUISMO E O SINDICALISMO DE INTENÇÃO REVOLUCIONÁRIA NO BRASIL DA PRIMEIRA REPÚBLICA

As primeiras experiências de organização da classe trabalhadora livre em interlocução com o Anarquismo, apresentam elementos políticos e ideológicos que contribuem com o debate acerca do aprofundamento dos conflitos entre capital/ trabalho no período da Primeira República. Nesse sentido, busca-se analisar as categorias centrais de compreensão do Anarquismo e a confluência de seu pensamento nos espaços políticos do país, contextualizando as suas primeiras experiências organizativas e sua contribuição na criação das associações mutualistas, ligas de resistência e nos sindicatos revolucionários.

3.1 O anarquismo e sua expressão no Brasil da Primeira República

O surgimento do anarquismo no Brasil é analisado neste estudo a partir de uma perspectiva transnacional. Isto implica em considerar os estudos comparativos das redes de formação anarquistas internacionais através de uma visão global de suas interações e de sua constituição a partir do surgimento da classe operária, como um tipo de socialismo. A abordagem do ideário anarquista sob a perspectiva de sua interlocução com distintas experiências da classe trabalhadora no mundo, contribui com o debate teórico de reavaliação do papel do anarquismo nos espaços sindicais e políticos brasileiros.

Avaliando a necessidade de uma redefinição teórica e conceitual do anarquismo, entende-se que a ampliação do escopo geográfico de seu estudo é fundamental para o fortalecimento de metodologias de análise de sua tradição histórica. A desvinculação do termo, no sentido empobrecido da “anarquia”, como produção de desordem, desorganização, destruição, é uma exigência contemporânea, que problematiza e repara o equívoco da tomada do “senso comum” como verdade histórica do anarquismo. A simplificação conceitual do termo, tratada por muitos clássicos da literatura política, como um “movimento imaturo” do socialismo libertário, baseado no “questionamento do poder e do Estado”, também é compreendida nesta pesquisa, como um elemento desfavorável a compreensão do anarquismo e de sua práxis libertária.

A crítica a dominação, a defesa da autogestão e a estratégia fundamental são eixos fundamentais para a definição conceitual do anarquismo neste estudo. A análise destes elementos constitutivos ampliam a compreensão da experiência anarquista em confluência

com os movimentos populares, em distintos recortes temporais e geográficos. (CÔRREA, 2017).

A produção de Schmidt e Van Der Walt subsidiam bibliograficamente o exame da terminologia empregada ao anarquismo, a partir de uma abordagem histórica e conceitual. A produção teórica indica características determinantes do socialismo libertário, fornecendo elementos de análise para a compreensão do Anarquismo em suas especificidades, evidenciando que:

O termo anarquismo deve ser reservado a um tipo particular, racionalista e revolucionário, de socialismo libertário que surgiu na segunda metade do século XIX. O anarquismo era contra a hierarquia econômica e social, assim como a desigualdade – e especificamente, do capitalismo, do poder dos proprietários de terra, e do Estado – e defendia uma luta de classes internacional e uma revolução vista de baixo por uma classe trabalhadora e um campesinato auto-organizados, com o objetivo de criar uma ordem social autogerida, socialista e sem Estado. (SCHMIDT; VAN DER WALT, 2009, p.71).

Schmidt e Van Der Walt ainda contribuem nesta análise, indicando iniciativas e ferramentas de mobilização características do anarquismo, que transcendem as abordagens que o relacionam somente com a negação da dominação, ligada essencialmente ao campo e aos artesãos de uma sociedade “atrasada”. Também merece destaque as considerações sobre as observações tecidas acerca da categoria política, em que os pesquisadores situam o anarquismo para além do campo marxista e das intenções de intervenção nas disputas político partidárias, apontando que:

Nesta nova ordem, a liberdade individual estaria em harmonia com as obrigações comuns por meio da cooperação, da tomada de decisões democrática e da igualdade econômica, social e a coordenação econômica aconteceria por meio de formas federais. Os anarquistas enfatizaram a necessidade de meios revolucionários (organizações, ações e ideias) para prefigurar os fins (uma sociedade anarquista). O anarquismo é uma doutrina libertária e uma forma de socialismo libertário; portanto nem todos os pontos de vista libertários ou socialistas libertários são anarquistas. (SCHMIDT; VAN DER WALT, 2009, p.71).

Tratando da reflexão conceitual sobre o anarquismo, sua definição torna-se mais clara a medida que eixos fundamentais de sua estrutura são compreendidos sob uma perspectiva que considera os princípios que embasam o pensamento e a ação anarquista. Em estudo contemporâneo que trata do anarquismo e do Sindicalismo de Intenção Revolucionária, Côrrea indica que:

O anarquismo é uma ideologia, uma doutrina socialista e revolucionária que se fundamenta em princípios determinados, cujas bases se definem a partir de uma crítica da dominação e de uma defesa da autogestão; em termos estruturais, o anarquismo defende uma transformação social fundamentada em estratégias, que devem permitir a substituição de um sistema de dominação por um sistema de autogestão. (CÔRREA, 2017, p.2).

Abordando a relação do conhecimento científico produzido por pensadores anarquistas com a dimensão ideológica do anarquismo, verifica-se que o caráter da prefiguração da realidade social sem classes, sem exploração e sem dominação é orientado por uma posição ética e valorativa. Assim, o anarquismo identifica nas aspirações humanas e sociais as bases para a produção da ciência voltada a transformação social.

A partir do pensamento do teórico anarquista Errico Malatesta, podemos identificar que a função social da produção de conhecimento anarquista é de embasar a ação capaz de modificar a realidade social observada. Nesse sentido, Côrrea observa que:

Malatesta possui uma noção clara da relação entre ciência e doutrina/ideologia, e a demonstra em suas reflexões acerca do conhecimento científico da realidade social e do anarquismo. Para ele, métodos de análise e teorias sociais pertencem ao campo científico: buscam subsidiar um conhecimento da realidade assim como ela é; o anarquismo, partindo dessas considerações, estabelece seus objetivos finalistas, que Malatesta chama de “anarquia”, preconizando como a realidade deveria ser, e concebendo estratégias e táticas para transformar a realidade nesse sentido. (CÔRREA, 2013, p. 10).

O anarquismo se origina a partir da relação entre a realidade social das classes dominadas e a elaboração de teorias que defendem o seu empoderamento pela atuação dos próprios indivíduos. Socializando seu ideário libertário nas distintas esferas que envolviam os aspectos da vida operária, o anarquismo buscava conferir sentido a representação coletiva do trabalho, propondo novos olhares sobre o mundo operário, através de um universo cultural independente.

Ao buscar a transformação da opressão do poder dominador em força social pela luta de classes, o anarquismo defendia um poder autogestionário que perpassava todas as esferas sociais estruturais. Contextualizando a interlocução dos ideais anarquistas com as classes dominadas, Côrrea aponta que:

O anarquismo busca, em meio a elas e como parte delas, aumentar permanentemente sua força social, por meio de processos de luta que impliquem: participação crescente, visando à autogestão; estímulo da consciência de classe; construção das lutas de baixo para cima, com independência em relação aos agentes e estruturas dos inimigos de classe – sustenta, assim, meios condizentes com os fins que pretende atingir. A consolidação de tal projeto de poder se dá por meio de uma construção

permanente, que encontra em um processo revolucionário, em que a violência é inevitável, um marco de passagem de um sistema de dominação para um sistema de autogestão. (CÔRREA, 2007, p.2-3).

Para o anarquismo o processo de luta de classes está intrinsicamente relacionado a categoria da dominação. O reconhecimento do antagonismo presente entre as classes sociais indica a inclusão da exploração do homem pelo trabalho, mas também sinaliza para a propriedade dos mecanismos de administração, controle e coerção social, incluindo inclusive, a prevalência da produção científica voltada aos interesses da classe dominante.

A crítica anarquista centraliza-se na dominação de classe, reconhecendo que entre as classes subalternizadas, outras formas de controle devem ser combatidas para além do âmbito econômico. A crítica as relações de autoridade baseadas em gênero, etnia/raça, também estão presentes no anarquismo relacionando-se ao sistema de legitimação das relações de dominação. A crítica ao imperialismo, entendido como a dominação de países por governos de alto poder econômico e político também é elemento das formulações críticas anarquistas inerentes a categoria da dominação.

Para elucidar a compreensão da constituição da sociedade de classes, utilizaremos novamente das contribuições de Côrrea, que nos orienta sobre a composição concreta da sociedade de classes, conceituando dominantes e dominados, a partir de uma perspectiva anarquista:

Entre as classes dominantes encontram-se proprietários dos meios de produção, incluindo capitalistas e proprietários de terras, os gestores do capitalismo, do Estado, militares de primeiro escalão, juízes, parlamentares em geral, proprietários dos grandes meios de comunicação entre outros. Dentre as classes dominadas, estão os trabalhadores, o campesinato e os precarizados e marginalizados de maneira geral. Nesta estrutura de classes, as classes dominantes exercem a dominação sobre as classes dominadas; por razão de terem interesses de classes antagônicos, umas e outras estão em permanente luta. As classes sociais concretas representam, em cada tempo e lugar, os agrupamentos que constituem estes conjuntos mais amplos de dominantes e dominados. (CÔRREA, 2017, p.4).

O conceito de classe trabalhadora deve observar o processo de formação da sociedade de classes, que não se constitui somente a partir do capitalismo industrial e do assalariamento da força de trabalho. O histórico de lutas populares das classes subalternizadas em cada tempo histórico deve ser considerado. No Brasil, a primeira classe trabalhadora era negra e escravizada e promoveu significativas experiências de resistência e autogestão. Esta observação corrobora a compreensão que as classes se delineiam a partir de contextos

históricos e interações muito peculiares, como na formação social brasileira, especialmente no período analisado. (ERIC WILLIANS, 2012).

Ao considerar os sujeitos sociais como protagonistas da revolução social, a elaboração de estratégias de luta que promovam a condução da classe dominada aos fins pretendidos pelo anarquismo, especialmente a proposta de autogestão, é uma exigência primordial. A proposição de um autogoverno democrático tem como estrutura fundamental a adoção do federalismo como princípio orientador para os anarquistas. A formação de delegações que representam as deliberações da base e garantem sua execução nas instâncias de maior amplitude é um mecanismo defendido pelo ideário anarquista para o funcionamento de um processo político autogestionário que abarque a totalidade das estruturas sociais.

A legitimação da proposta anarquista de autogestão se fundamenta na defesa de um poder livre de qualquer tipo de dominação. Somado a autogestão econômica e ideológica/cultural, o estabelecimento pleno desse poder autogestionário se constitui no âmbito político. Côrrea considera que:

A autogestão política propõe uma alternativa à dominação do Estado: o autogoverno democrático. Ele implica a abolição do Estado, que é concretizada ainda durante o processo revolucionário, acabando com a divisão entre governantes e governados. No autogoverno democrático, a política não se define pelo monopólio dos processos decisórios por um setor minoritário, mas por sua completa socialização. As instituições que substituem o Estado e constituem as bases da autogestão política são os conselhos, os sindicatos, os movimentos populares, ou seja, associações voluntárias que permitem a todos participar efetivamente das decisões, na medida em que são afetados por elas. O conjunto destas instituições, cuja base se constitui por grupos e associações livres, toma as decisões de maneira local e democrática, de baixo para cima, com participação generalizada e ampla, controla a execução dessas decisões e soluciona conflitos. (CORRÊA, 2017, p.5).

Produto da ação humana, o anarquismo originou-se em um contexto histórico específico de profundas mudanças sociais, de modo distinto em diferentes países do mundo. Resultado da ação de um coletivo que não se sentia contemplado pela ideologia política do sistema hegemônico, os sujeitos sociais delineiam as bases do anarquismo e suas primeiras experiências organizativas, com maior expressão na metade do século XIX.

A ascensão do anarquismo como doutrina/ ideologia é analisada em alguns estudos como um processo que emergiu durante a formação da Associação Internacional de Trabalhadores (AIT), em 1864. A experiência histórica de organização dos trabalhadores manteve-se em atividade até 1877, sendo brevemente contextualizada neste estudo. A associação que floresce sob a cultura política do federalismo, se constitui como movimento

socialista revolucionário, em convergência com o desenvolvimento político e ideológico da classe trabalhadora em formação.

No interior da AIT, as concepções sociais, políticas e ideológicas apresentavam-se em forma de conflito e disputa. As ideias problematizadas, essencialmente localizavam-se entre o pensamento socialista estatal e o pensamento socialista libertário.

A vertente do socialismo estatista defendia a revolução política pela obtenção do controle do organismo social, pela estatização dos meios de produção, concentrando o poder político através do sufrágio universal ou através da insurreição armada. Já o pensamento socialista libertário dispensava o Estado como organização necessária a regulação das relações de trabalho, defendendo a expropriação de todos os meios que promoviam a dominação dos operários através da revolução social. Contudo, para Coggiola:

As divergências internas presentes na AIT não eram consideradas uma ameaça à sua constituição. Ao contrário, a intenção de seus fundadores era criar uma organização democrática aberta a todos os trabalhadores, das mais diversas tendências. Esta iniciativa tinha como objetivo fazer avançar a unidade das “multiformes divisões do trabalho”. Embora a Internacional desestimulasse as práticas conspirativas e sectárias de grupos operários, colocava como principal meta prepará-los para constituírem uma frente conjunta em suas lutas pela emancipação, assumindo o papel de instrumento de impulsão das lutas dos trabalhadores. (COGGIOLA, 2011, p.169-170).

Muitas pesquisas tratam da recondução da AIT e de seu declínio, a partir de elementos como a derrota de ideias defendidas pelos teóricos e operários de inspiração federalista e ao rompimento definitivo entre correntes socialistas estatais e libertárias e seus principais representantes, Karl Marx e Mikhail Bakunin. Considerando a estrutura sócio-econômico-política e sua relação com os processos de continuidades e permanências no interior da Associação, Musto, esclarece que:

Na verdade, foram as mudanças ocorridas no mundo ao redor da Internacional que a tornaram obsoleta. O crescimento e a transformação das organizações do movimento operário, o fortalecimento dos Estados-nação, causados pela unificação nacional da Itália e da Alemanha, a expansão da Internacional em países como a Espanha e a Itália, com condições econômicas e sociais profundamente diferentes daquelas da Inglaterra e da França, onde a Associação havia nascido, a definitiva virada moderada do sindicalismo inglês e a repressão que se seguiu à queda da Comuna de Paris agiram, de modo concomitante, para tornar a configuração originária da Internacional inapropriada para as condições históricas modificadas. (MUSTO, 2014).

A AIT se reconstituiu como uma Federação de inspiração em práticas e conceitos anarquistas e alcançou significativa ampliação territorial, incluindo seu espraiamento na

América Latina. Cabe destacar que a criminalização do anarquismo e a perseguição de operários e intelectuais anarquistas foi a resposta do Estado ao movimento que se reconstituiu negando a intervenção estatal e partidária, reafirmando sua vertente federalista. Este contexto expresso no binômio de resistência e repressão, culmina na conseqüente fragilização da AIT, mas não determina a fragilização da ação anarquista em distintas partes do globo. (WOODCOCK, 2002).

Ao observarmos os aspectos que compõem as elaborações anarquistas críticas ao sistema econômico, identifica-se que, embora considerando as relações de conflito entre capital x trabalho, a corrente socialista anarquista não restringe sua atenção a exploração advinda do capitalismo industrial. Embasa sua práxis em uma visão que amplia o debate sobre a temática da exploração do homem. Nas palavras de Côrrea:

Assim como outras correntes socialistas, o anarquismo enfatiza que o capitalismo implica a exploração dos trabalhadores pelos proprietários dos meios de produção, os quais se apropriam, injustamente, por meio dos salários, de uma parcela importante do trabalho dos trabalhadores. Entretanto, a crítica econômica anarquista não se restringe ao capitalismo; outros modos de produção, considerados pré-capitalistas, cujos traços permanecem em sociedades modernas em função dos distintos níveis de desenvolvimento econômico, também são levados em conta. E é assim que também se considera injusta a propriedade da terra, a partir da qual latifundiários dominam o campesinato e também se apropriam de uma parcela relevante de seu trabalho. Além disso, os anarquistas criticam as relações de dominação que envolvem aqueles que realizam trabalhos precários, desempregados e marginalizados – chamados algumas vezes, pejorativamente, de “lumpem-proletariado”. (CÔRREA, 2017, p. 3).

O conceito de “lumpem-proletariado”, referido no texto, considera os trabalhadores desempregados, recém- libertos, pessoas em situações de rua e mendicância, exploração sexual, donas de casa que executam o trabalho doméstico não remunerado, que para o anarquismo compõem a classe trabalhadora. Embora fora do âmbito fabril, são consideradas parte da classe trabalhadora pela condição imposta a sua sobrevivência, da venda de sua força de trabalho.

Para o anarquismo, todas as pessoas exploradas pelo capitalismo e pelo Estado, só poderiam transformar o sistema de dominação, organizadas coletivamente. A partir desse núcleo organizado que se poderia destruí-lo, transformá-lo. As expressões históricas dessa contextualização através da prática anarquista foram o Sindicalismo Revolucionário e do Anarcossindicalismo.

A crítica anarquista à dominação de classe baseia-se na oposição ao capitalismo e ao sistema de expropriação do trabalho das classes dominadas. Considera que outros modos de

produção e de apropriação dos meios de produção igualmente contribuem na legitimação das relações de dominação, seja no capitalismo industrial ou em outros modos de exploração e dominação do homem. Relacionando a crítica à dominação de classe, com outros dois elementos fundamentais de compreensão desta análise - a crítica a outros tipos de dominação e a crítica à dominação em geral – torna-se possível compreender o tripé que estrutura a crítica anarquista à dominação.

A crítica anarquista ao Estado refere-se ao entendimento de que há uma lógica de dominação presente no funcionamento do aparelho estatal. Este tipo de dominação legitima o lugar de subalternização da maioria da população, privilegiando alguns setores sociais e uma minoria de agentes políticos que monopolizam o poder e a tomada de decisões sociais. Para Côrrea (2017, p.3-4): “Há, na crítica anarquista do Estado, uma dupla perspectiva: a oposição à hierarquia e a ligação entre Estado e classes sociais; nos dois casos, o Estado constitui um meio para que uma minoria governe uma maioria”. Nesse sentido, o anarquismo não considera o Estado apenas em sua esfera econômica, mas na reprodução da dominação política, que se apresenta como elemento central dos níveis e tipos de dominação presentes nas sociedades capitalistas e pré-capitalistas.

Nos estudos que examinam o movimento operário no Brasil, observa-se que uma parcela importante da bibliografia disponível apresenta um recorte temporal de análise da classe trabalhadora no período posterior a 1930. Existem lacunas significativas acerca da história da formação da classe trabalhadora no período da Primeira República e sua interlocução com o anarquismo, trazendo para a pesquisa alguns questionamentos referentes ao silenciamento das expressões revolucionárias deste contexto histórico. Nesse sentido, a experiência organizativa do Sindicalismo Revolucionário que demarcou de modo relevante o processo de luta pela conquista/concessão de direitos sociais, ocupa importante espaço de análise nesta pesquisa.

A invisibilidade das lutas operárias revolucionárias pode ser compreendida pela legitimação da história do anarquismo como um fenômeno que combina elementos referentes a importação de ideias estrangeiras com o empobrecimento da análise da ação anarquista no interior do sindicalismo brasileiro e do movimento operário. A teoria da “planta exótica” foi influência preponderantemente na produção de parte significativa da historiografia brasileira oficial. (FAUSTO, 1976).

O anarquismo e sua confluência com o movimento operário é abordado neste estudo a partir de um recorte cronológico específico, identificado na bibliografia pesquisada que apresenta a imagem do anarquismo no Brasil no período compreendido entre os anos de 1889

e 1930. O papel da grande imprensa e da intelectualidade burguesa, na construção de uma narrativa que identificava o anarquismo como um fenômeno importado de países de industrialização avançada é encontrada nos estudos de Samis, que contextualiza essa experiência social:

A sociedade carioca familiarizara com o ativismo anarquista por meio de notícias sensacionalistas estampadas nos jornais, anos antes do fim do século XIX. Na esteira dos atentados contra as autoridades e prepostos da burguesia em várias partes do mundo, em particular a partir de 1892, na França, a imprensa brasileira aproveitava para construir – ou simplesmente reproduzia o que vinha do exterior – uma legenda clássica envolvendo os anarquistas. (SAMIS, 2008, p.203).

No Brasil, o registro do anarquismo data aos primeiros anos da independência, no sentido da utilização da terminologia no país. A temática é encontrada nos discursos de setores da elite política e econômica, que detinham a prevalência de caracterizar o anarquismo e difundir sua identidade na sociedade. Atendendo a interesses dos blocos de poder hegemonicamente dominantes no país, engendraram-se narrativas que apontavam para a necessidade de instituir a ordem e combater os possíveis inimigos da estabilidade política nacional.

O país insere-se na experiência histórica do anarquismo com a emergência de experiências de luta e resistência, aproximadamente entre o fim do século XIX e início do século XX. Greves e revoltas populares, bem como, colônias agrícolas e produções culturais foram experimentadas nesse período. O surgimento do anarquismo no Brasil neste período histórico, deve ser compreendido considerando a formação social brasileira, marcada pela escravidão e pelo governo monárquico. Nesse sentido, seu surgimento se dá algumas décadas depois de países precursores do anarquismo da América Latina como o México, Argentina, Uruguai e Chile. (SAMIS, 2004).

A difusão do anarquismo no Brasil é compreendido como um elemento intrínseco as transformações sociais trazidas pelo capitalismo industrial e pelas proposições institucionais do Estado Republicano. Este contexto de significativas mudanças econômicas e políticas, predispôs o seu desenvolvimento no período da Primeira República e progrediu especialmente no interior do movimento operário, no processo de constituição da sociedade salarial, através do Sindicalismo Revolucionário.

Compreende-se que os fluxos migratórios foram determinantes na emergência do anarquismo brasileiro, assim como, a produção anarquista internacional que subsidiou as experiências revolucionárias no país, encontrando no Sindicalismo Revolucionário sua

principal via de atuação. No entanto, a partir de uma perspectiva que considera o anarquismo inserido no histórico de lutas da classe trabalhadora brasileira e sua atuação nos conflitos sociais, demarca-se a presença dos atores sociais que contribuíram com a emergência e construção da práxis anarquista no país, transcendendo a simplificação explicativa que entende sua atuação somente pela importação de ideais estrangeiros e pelas políticas de imigração europeia.

O espraiamento do anarquismo pelos continentes, especialmente a partir da metade do século XIX se relaciona diretamente com a ampliação da oferta de transportes e intensificação dos fluxos migratórios. Com o avanço do desenvolvimento dos meios de transporte, as viagens tornavam-se mais acessíveis para o deslocamento da militância entre os países. O aprimoramento das tecnologias de comunicação, como o serviço dos correios favoreceu a troca de publicações anarquistas, permitindo a socialização do projeto autogestionário das classes dominadas, bem como, o compartilhamento de informações e produções do anarquismo pelo mundo. (CÔRREA, 2017).

O processo de transição das sociedades de caráter mutualista para as sociedades de resistência constituiu-se num campo propício para a socialização do ideário anarquista. O conhecimento científico da realidade social e sua interação e intervenção com os movimentos sociais, no campo e na cidade, influenciava as ações do movimento operário, que em confluência com o anarquismo, direcionava suas ações para a criação das associações de resistência, que posteriormente formariam os sindicatos.

Apesar das condições escassas de comunicação que fragilizavam a possibilidade de ações e movimentos organizativos mais amplos, as experiências de luta foram se produzindo/reproduzindo a partir da articulação das classes dominadas, buscando a superação e o enfrentamento das expressões da questão social comuns aos operários da cidade e aos trabalhadores do campo. Para Godio:

Foram os artesãos das cidades e pequenos núcleos de operários que responderam à agitação dos socialistas e proudhonianos. Nasceram assim as mutualidades, que organizavam os artesãos por ofício, ou por vários ofícios simultaneamente, para arcar com gastos de seus membros (doenças, enterros etc.) e para peticionar melhorias aos patrões. As mutualidades não conduziram à formação de unidades econômicas como pretendiam os socialistas utópicos, mas construíram a pré-história dos atuais sindicatos, porque muitas delas foram transformando-se em organizações de luta, que foram chamadas, em muitos casos, de “sociedades de resistência”. (GODIO, 1979, p. 13).

A radicalização das sociedades mutualistas e o processo posterior que envolveu a transformação destas sociedades de apoio mútuo para as associações de resistência, culminando na criação dos sindicatos, registra-se como um importante marco histórico na análise da constituição de espaços organizativos da classe assalariada em formação no Brasil. Destaca-se a influência da AIT como elemento propulsor das correntes político-ideológicas defendidas pelo socialismo libertário inspirando o movimento operário nos espaços sindicais. No entanto, identificam-se processos particulares no contexto brasileiro, indicando caminhos de ruptura e retomadas da presença hegemônica da orientação anarquista no movimento sindical.

3.2 Breve Panorama da Ação do Sindicalismo Revolucionário no Brasil

Os estudos sobre a constituição do operariado brasileiro e sua organização como movimento de classe, voltam-se em grande medida para a análise das experiências das cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, especialmente pelas características históricas que envolveram o processo de constituição destas regiões e a formação de seu mercado de trabalho livre. A história regional do movimento operário em outros pontos do território, embora apresente uma menor expressividade de produções bibliográficas, é fundamental na compreensão das especificidades que envolveram a organização das formas de luta do sindicalismo brasileiro.

O contexto econômico, político e social, assim como, o desenvolvimento da industrialização e da urbanização, se constituíram de modo distinto em algumas regiões do país, fato que incidiu no plano político - organizativo e na orientação assumida pela classe trabalhadora livre. Embora tratando da identificação das linhas gerais da organização do movimento operário no período da Primeira República, a apresentação das similitudes e das particularidades regionais contribui com uma perspectiva de análise descentralizada da classe trabalhadora brasileira.

As relações estabelecida entre os trabalhadores e o Estado, em diferentes regiões, indicam elementos relevantes para a compreensão da conjuntura econômico-política em que os operários inscreveram suas primeiras lutas. O modelo de atuação adotado pelos governos estaduais no tratamento da questão social e no atendimento das demandas trabalhistas, bem como, o uso de estratégias repressivas e/ou de cooptação da subjetividade dos operários e do movimento, incidiram em sua atuação política participativa. A aproximação de lideranças

partidárias aos setores operários também deve ser considerada e apresenta distintas experiências e níveis de influência no país.

No capítulo anterior, situamos as associações de caráter mutualista¹ no ambiente de formação da classe operária, a fim de demonstrar as primeiras ações coletivas dos trabalhadores, nos séculos XVIII e XIX. No Brasil, as práticas mutualistas foram se radicalizando em um contexto de profundas transformações globais no âmbito político, econômico e social. A medida que os conflitos sociais se intensificam no país, os trabalhadores do campo e da cidade e os oprimidos em geral, passam a construir movimentos de luta com ideais anticapitalistas e antiestatistas, especialmente, a partir da percepção da necessidade de um projeto social para os trabalhadores.

O Sindicalismo Revolucionário se manifestava nas organizações operárias em interlocução com os ideais anarquistas, socialistas e reformistas, assim como, de trabalhadores não filiados a correntes políticas-ideológicas. Embora não houvesse uma imbricação programática e declarada do Sindicalismo Revolucionário com o anarquismo, tal vinculação pode ser observada na adoção de formas de luta sindical e na propaganda anarquista que tinha como horizonte a revolução social a partir da radicalização das lutas operárias.

A criação da Federação das Associações de Classe no ano de 1903, na cidade do Rio de Janeiro, demonstrava a aspiração dos operários pela organização dos núcleos de resistência, questionando as ações assistencialistas como principal forma de ação operária. A precarização das condições de vida e de trabalho da crescente população urbana foram catalisadores das experiências coletivas de organização. As cidades de São Paulo, em 1905, e do Rio de Janeiro em 1906, também formaram suas federações estaduais, FOSP e FORJ, intensificando a construção de estruturas sindicais revolucionárias.

Os trabalhadores passam a aprofundar o debate acerca de um projeto de classe, em um processo de evolução da identidade operária, assumindo o caráter revolucionário de suas lutas. ADDOR, nos auxilia nesta compreensão, afirmando que:

Diversas categorias profissionais até então desorganizadas ou cujas associações viviam vidas meramente vegetativas se organizam ou se reorganizam em entidades sindicais que crescem rapidamente, tornando-se ao mesmo tempo mais representativas, mais fortes e atuantes. (ADDOR, 2002, p.99).

¹ Análises acerca das organizações de caráter mutualistas podem ser consultadas nas páginas 33-34 do capítulo I desta dissertação.

No Rio Grande do Sul, durante a primeira greve geral do estado, em 1906, é fundada a federação operária gaúcha, FORGS. Conhecida como “a greve dos 21 dias”², a ação direta contou com a atuação de aproximadamente três mil operários e tinha como bandeira de luta a redução da jornada de trabalho diária para oito horas, embora não excluísse as demandas relacionadas às melhorias salariais, de condições de trabalho e de vida. A criação da federação estadual está intimamente ligada aos processos de luta do movimento operário local e suas redes de conexão nacionais e internacionais. Sobre a criação da FORGS a partir do contexto da greve de 1906, Bak analisa que:

A resposta organizacional mais significativa foi a fundação, no final de setembro, da Federação Operária do Rio Grande do Sul (Forgs) sob a direção de Xavier da Costa. Além da manifestação de apoio aos marmoristas, que tinham partido da cidade, outros dois eventos públicos mobilizaram os trabalhadores para criar a Forgs. O primeiro utilizou as celebrações do dia 20 de setembro de 1835 (Revolução Farrroupilha). Naquele dia, em 1906, “a classe trabalhadora” realizou suas próprias celebrações. A Xavier da Costa se uniram outros dois líderes no desenrolar da greve geral: José ZellerRethaler e Carlos Cavaco (BAK, 2003, p.190-191).

A deflagração da greve pela classe dos Marmoristas e a fundação de seu sindicato em 1906, propulsionou a ação que se generalizou em Porto Alegre, atingindo diversas categorias e mobilizando os operários para a fundação de novos sindicatos. A presença do anarquista italiano Henrique Faccini³ na liderança do sindicato dos marmoristas, nos indica o direcionamento revolucionário que o movimento assume através da ação direta e organização da greve geral, mesmo havendo, por parte de algumas lideranças socialistas, a proposição de ações político partidárias, como forma de luta da categoria na greve geral.

Ainda em 1905, a União Operária Internacional, fundada com base nos princípios anarquistas, conclamava as associações de operários para uma organização voltada ao sindicalismo revolucionário, posicionando-se contrária a exploração política partidária dos operários. Queirós (2013) corrobora com essa discussão, indicando que:

Outra importante entidade operária desta fase foi a União Operária Internacional. Criada em 1905 e de inspiração anarquista, tinha em seus primórdios a finalidade de “atrair as associações operárias de Porto Alegre” para contrabalançar o peso da influência socialista, especialmente a de Francisco Xavier da Costa. Para Polydoro Santos, a entidade abrigava os libertários da capital e, embora o jornal A Luta nunca tenha se assumido como o seu interlocutor oficial, este manteve “uma atitude

² A “Greve dos 21 Dias” não foi a primeira na região. Pelo menos outras 24 já teriam acontecido no Rio Grande do Sul, mas todas eram greves pequenas em locais de trabalho, e somente três teriam acontecido em Porto Alegre. Em alcance, duração e impacto, a greve de 1906 representou uma experiência sem precedentes para a região e para a cidade. (BAK, 2003, p.183).

³ A greve dos marmoristas forneceu a primeira amostra de interação entre a formação de classes e as identidades étnicas. O novo sindicato era liderado pelo imigrante italiano anarquista Henrique Faccini, membro de uma das famílias da antiga Colônia Cecília (BORGES, 1993, p. 77-79).

positiva em relação à União Operária Internacional, enquanto que a FORGS [era] ignorada ou criticada” pelo periódico. Deve-se ressaltar que isso vale para o período anterior a 1910-1911, quando, conforme já dito, a FORGS começou a ter uma orientação francamente sindicalista. (QUEIRÓS, 2013, p.231).

A resposta organizativa do movimento operário gaúcho expressa na greve geral de 1906, assegurou a conquista de algumas de suas reivindicações, demonstrando-se capaz de atuar no campo econômico, político e social, em favor dos interesses da classe trabalhadora. As relações de trabalho eram consideradas pelo Estado como matéria de âmbito e de interesse privado, do patronato e dos trabalhadores.

Para além da FORGS e dos sindicatos classistas, destacam-se neste contexto de emergência organizativa a União Geral dos Trabalhadores (UGT), criada em 1918, e a União Maximalista, fundada em 1919, como entidades que tiveram expressiva atuação nas ações grevistas e na organização do operariado gaúcho. A FORGS exerceu influência predominante no direcionamento do movimento operário, mantendo em seu quadro diretivo lideranças socialistas, especialmente até 1911. Nesse sentido, importa demonstrar que a criação da UGT deve-se fundamentalmente a dissidência entre lideranças socialistas e anarquistas acerca da condução da FORGS e da luta do movimento operário.

O Estado isentava-se de atuar no reconhecimento das expressões da questão social advindas da exploração do trabalho, baseando as ações governamentais em um horizonte conciliatório que harmonizasse as demandas advindas dos diversos segmentos sociais. Nesse sentido, importa situar a atuação do Partido Republicano Rio-Grandense (PPR) ocupando o governo do estado, que ao longo desse período, baseou suas ações no ideário positivista de incorporação do proletariado à sociedade moderna capitalista.

De matriz positivista, o PPR era composto fundamentalmente por membros da elite pecuarista, especialmente da região norte do Rio Grande do Sul, área com ocupação e desenvolvimento econômico inferior à região da campanha, onde identifica-se a presença da elite gaúcha tradicional, da qual, o Partido Liberal era sua mais significativa expressão política.

As contribuições desta experiência convergiram com as discussões sobre os projetos políticos em disputa no interior do movimento dos trabalhadores e sobre a influência político-partidária nos rumos do movimento. A organização de outros setores operários através da criação de novos sindicatos, o fortalecimento da construção de uma identidade de classe e a solidariedade entre os trabalhadores, foram favorecidos nesse período.

A criação da Liga Operária⁴ em 1900, do Centro Operário de Belo Horizonte, fundado em 1903, e da entidade classista Federação do Trabalho do Estado de Minas Gerais, no ano de 1909, demarcam a vivência organizativa institucional dos trabalhadores no estado. O Centro Operário, apesar de identificar-se como uma associação de resistência, de caráter sindical, desenvolvia fundamentalmente práticas de cunho mutualista/assistencial.

A experiência de organização operária em Minas Gerais, especialmente de Belo Horizonte, é apresentada no debate historiográfico como um fenômeno peculiar. Em linhas gerais, pode-se afirmar que o sindicalismo mineiro tem sua gênese na ação reformista/legalista, fato condicionado especialmente pelas características da composição de sua classe de operários e do mercado de trabalho urbano, fundamentalmente baseado nas relações de trabalho com o próprio agente estatal. O grau de industrialização do estado também foi menor, se compararmos por exemplo, com o processo no cenário paulista e carioca.

O caráter reivindicatório, voltado fundamentalmente para demandas relacionadas a redução da jornada de trabalho e melhorias salariais tinha como estratégia de luta, em geral, os apelos na imprensa livre /operária e as reivindicações ao governo estadual para o atendimento das demandas trabalhistas. As formas de luta operária por meio de ações diretas como a greve, apresentavam pouca ressonância nos sindicatos e a prática sindical revolucionária não era hegemônica na direção do movimento. O controle político do movimento operário pelo Estado e pelas classes dominantes foi favorecido nesse modelo de atuação mais aproximado das práticas reformistas. (DUTRA, 1988).

Embora distanciando-se do sindicalismo revolucionário em seus princípios e formas de luta, alguns pesquisadores do movimento operário brasileiro, consideram equivocada a percepção de que o sindicalismo reformista seria um facilitador da alienação das relações de trabalho e se relacionasse com o controle e manipulação das organizações. Para Batalha (1990, p.119): “o sindicalismo não revolucionário constitui uma outra forma assumida pela consciência de classe do operariado”, ao optar por uma estratégia sindical que assumia sua relação com a política partidária.

Como já exposto, o processo de transição do trabalho escravo para o trabalho livre não seguiu uma única direção em todo o território e desenvolveu-se a partir de uma simultaneidade de eventos e condicionantes. Na Bahia, o movimento operário guarda algumas

⁴ A pesquisadora Eliana Dutra afirma que, no ano de 1910, surgiu em Belo Horizonte a Liga Operária “de tendência socialista-reformista, que propunha ser uma associação de indivíduos de ideias democráticas, com a finalidade de organizar os elementos e energia do proletariado para defender por “todos os meios legais” os direitos e interesses da classe operária. (DUTRA,1988, p.116).

particularidades que podem ser analisadas por meio da história de sua oligarquia regional, da composição do mercado de trabalho livre em formação, com a presença em menor número de imigrantes europeus, se comparada a realidade de estados como Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.

O Centro Operário da Bahia foi fundado no ano de 1893, sendo considerado a primeira experiência político organizativa dos trabalhadores no Estado. Surge da união de dois partidos: o Partido Operário da Bahia, criado em 1890 e da sua dissidente, União Operária Baiana, também fundada em 1890. Os sindicatos tiveram maior expressividade a partir de 1910, apresentando um direcionamento do movimento sindical orientado para a representação político-partidária da classe operária. O Sindicato dos Pedreiros, Carpinteiros e Demais Classes, fundado em 1919, teve importante atuação na construção da greve geral do estado, sendo que muitos dos seus líderes e membros já possuíam experiência organizativa, por meio da atividade no Centro Operário da Bahia.

A Federação de Trabalhadores Baianos foi criada no ano de 1920, resultado do processo de lutas do movimento operário, envolvendo a Greve Geral, que na Bahia foi deflagrada em 1919. Assim como na experiência do Rio Grande do Sul no ano de 1906, a primeira greve geral do estado foi fundamental na criação de novos sindicatos e na organização dos setores operários. Sobre o cenário sindical observado na Bahia, Castellucci (2005, p.145), indica que:

Até a véspera da greve geral, existiam cerca de dezesseis sindicatos de resistência ativos em Salvador, parte deles fundados ou reorganizados a partir de 1910, enquanto outros haviam sido criados em período anterior e sobrevivido por mais tempo. Durante a paralisação outros três foram fundados e do momento posterior à greve geral até 1921, pelos menos outras catorze organizações sindicais, uma federação, um partido socialista e dois jornais operários foram fundados. (CASTELUCCI, 2005, p.145).

Em linhas gerais, a história do movimento operário na Bahia demonstra a predominância de um caráter reformista no plano sindical, que aliava ações diretas como a greve com a negociação de suas demandas via agentes públicos e políticos. De todo modo, a partir da experiência organizativa da greve geral e da difusão da propaganda operária, setores que tradicionalmente mantinham-se sobre o domínio absoluto do Estado e do patronato, compostos pelos servidores públicos e pelos empregados do comércio, passaram a constituir seus sindicatos de representação.

Foi no contexto de criação de sindicatos e entidades operárias que o Primeiro Congresso Operário Regional Brasileiro aconteceu na cidade do Rio de Janeiro, no ano de 1906.

Assumindo a orientação das teses revolucionárias disseminadas na França e definindo os princípios sindicais que os operários deveriam adotar nos sindicatos e nas estratégias de luta, as deliberações do Congresso imprimiram características revolucionárias ao movimento operário e delinearam sua orientação.

Para além do viés reivindicativo e político, o movimento operário apreendia formas de enfrentamento às relações de produção capitalistas. Ações diretas como a sabotagem, o boicote, a greve geral/parcial foram adotados como instrumentos que preparariam os operários para uma luta ainda maior, a Revolução Social. Acerca das deliberações do Primeiro Congresso Operário Regional Brasileiro, Samis argumenta que:

Ainda no campo prático, o Congresso decidiu que uma confederação e um jornal sindical deveriam ser criados para, respectivamente, prestarem auxílio às federações dando voz ao coletivo de associações. Essa confederação, criada dois anos após o Congresso, foi batizada de Confederação Operária Brasileira (COB) e o seu órgão de imprensa oficial, “A Voz do Trabalhador”. Outra medida proposta foi a propaganda por folhetos, manifestos, conferências, representações teatrais, etc; campo onde os libertários farão, através de grupos criados com este objetivo específico, seu proselitismo militante com certa sistematização, convictos como eram da necessidade de uma ação pedagógica no auxílio da prática política. (SAMIS, 2008, p.8).

Uma nova estrutura foi inaugurada em muitos sindicatos a partir das deliberações do Primeiro Congresso Operário Regional Brasileiro, favorecendo a atuação sindical, fato que pode ser comprovado pela amplitude e eficiência das greves ocorridas naquele período. A neutralidade sindical que afastava os partidos políticos da organização do movimento operário, o Federalismo que proporcionava maior autonomia de pactuação dos sindicatos com as Federações e destas com as Confederações, a substituição das diretorias por comissões administrativas horizontalizando os processos deliberativos no interior dos sindicatos, contribuíram com a articulação do movimento operário nacional em constituição.

Pesquisas contemporâneas buscam oferecer novas perspectivas de compreensão do Sindicalismo de Intenção Revolucionária como categoria de análise que abrange duas vertentes da atuação anarquista no âmbito sindical, o Anarcossindicalismo⁵ e o Sindicalismo Revolucionário. O Sindicalismo Revolucionário é inserido na história transnacional do trabalho e dos movimentos organizativos de classe em convergência com setores sociais e políticos libertários e anarquistas. Oliveira oferece subsídios para esta análise, indicando que:

⁵ Anarcossindicalismo é um termo mais reservado ao tipo revolucionário de sindicalismo que é aberta e conscientemente anarquista em suas origens, orientações e objetivos. O exemplo clássico seria a CNT espanhola, que possui suas raízes na seção espanhola anarquista da Primeira Internacional [a FRE] e nas ideias de Bakunin. (VAN DER WALT; SCHMIDT, 2009, p. 142)

Ao longo da história da ampla tradição anarquista o sindicalismo de intenção revolucionária representou um conjunto de estratégias de atuação nos movimentos de massas, especialmente nos sindicatos, associações e sociedades operárias. Esse conceito abarca diferentes orientações de um sindicalismo pautado na ação direta das massas, com uma finalidade de transformação da sociedade, superação do capitalismo e da propriedade privada e o estabelecimento de uma sociedade sem classes, fundamentada no trabalho como eixo central da organização social. Diferentes contextos históricos e geográficos apresentaram concepções mais ou menos diferentes entre si, mas que guardavam os elementos acima mencionados como identidade comum. (OLIVEIRA, 2018, p.68).

Na experiência sindical brasileira não há subsídios que forneçam elementos para a verificação da atuação do Anarcossindicalismo no período da Primeira República. No entanto, a atuação do anarquismo no campo sindical se expressava através do Sindicalismo Revolucionário. Ausente de uma filiação política-ideológica estrita, o Sindicalismo Revolucionário assumiu a orientação hegemônica da organização operária no país, no entanto, não se constituía como um bloco homogêneo. A partir da criação da Confederação Operária Brasileira, um caráter verificado nesse contexto é a utilização da ação direta como forma de luta operária. A fim de melhor esclarecer a atuação anarquista nos sindicatos na Primeira República, torna-se necessário delimitar o conceito do sindicalismo revolucionário adotado nesta pesquisa.

O Sindicalismo Revolucionário foi a principal estratégia de luta do anarquismo no campo econômico no Brasil da Primeira República. As práticas sindicais foram sendo incorporadas por uma parcela cada vez maior de trabalhadores que passam a direcionar suas mobilizações para além do campo das ideias, radicalizando seus processos de luta, especialmente por meio das greves. Esse contexto de luta operária e de radicalização dos trabalhadores foi fundamental para a construção da crítica ao sistema capitalista e a defesa de outras formas de sociabilidade de modo ainda mais contundente.

A partir da pressão exercida pelos trabalhadores, especialmente através das greves, as ações estatais de repressão ao movimento organizado, assim como, a concessão dos mínimos sociais foram mobilizadas. As estratégias do Estado de dissolução e harmonização dos conflitos de classe podem ser verificadas em todos os contextos regionais abordados nesta pesquisa. Ao apresentar dados sobre o montante de greves neste período, Samis considera que:

O quantitativo de greves no Brasil deve muito de seu montante às organizações operárias revolucionárias. Na primeira década do século XX foram, por todo o país, deflagrados 111 movimentos grevistas, na sua maioria por questões salariais. Durante a conjuntura dos anos de 1917 a 1920, somente no eixo Rio de Janeiro/São

Paulo, outras, mais de duzentas, podem ser acrescentadas ao número verificado até 1910. Todas estas manifestações reivindicatórias aconteciam de forma endêmica, com maior ou menor incidência em determinadas capitais brasileiras, mas todas sob forte inspiração anarquista. Mesmo aquelas paralisações que estouravam, independentes, em alguns casos, de direções reformistas, eram tributárias do caminho aberto, formando uma verdadeira cultura reivindicatória, pelos libertários. (SAMIS, 2008, p. 11).

O recrudescimento da ação do governo em relação ao movimento operário foi uma das estratégias de repressão ao Sindicalismo Revolucionário e a crescente onda de manifestações populares e sindicais que tomavam conta das ruas no início do século XIX e que se estenderam por pelo menos duas décadas.

A repressão e criminalização dos movimentos operários foi legitimada pelo Estado por meio da ação dos agentes da polícia e pelo direito burguês que passou a regulamentar algumas atividades sindicais urbanas e rurais. A emergência do Sindicalismo Revolucionário e a amplitude que o movimento apresentava se constituía como uma ameaça contra o Estado, contra as elites dominantes, e contra o sistema econômico e o modo de produção vigente no país. Sobre a resposta estatal ao movimento operário organizado, utilizaremos novamente das contribuições de Samis, que oferece a análise a seguir:

O governo, por sua parte, graças à pressão de setores reformistas e a preocupação com a crescente ação dos revolucionários no movimento social, esboçou uma tímida iniciativa no campo da legislação trabalhista. Em 1903 eram editadas medidas visando regulamentar sindicatos no setor econômico rural, o que viria a acontecer, também, em 1907, com as classes relacionadas ao trabalho urbano. Não era casual a criação de uma legislação específica para as categorias vinculadas ao trabalho nos grandes centros, no ano seguinte à organização do Congresso Operário Brasileiro, no Rio de Janeiro. Assim como não tardou o governo a criar, da lavra do deputado Adolfo Gordo, uma lei de deportação, no ano de 1907, que atingiria, em geral, imigrantes e, em particular, os anarquistas. (SAMIS, 2008, p.9).

As ações do Estado não impediram o movimento operário de seguir mobilizando as agendas de luta operária pelo país. Ainda em 1913, o Segundo Congresso Operário iniciou suas atividades a partir dos questionamentos referentes ao papel do anarquismo na organização sindical, motivado por um intenso debate produzido naquele ano pelos militantes Neno Vasco e João Crispim.

A Federação Operária Local de Santos (FOLS), publicou um artigo na imprensa operária, da qual João Crispim compunha a liderança, declarando os princípios da Federação, que expressavam a ideologia anarquista como corrente predominante da organização sindical. Neste sentido, o articulista argumentava que a neutralidade política e ideológica defendida

pelo Sindicalismo Revolucionário restringia a influência do anarquismo nos sindicatos e distanciava a classe operária da revolução social.

As aspirações da Federação Operária de Santos tem por fim a emancipação dos trabalhadores pela transformação econômica e social, unindo-se ao proletariado universal para tomar a posse da terra e dos instrumentos de trabalho, organizar livremente a produção e o consumo, inaugurando a sociedade dos produtores livres pela supressão de todos os tirânicos poderes do Estado e da autoridade, e instaurar a nova vida segundo os mais elevados e científicos princípios de economia e de sociologia, inspirados no Comunismo Anárquico. (FEDERAÇÃO OPERÁRIA LOCAL DE SANTOS, GERMINAL, 22/06/1913 apud OLIVEIRA, 2018, p. 86-87).

A posição assumida pela Federação Operária Local de Santos (FOLS), defendia o ingresso dos militantes nos sindicatos, a fim de transformá-los em organizações puramente anarquistas e atentava para o fato dos anarquistas não constituírem um grupo dirigente da Confederação Operária Brasileira, fato que fragilizava a hegemonia da corrente ideológica na orientação do movimento.

Na semana anterior a realização do Segundo Congresso, o jornal da COB publicou o artigo de Neno Vasco, que manifestava sua crítica ao posicionamento assumido pela FOLS, importante organização da base sindical da Confederação. Para além da defesa das resoluções do Primeiro Congresso Operário, em 1906, o militante argumentava que as organizações sindicais deveriam ser estruturadas a partir de seu caráter social e não ideológico. Assim, a condição de associação sindical era a condição de classe profissional, devendo o sindicato constituir-se em uma experiência de compartilhamento de ideias plurais e de estreitamento da propaganda anarquista com a sociedade.

(...) como os anarquistas são uma pequena minoria, este grupo será reduzido e reduzida será sua influência para suscitar os grandes movimentos da massa, não só por causa do seu número, mas ainda porque, separados da massa e entregues a si mesmos, os anarquistas tendem a torna-se exclusivamente teóricos e a cultivar apenas o ideal que, não podendo, de golpe e à força de propaganda abstrata, ser compreendido pela maioria, não pode levar esta à ação e à organização necessárias. (VASCO, 1913, p.1.).

A Confederação Operária Brasileira, em 1913, manteve em suas resoluções congressuais o posicionamento de salvaguarda da neutralidade sindical. Destaca-se que embora a posição assumida pelo Segundo Congresso corrobore com a argumentação de Neno Vasco, o militante e a Central Sindical não defendiam a renúncia da atuação dos anarquistas no Sindicalismo Revolucionário.

Em 1914, o jornal “A Voz do Trabalhador” publicava em sua edição mais um artigo do militante da FOSP, no qual ele respondia as argumentações feitas por Neno Vasco. Nas palavras de João Crispim:

Nos jornais sindicalistas não se vê a propaganda educativa que deve contribuir à emancipação intelectual dos trabalhadores, para que estes conquistem com mais facilidade a sua emancipação econômica; vê-se apenas a resenha do movimento operário nas suas lutas pelas conquistas imediatas (...) não vai além desta ação momentânea e, portanto, corporativista. (...) Desta forma, um número incalculável de sindicatos, em vez de se encaminharem pela senda da destruição do sistema estatal e capitalista procedem em sentido contrário. (CRISPIM, 1914, p.3).

Em contraponto, o Sindicalismo Revolucionário, ainda que não de modo homogêneo, mantinha sua posição de neutralidade sindical e reforçava o caráter anarquista de negação da propriedade privada, do sistema capitalista e de todas as formas de dominação. Tecia importantes críticas ao movimento cooperativista que engendrava formas de cooptação do movimento operário e recebia apoio das elites dominantes e do Estado, descontentes com o aumento significativo das greves, que chegavam a assumir contornos insurrecionais e colocavam em risco os interesses das oligarquias do país. (SAMIS, 2008).

Nesse período histórico, os protestos e greves foram registrados em diversos países do mundo e reforçavam o caráter internacional do movimento anarquista e a relevância da definição de estratégias comuns aos libertários inseridos no campo da luta sindical. Reflexos do fim da Primeira Guerra Mundial imprimem nos primeiros anos pós-guerra um clima de agitação social global. As condições precárias de vida que atingiam fundamentalmente os assalariados e a multidão mais vulnerável favoreceram o estabelecimento de laços de solidariedade e de mobilização popular através de múltiplas formas de conflito social. (PEREIRA, 2014).

A efetividade da articulação dos movimentos operários promovida pela COB se constituía fundamentalmente pela unificação de sua luta pela melhoria das condições de trabalho e renda, inscrita no campo econômico, aliada a ideia da autonomia operária e sindical. Sendo o sindicato o instrumento de garantia desta autonomia, a orientação do Sindicalismo Revolucionário ressaltava a capacidade política do operário e sua capacidade autogestionária.

A expressão das greves, manifestações, atividades pedagógicas, culturais, a publicação e distribuição de jornais e panfletos serviam de alerta para a necessidade da propagação das ideias do Sindicalismo Revolucionário e promoviam o ponto de encaixe das orientações e ações do movimento operário no país. Embora apresente suas particularidades regionais e

nacionais, o Sindicalismo Revolucionário era a corrente hegemônica do sindicalismo brasileiro. A COB por meio de seu veículo de imprensa oficial, o jornal “A voz do Trabalhador”, socializava as experiências de luta dos operários pelo mundo e potencializava a difusão das ideias revolucionárias na sociedade brasileira.

Um processo crescente de mobilização pode ser identificado por meio das práticas organizativas que começam a se constituir no fim do século XIX e no início do século XX. Mobilizações operárias importantes em diversos países, no contexto da Primeira Guerra Mundial e da Revolução Russa, influenciaram decisivamente o operariado brasileiro na formação de um contexto propício para uma greve de abrangência nacional.

A Greve Geral de 1917 foi sem dúvida um relevante fato social e político da história do Sindicalismo Revolucionário como expressão da atuação dos sindicatos. Para além da política excludente e repressiva do Estado e das condições aviltantes a que estavam submetidos os trabalhadores, a greve é deflagrada como uma estratégia política, de caráter essencialmente anarquista. A participação de militantes anarquistas foi decisiva na orientação sindical revolucionária que convergiu na greve geral e nas estratégias de luta promovidas pelo movimento operário. O Sindicalismo Revolucionário almejava alcançar através desse meio, um processo amplo de radicalização, de revolução social.

A ação direta, fortemente defendida pelos anarquistas no interior do movimento operário garantiu a efetividade do movimento grevista. Entre as principais bandeiras de luta da greve estavam a soltura dos trabalhadores presos, a garantia do emprego dos operários participantes do movimento grevista, o respeito ao direito de associação, as reivindicações econômicas, a proibição do trabalho infantil e o barateamento dos alimentos essenciais. Lopreato, argumenta em sua pesquisa que:

Durante a semana de 9 a 16 de julho cerca de cem mil trabalhadores interromperam suas atividades. Tecelões, marceneiros, pedreiros, marmoristas, cocheiros, chauffeurs, motorneiros, eletricitas, telegrafistas, chapeleiros, sapateiros, alfaiates, costureiras, lavadeiras, cozinheiras, padeiros, leiteiros, açougueiros, entre outros, paralisaram suas atividades. Muitos deles, a exemplo da Companhia Paulistana de Aniagem, mesmo depois de terem suas reivindicações aceitas, mantiveram-se em greve por solidariedade aos companheiros. Outros aderiram ao movimento ressaltando que nada tinham a reclamar dos seus patrões. A adesão à greve foi um ato de solidariedade. A mobilização do operariado paulistano para uma luta conjunta, através do apoio mútuo, possibilitou o acontecer da greve geral mais significativa da história do movimento anarquista no Brasil e do jovem movimento operário brasileiro. (LOPREATO, 2000, p.46-47).

A repressão policial foi utilizada pelo Estado como forma de reestabelecimento da ordem. No entanto, a militarização da greve não foi suficiente para impedir as ações do

movimento e as reivindicações apresentadas foram atendidas. Em função da resposta repressiva do Estado, durante a greve houveram um expressivo número de prisões e mortes de operários e militantes.

No rastro da greve geral iniciada em São Paulo após o assassinato do jovem sapateiro Martinez, a UGCC e outras associações de resistência declararam, em 22 de julho de 1917, a extensão do movimento para o Rio de Janeiro, tendo como consequência imediata o fechamento de várias sedes sindicais pela Polícia até início de setembro e a prisão de vários militantes. Outra consequência nefasta para a luta dos trabalhadores, foi o banimento da Federação Operária do Rio de Janeiro (FORJ), que só veio a ser substituída em 18 de janeiro de 1918 pela União Geral dos Trabalhadores. (RAMOS; SAMIS, 2009).

Já na greve geral de Porto Alegre, o governo do estado atuou através de medidas que reduziriam a carestia, regulando o preço e a comercialização de artigos de primeira necessidade. Acerca das reivindicações salariais, ao decretar o aumento de salarial dos operários do Estado, o governador Borges de Medeiros apresenta uma espécie de ação pedagógica que serviria de incentivo e exemplo ao patronato. Em apoio a reivindicação dos demais operários “foram designados a Brigada Militar e o intendente municipal, para convencer, pessoalmente, os proprietários da capital a conceder aumento dos salários, o que parece ter surtido efeito, pelo menos em 180 empresas” (PETERSEN, 1979, p. 311). Diferenciando-se da maioria dos governos do país, duramente repressivos em sua intervenção nas greves pelo país, a ação estatal pode ser considerada como uma estratégia de cooptação do movimento operário. Oliveira analisa que:

Assim, uma diferença fundamental sobressai entre as greves de 1917 de São Paulo e do Rio Grande do Sul: o governo de São Paulo sai derrotado da greve paulistana, enquanto o governo gaúcho convertia a vitória dos grevistas em propaganda do governo de Borges de Medeiros. No Rio Grande do Sul, por mais que a redução dos preços de gêneros alimentícios e de aluguéis tenham sido decorrências da pressão da greve, o governo estadual apropriou-se dos resultados, apresentando-os como se fossem concessões, que cabia somente à “boa vontade” e ao “sentimento de justiça” de Borges de Medeiros, o que seria amplamente explorado pelos membros do PRR. (OLIVEIRA, 2011, p.65-66).

Os Sindicatos Revolucionários sofreram de modo mais radical os ataques do governo e da mídia. Os discursos se produziam imprimindo no movimento sindical o estereótipo da violência irracional, indicando a ausência de um objetivo definido nas ações revolucionárias e sua associação com grupos terroristas internacionais. Uma aliança que contava com o aparelho estatal, com o poderio das elites dominantes, de segmentos políticos ditos moderados e com imprensa nacional, intensificava uma campanha de criminalização das organizações operárias de orientação revolucionária.

A vitória da UOCC - União dos Operários da Construção Civil – Sindicato Revolucionário, na Greve Geral de 1917, alcançando a jornada de 8 horas foi elemento propulsor para que outras categorias aderissem ao Sindicalismo Revolucionário. Ainda, em 1918, a principal bandeira de luta do movimento operário era a jornada de trabalho de 8 horas. A defesa dos aumentos salariais e a crítica ao alto custo de vida que submetia a população a condições de miserabilidade foi um vetor que contribuiu com a adesão organizativa dos operários em uma nova Greve Geral. (ADDOR, 2002).

O agravamento da crise social e econômica brasileira e o contexto de greves que mobilizavam os sindicatos constituíram uma atmosfera propícia para a deflagração de uma nova Greve Geral. O diálogo e a complementação do movimento operário e do anarquismo neste momento particular na luta operária brasileira implicou na ampliação e radicalização das ações operárias em consonância com experiências anarquistas internacionais de insurgência das classes populares.

As questões pertinentes ao desmonte da ação anarquista pela ação militar do governo e a forte repressão e criminalização dos envolvidos não serão aprofundadas neste texto, embora mereçam destaque as prisões políticas e os desdobramentos da intensificação de uma espécie de caça aos anarquistas, especialmente os militantes estrangeiros.

A Lei de Expulsão de Estrangeiros promulgada no ano de 1907 e reeditada no ano 1913 e 1921, legitimava a deportação sumária de lideranças dos movimentos sindicais, sob o argumento de que os militantes seriam os responsáveis pela incitação aos distúrbios da ordem. A legislação se constituiu em um ataque significativo que contribuiu para a fragilização do Sindicalismo Revolucionário, tendo em vista seu direcionamento claramente persecutório e de criminalização das práticas revolucionárias. Utilizaremos da contribuições de Samis, que fornece as seguintes análises:

Em conformidade com os fatos, e interessado em ampliar determinados estereótipos, o governo no ano de 1907, através da rubrica do parlamentar Adolfo Gordo, promulgaria a lei de expulsão de indesejáveis à ordem pública. Tal medida que, segundo o proponente, visava trazer o “necessário remédio jurídico” para pôr fim aos excessos de liberdades atribuídos aos imigrantes anarquistas, era, na realidade, uma tentativa de pôr termo ao crescente movimento classista que insistia em explicitar a “questão social”, segundo as autoridades, inexistente no Brasil. Esta lei seria reeditada, com algumas atualizações, nos anos de 1913 e 1921, e, em parceria com ações policiais importantes, acabaria por contribuir para a crise no movimento operário revolucionário. (SAMIS, 2008, p.11).

A criação da Delegacia de Repressão às Atividades Subversivas, no Rio de Janeiro, no final de 1922, institucionalizou a atuação da polícia política, legitimada pelo argumento da

segurança do Estado. A 4ª Delegacia foi chefiada por Carlos da Silva Reis (até setembro de 1925), pelo delegado Francisco Chagas (até maio de 1926), e pelo coronel Bandeira de Mello a partir desse momento até sua extinção em 1933. Em São Paulo, no ano de 1924, foi criada a Delegacia de Ordem Política e Social – DOPS. Uma delegacia especializada em controlar e vigiar as atividades de associação política dos cidadãos, especialmente dos anarquistas, vistos como estrangeiros perigosos que ofereciam riscos a paz e a ordem social. (BRITTO, 2011).

A repressão social e política em questão é problematizada a fim de contextualizar a atuação do Sindicalismo Revolucionário no regime político de matriz totalitária/ autoritária, representado pelo governo de Arthur Bernardes. Mesmo circunscrita à jurisdição da capital federal, as práticas de controle das questões de ordem político-social desenvolveram em outros estados do país e possuíam interlocução nacional. As práticas não se restringiam a coleta de informações, mas apresentavam-se em forma de intimações, apreensões e prisões de operários e militantes revolucionários na Casa de Detenção carioca, expressando o viés coercitivo e persecutório dos adversários políticos do Estado e das elites dominantes.

As ações de desterro na selva equatorial e de expulsão de estrangeiros do território nacional eram práticas comuns neste período. A ordem legal que obrigava os presos políticos a deportação, tinha como destino habitual o navio Campos, espécie de prisão flutuante, que transportava os prisioneiros até o norte do país, com destino a Clevelândia.

(SAMIS, 2002). O sistema de transporte dos presos era feito através de navios da Marinha Brasileira, embarcações em estado de deterioração, com condições precárias de salubridade e alimentação. (ROMANI, 2003).

A Colônia Militar do Oiapoque no distrito de Clevelândia do norte, no estado do Amapá, constituiu-se em um campo de concentração brasileiro para o confinamento de presos políticos. A vila militar, atualmente, sede da 2ª Companhia de Fuzileiros de Selva, era o destino de soldados rebeldes, militantes socialistas e sindicalistas, especialmente os anarquistas, em um período de forte repressão e criminalização do Sindicalismo Revolucionário.

Durante a Primeira República, o governo brasileiro utilizou-se das colônias penais na selva para o encarceramento dos elementos indesejáveis e inaptos a viver em sociedade. Este modelo de deportação e confinamento em locais isolados e inóspitos, limitava a possibilidade de sobrevivência e acesso aos mecanismos legais de justiça. Nas palavras de Romani:

[...] Lendo as páginas de Carneiro, Dias e outros testemunhos, percebe-se, também, semelhança com as práticas adotadas pelos estados totalitários europeus na organização e construção das relações dentro dos campos de concentração de

prisioneiros políticos. A tática de manter em contínuo enfraquecimento moral e físico os detentos, a agonia e espera da morte que em algumas circunstâncias ocasionadas durante o século XX tornou- uma prática de puro e simples extermínio. (ROMANI, 2003, p.266).

Registra-se no Terceiro Congresso Operário o aumento da adesão de sindicatos e federações, porém os impactos do trabalho dos setores reformistas e cooperativistas apresentaram uma maior expressão nas discussões acerca da orientação do movimento operário, assim como a repressão do movimento e dos militantes pelo aparato coercitivo do Estado. Neste período, a COB já havia encerrado suas atividades no sindicalismo brasileiro. Contribuindo com essa discussão, Toledo aponta que:

Em junho de 1915 saiu o último número do jornal, encerrando os registros da experiência da confederação. E, em 1920, quando se realizou o terceiro congresso operário da Primeira República, a COB já não existia. Se o primeiro e o segundo congressos tiveram um clima de mobilizações, o terceiro ocorreu no período da intensa repressão que se seguiu às ondas de lutas dos anos 1917- 1919, com a deportação de muitos líderes operários. Era também um período de reconfiguração do movimento dos trabalhadores. (TOLEDO, 2013, p. 27).

Restritos a alguns centros urbanos e sob forte repressão/perseguição policial e estatal, os movimentos operários livres sofreram importantes fragilizações nas suas lutas e em sua constituição, tendo em vista os militantes presos e/ou deportados. Igualmente, a partir da aproximação das lideranças sindicais reformistas com os partidos políticos, o atrelamento do aparelho oficial do Estado ao movimento sindical foi favorecido e legitimado pelo governo, culminando na metamorfose do sindicalismo autônomo para um sindicalismo tutelado pelo Estado, ação coroada fundamentalmente na Era Vargas.

Esse período, se caracterizou pela presença da legislação trabalhista, pela cooptação dos trabalhadores a proposta do sindicato oficial de Estado e pela forte repressão ao movimento autônomo operário. O governo criou mecanismos oficiais de manutenção do desenvolvimento do capital através do estabelecimento de bases legais de organização das relações de trabalho no Brasil, incluindo a tutela estatal dos sindicatos. (COUTO, 2008).

A instituição do sindicalismo oficial de Estado e conseqüente adesão dos movimentos operários autônomos ao longo da história transformou os sindicatos livres em instrumentos disciplinadores que desempenharam uma função de desorganização e desmobilização dos operários.

4 A CONFEDERAÇÃO OPERÁRIA BRASILEIRA: UM ESFORÇO DE CARACTERIZAÇÃO

Este capítulo da dissertação trata da Confederação Operária Brasileira e foi desenvolvido a partir de uma pesquisa de cunho bibliográfico, que objetivou a localização de reflexões acerca das resoluções e periódicos da referida Confederação. Com base na bibliografia consultada elegeu-se alguns arquivos e acervos, utilizando-se da internet como instrumento de acesso às digitalizações dos documentos.

A seleção dos jornais apontados na pesquisa seguiu a disponibilidade dos títulos que encontram-se na bibliografia sobre este campo de estudo, oferecendo informações sobre a imprensa operária da Primeira República no Brasil. Contudo, buscou-se selecionar as análises acerca dos jornais que tiveram relevância na experiência da Confederação Operária Brasileira e para o movimento operário na conjuntura histórica e política do período, especialmente as publicações do jornal “A Voz do Trabalhador”, produzida pela COB entre os anos de 1908 e 1915.

Assim, justifico e dimensiono a reflexão acerca da temática dos arquivos que se referem ao objeto de pesquisa investigado, delineando os problemas e impasses de acesso aos documentos originais e por consequência, das informações e memórias do movimento operário brasileiro no contexto da Primeira República.

A produção historiográfica do movimento operário, chamada por Cláudio Batalha de “produção militante”, contribui de modo significativo no estudo da formação da classe assalariada no Brasil e do movimento operário. “Esses autores militantes são os primeiros a escrever uma história, ainda que idealizada e hagiográfica, da classe operária em uma época na qual só havia espaço para o estudo das classes dominantes” (BATALHA, 1998, 148). Neste sentido, o conteúdo produzido por ativistas políticos, jornalistas, sindicalistas e operários, embora não se configure em uma produção acadêmica, são considerada nesta pesquisa.

4.1 A Confederação Operária Brasileira: um esforço de caracterização

A Confederação Operária Brasileira configurou-se como a primeira experiência de criação de uma identidade coletiva entre os operários brasileiros. Nascida no interior do Primeiro Congresso Operário Brasileiro, em abril de 1906, contou com a estrutura organizacional em formação naquele período, especialmente com a Federação Operária do

Rio de Janeiro (FORJ) e de São Paulo (FOSP). Suas atividades iniciaram de fato dois anos mais tarde, em 1908 e enfatizava a necessidade de união da classe trabalhadora nacional, dando atenção ao caráter Internacionalista da luta operária. Sobre a constituição da COB, Toledo indica que:

Ancorada, sobretudo, na Federação Operária do Rio de Janeiro (Forj, fundada em 1906 e herdeira da Federação Operária Regional, fundada em 1905), mas com a colaboração da Federação Operária de São Paulo (Fosp, fundada no fim de 1905) e de outras organizações, a COB representou um avanço para o movimento operário no país. Destaca-se especialmente seu jornal, *A Voz do Trabalhador*, publicado quinzenalmente, com uma tiragem que chegou a 4.000 exemplares, e que, nos 71 números publicados nos anos de 1908 e 1909 e entre 1913 e 1915, noticiou as lutas do proletariado de várias partes do Brasil e do mundo e conseguiu pela primeira vez coordenar e promover a troca de informações no interior do movimento. (TOLEDO, 2013, p.12).

Para compreendermos a base de formação da Confederação Operária Brasileira é necessário pensar o movimento operário a partir de uma perspectiva que considere a heterogeneidade de sua composição, com recortes étnicos, etários, de gênero e de pluralidade de correntes políticas e ideológicas. Embora houvessem elementos dissociativos do movimento, os ideais libertários como a emancipação do trabalhador do patronato, do capitalismo e até do próprio Estado, constituíam pontos em comum na construção da luta de classes no país. Ainda nas palavras de Toledo:

A COB foi, assim, o produto da ação de militantes provenientes de diversos horizontes políticos, como anarquistas, sindicalistas revolucionários, socialistas e outros, mas que viam no sindicato o órgão e na greve geral o meio para a transformação social (TOLEDO, 2013, 17).

O Sindicalismo Revolucionário foi a forma de luta assumida pela COB e contou com a adesão de organizações operárias que já buscavam um horizonte de articulação, naquele período. As resoluções assumidas pela Confederação abarcavam a defesa da luta por melhorias de condições de vida, que se caracterizavam por um viés mais aproximado a práticas reformistas, com vistas a finalidade de sua ação, a produção de uma revolução social em convergência com o movimento operário. A estratégia de atuação anarquista no campo sindical imprimia uma linguagem revolucionária no movimento a partir do lugar comum de dominação que os operários ocupavam socialmente, mediando as divergências político – ideológicas que fragilizavam os processos de unificação da classe trabalhadora.

Em linhas gerais, a historiografia examina a Confederação Operária Brasileira como um coletivo coeso, sob influência anarquista. Importa compreendermos que esse coletivo era

plural e nele coexistiam distintas concepções acerca das formas de luta que deveriam ser adotadas pelo movimento operário, assim como, divergências aos propósitos que deveriam ser alcançados pelos trabalhadores organizados. (COSTA, 1982, p.226).

No início de sua atuação, a Confederação Operária Brasileira contou com a reunião de aproximadamente 50 sindicatos. As principais bases de sustentação da Confederação tratavam-se dos sindicatos ligados a Federação Operária do Rio de Janeiro (FORJ), a Federação Operária de São Paulo (FOSP) e a Federação Operária do Rio Grande do Sul (FORGS). A Federação Socialista Baiana e a Federação de Santos, mesmo que em menor expressão no número de organizações, também demarcam sua presença na formação da COB.

O funcionamento efetivo da Confederação Operária Brasileira é registrada a partir de 1908. Anterior a este período, a Organização Sindical contava basicamente com a estrutura organizacional da Federação do Rio de Janeiro (FORJ) e ainda não atingia amplitude nacional em suas ações. De todo modo, a primeira experiência organizativa operária do país detinha o valor real e simbólico de criação de uma identidade coletiva de classe no Brasil.

Ainda que os militantes anarquistas não formassem um grupo dirigente da COB, as razões que permitem justificar a organização como uma expressão do Sindicalismo Revolucionário no país dialogam com a afirmativa de que o referido modelo sindical foi a estratégia do anarquismo como vetor social de sua ação no período analisado.

A estratégia do Sindicalismo Revolucionário parte de uma leitura da realidade social evidenciada na sociedade capitalista e organiza a luta a partir da realidade comum de exploração dos operários, fundada no conflito capital x trabalho. Apresenta a solução e a superação desse antagonismo na arena sindical, através do fim da sociedade de classes. A Confederação Operária Brasileira apresentava em seu programa de atuação as lutas por melhorias das condições de vida e de trabalho da classe operária, entendendo este campo da luta econômica como um meio de alcançar uma revolução social, do tipo anarquista-socialista, através de uma greve geral dos operários.

O jornal da imprensa oficial da COB, intitulado “A Voz do Trabalhador”, em sua primeira edição, apresenta-se como representante da classe trabalhadora no país nos meios de comunicação, destacando a relevância da consolidação da primeira organização operária de alcance nacional em luta pela emancipação do capital. O trecho a seguir destaca que a partir da formação da Confederação Operária Brasileira:

[...] dá-se o primeiro passo para o despertar do proletariado do Brasil e lançam-se os alicerces duma organização futura, feita de comum acordo e com um fim determinado. [...] Dando vida à Confederação caminha-se para a união do

proletariado brasileiro, sem a qual não será fácil empreender uma luta constante e vigorosa contra os exploradores de nosso suor, contra os inimigos dos que lutam pelo bem estar da humanidade. (Confederação Operária Brasileira, *A Voz do Trabalhador*, 01/07/1908, p. 1).

O Primeiro Congresso Brasileiro, realizado em 1906 é considerado o marco que imprime as características do Sindicalismo Revolucionário no movimento operário. O Congresso aconteceu fundamentalmente pela ação organizativa da FORJ⁶ e contou com a participação de 43 delegados representantes de 28 associações de resistência. Várias categorias foram representadas, em sua maioria de trabalhadores urbanos, estivadores, trabalhadores portuários, ferroviários e do setor de serviços.

É relevante destacar, para se apreender o clima do momento, que entre os anos de 1906 e 1907 há intensas manifestações e greves em setores estratégicos da economia da Primeira República. E é neste contexto que o Primeiro Congresso Operário Brasileiro foi promovido pela Federação Operária Regional do Rio de Janeiro. Reuniu-se com a participação de delegados de numerosos sindicatos dos Estados, principalmente, de São Paulo. (KUSHNIR, 2015, p.59).

Neste congresso, os elementos que definem a fisionomia do sindicalismo brasileiro são adotados a partir dos princípios defendidos também internacionalmente, apresentando características da CGT francesa e de seu modelo de Sindicalismo Revolucionário. A COB se constituiu a partir da união de federações nacionais de indústria e ofício, uniões locais e estaduais de sindicatos, bem como, sindicatos singulares advindos de localidades onde ainda não haviam se formado federações.

Ainda no primeiro exemplar de “A voz do Trabalhador”, em julho de 1908, a Confederação Operária Brasileira, apresentava as organizações que haviam aderido ao projeto da Central, deliberado no Primeiro Congresso Operário, ainda em 1906. Segundo a fonte, faziam parte da COB:

- do Rio de Janeiro: o Sindicato dos Trabalhadores em Fábricas de Tecidos (os têxteis eram o maior grupo entre os trabalhadores industriais no Brasil); a Associação Protetora dos Chapeleiros; o Centro dos Operários Marmoristas; o Sindicato dos Carpinteiros, Pedreiros e Anexos; o Sindicato dos Trabalhadores em Ladrilhos e Mosaicos; o Sindicato dos Trabalhadores em Pedreiras; o Sindicato dos Pintores; o Sindicato dos Sapateiros e o Sindicato Operário de Ofícios Vários;
- de São Paulo: o Sindicato dos Trabalhadores Gráficos; a União dos Chapeleiros; a Liga dos Trabalhadores em Madeira; a Liga dos Pedreiros e Anexos; o Sindicato dos Trabalhadores em Veículos; o Sindicato dos Metalúrgicos; o Sindicato dos Trabalhadores em Fábricas de Tecidos; o Sindicato dos

⁶ A iniciativa da realização do Primeiro Congresso Operário Nacional foi da Federação Operária Regional, originada da Federação das Associações de Classe, esta nascida no Rio de Janeiro em 1903. (TOLEDO, 2013, 13).

Transportadores de Tijolos; o Sindicato dos Trabalhadores em Pedra Granito; a Liga dos Pintores; a Liga das Costureiras de Carregação; o Sindicato dos Trabalhadores de Olarias; o Sindicato dos Oficiais Alfaiates; o Sindicato dos Vidreiros de Água Branca; a Liga Operária de Campinas; a Liga Operária de Jundiaí; a Liga Operária de Amparo; o Centro União Operária de Ribeirão Preto; o Sindicato de Ofícios Vários de São Bernardo; o Sindicato dos Pintores, o Sindicato dos Carpinteiros e o Sindicato dos Pedreiros, de Santos;
 – do Rio Grande do Sul: o Sindicato dos Marmoristas de Porto Alegre. (A Voz do Trabalhador, 1/07/1908, p. 1-2 apud TOLEDO, 2013, 13).

Esses dados nos oferecem um panorama da estrutura de formação da Confederação Operária Brasileira, especialmente constituída por entidades dos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo. Entretanto, já nas próximas publicações, ainda no mesmo ano, seu jornal oficial demonstra a adesão de sindicatos de outros territórios do país e denota a expansão de sua atuação como organização sindical nacional.

A Federação Socialista Baiana, formada pela União das Costureiras, o Centro dos Trabalhadores do Mar, a Associação dos Trabalhadores em Construção, a Associação dos Trabalhadores em Padaria, o Sindicato dos Trabalhadores em Madeira, o Sindicato dos Mecânicos, a União dos Trabalhadores da Viação Terrestre e o Centro dos Sapateiros, assim como, a União Operária Alagoana, passaram a fazer parte do quadro de confederados da COB, ainda em seus primeiros anos de existência. (TOLEDO, 2013).

A expansão do movimento operário organizado demandava a criação de mecanismos de propaganda e difusão de suas estratégias e formas de luta. Neste sentido, a criação e circulação de jornais, folhetos, livros e revistas, foi um importante elemento de compartilhamento e expansão dos fundamentos que constituíram o programa de atuação da Confederação Operária, a partir do seu primeiro Congresso.

O jornal “A voz do Trabalhador” apresentou ondas de maior expressividade durante sua existência, como verificado no período que compreende os anos de 1908 e 1909 e no período que compreendeu os anos de 1912 e 1913. Em 1915 sua edição foi encerrada, fundamentalmente em razão da fragilidade de financiamento que comprometeu seu funcionamento. A trajetória do jornal contou com 71 exemplares, no entanto, não manteve periodicidade regular nos anos de sua publicação. (MARQUES, 2013).

No Congresso Operário Brasileiro de 1906, expressiva parcela dos trabalhadores deliberou a favor da filiação das organizações sindicais ao projeto internacional do Sindicalismo Revolucionário. Tratando especificamente da criação da Confederação Operária Brasileira, seus objetivos podem ser verificados através das resoluções do Congresso, como demonstra-se a seguir na publicação do jornal “A Voz do Trabalhador”:

a) Promover a união dos trabalhadores assalariados para a defesa dos seus interesses morais e matérias, econômicos e profissionais; b) Estreitar laços de solidariedade entre o proletariado organizado, dando mais força e coesão aos seus esforços e reivindicações, tanto morais como materiais; c) Estudar e propagar os meios de emancipação do proletariado e defender em público as reivindicações econômicas dos trabalhadores, servindo-se para isso de todos os meios de propaganda conhecidos, nomeadamente de um jornal que se intitulará A Voz do Trabalhador; d) Reunir e publicar dados estatísticos e informações exatas sobre o movimento operário e as condições do trabalho em todo o país. (A Voz do Trabalhador, 1/01/1913, ano VI, n. 22 apud TOLEDO, 2013).

O Federalismo foi defendido através de uma perspectiva descentralizada da organização da luta e da eleição da neutralidade sindical, por meio da construção de um espaço aberto para todos os trabalhadores, ausente da opção política eleitoral, baseando-se na autogestão como modelo de organização. Este princípio tratava especialmente das categorias acerca da orientação, organização e ação do movimento operário.

Ao contextualizar a adoção da neutralidade política e ideológica como princípio de atuação da COB, em 1906, Neno Vasco afirma que: “O Congresso não foi, de certo, uma vitória do anarquismo. Não o devia ser. (...) Se o Congresso tivesse tomado caráter libertário, teria feito obra de partido, não de classe.” (Confederação Operária Brasileira – 1906 apud SAMIS, 2002, p. 196). Neste sentido, o militante corrobora a posição dos Sindicalistas Revolucionários de enfatizarem sua atuação no campo sindical a partir da organização dos trabalhadores, sem que houvesse necessariamente a discussão ideológica do anarquismo no âmbito do sindicato, pelo menos de modo único, hegemônico, unilateral e explícito.

A partir dos debates entre distintas correntes políticas e ideológicas, o Primeiro Congresso Operário, em 1906, adota as seguintes resoluções:

Considerando que o operariado se acha extremamente dividido pelas suas opiniões políticas e religiosas; que a única base sólida de acordo e de ação são os interesses econômicos comuns a toda a classe operária, os de mais clara compreensão; que todos os trabalhadores, ensinados pela experiência e desiludidos da salvação vinda de fora da sua vontade e ação, reconhecem a necessidade iniludível da ação econômica direta de pressão e resistência, sem a qual, ainda para os mais legatários, não há leis que valha; o congresso aconselha o operariado a organizar-se em sociedade de resistência econômica, agrupamento essencial e, sem abandonar a defesa, pela ação direta, dos rudimentares direitos políticos de que necessitam as organizações econômicas, a pôr fora do sindicato a luta política especial de um partido e as rivalidades que resultariam da adoção, pela associação de resistência de uma doutrina política ou religiosa, ou de um programa eleitoral. (...) (Resoluções do 1º Congresso Operário Brasileiro efetuado nos dias 15, 16, 17, 18, 19 e 20 de abril de 1906 na sede do Centro Gallego, à Rua da Constituição, 30 e 32, Rio de Janeiro, 1906 (IISG) apud PINHEIRO; HALL, 1985, p. 47).

O Antimilitarismo, defendido em um contexto em que existem profundas ameaças imperialistas, principalmente dos países de capitalismo desenvolvido, já no século XIX, foi a resposta do sindicalismo brasileiro aos acontecimentos em curso. Igualmente, o Antinacionalismo foi um princípio adotado no Primeiro Congresso Operário Brasileiro, buscando uma linguagem de compreensão comum a ser utilizada pela imprensa sindical, mediando tradições populares brasileiras as expressões culturais dos imigrantes, combatendo as manifestações da fragmentação da classe assalariada brasileira por meio de um ideário social comum e do fortalecimento dos laços de solidariedade.

A ação direta foi a estratégia defendida pela COB em seu primeiro Congresso, referindo-se aos instrumentos de luta que a classe operária deveria adotar naquele período para realizar as mudanças sociais almejadas em suas condições de trabalho e de vida. Eliminando os agentes intermediários, como os partidos políticos, o movimento não dependeria da ação política partidária e eleitoral para o alcance de seus fins. Assim, os meios de ação defendidos para organização e luta operária no campo econômico, embora apresentando divergências no interior do movimento, contribuíram para a formação da identidade de classe autônoma, naquele período. Nesse sentido, utilizaremos as considerações elaboradas pelo primeiro Congresso, como exposto a seguir:

Considerando que o proletariado economicamente organizado, independente dos partidos políticos, só pode, como tal, lançar mão dos meios de ação que lhe são próprios; Tendo em vista a moção voltada sobre o 1º tema discutido; O congresso aconselha como meios de ação das sociedades de resistência ou sindicatos todos aqueles que dependem do exercício direto e imediato da sua atividade, tais como a greve parcial ou geral, a boicotagem, a sabotagem, o label, a manifestação pública, etc., variáveis, segundo as circunstâncias de lugar e de momento. (Resoluções do 1º Congresso Operário Brasileiro efetuado nos dias 15, 16, 17, 18, 19 e 20 de abril de 1906 na sede do Centro Gallego, à Rua da Constituição, 30 e 32, Rio de Janeiro, 1906 (IISG) apud PINHEIRO; HALL, 1985, p. 48).

Ainda, com relação a adoção das ações diretas como forma de luta operária, a greve geral foi defendida como ferramenta de multiplicação da força social dos trabalhadores em direção a transformação social. O boicote e a sabotagem referiam-se a adoção de ações de rechaço aos produtos de industriais que precarizavam ainda mais as condições de trabalho dos operários e também foi expressa nas resoluções do Congresso.

No que se refere a organização sindical, deliberou-se sobre sua estruturação por ofício, ou por vários ofícios, nas localidades em que não se conseguia formar um sindicato por categoria. Embora voltando suas deliberações primordialmente para a classe trabalhadora urbana, algumas discussões no interior do debate operário apontavam um horizonte de

organização de um sindicato para os trabalhadores rurais. A crítica aos sindicatos de matriz reformista e cooperativista foram registradas nas resoluções, como exposto a seguir:

Considerando que a resistência ao patronato é a ação essencial, e que, sem ela, qualquer obra de beneficência, mutualismo ou cooperativismo seria toda a cargo do operariado, facilitando mesmo ao patrão a imposição de suas condições; que essas obras secundárias, embora trazendo ao sindicato grande número de aderentes, quase sempre sem iniciativa e sem espírito de resistência, servem muitas vezes para embaraçar a ação da sociedade que falta inteiramente ao fim para que fora constituída - a resistência; o congresso aconselha, sobretudo, resistência, sem outra caixa a não ser a destinada a esse fim e que, para melhor sintetizar o seu objetivo, as associações operárias adotem o nome de sindicato. (...) (Resoluções do 1º Congresso Operário Brasileiro efetuado nos dias 15, 16, 17, 18, 19 e 20 de abril de 1906 na sede do Centro Gallego, à Rua da Constituição, 30 e 32, Rio de Janeiro, 1906 (IISG) apud PINHEIRO; HALL, 1985, p. 49).

As resoluções do Primeiro Congresso Operário de 1906, apresentavam a necessidade de atuação e organização da classe assalariada, conforme a realidade coletiva vivenciada pelos operários. Assim, as bases fundamentais para a ação da Confederação deveriam ser consideradas a partir das deliberações da classe operária em nível nacional. A luta política do Sindicalismo Revolucionário constituiu-se sob a perspectiva de uma unidade que se apresenta a partir da condição comum do trabalhador enquanto um assalariado, um oprimido na sociedade de classes, primordialmente no âmbito econômico.

Figura 1: Primeiro Congresso Operário Brasileiro -1906



Fonte: CUNHA, Eduardo. A COB e o Centenário do III Congresso Operário Brasileiro: O que fica para os dias de hoje? Publicação do GMARX (Grupo de Estudos de História e Economia Política) / FFLCH-USP. Ano 01. Nº21. São Paulo, 2020.

Figura 2: Selo da Confederação Operária Brasileira – COB



Fonte: CUNHA, Eduardo. A COB e o Centenário do III Congresso Operário Brasileiro: O que fica para os dias de hoje? Publicação do GMARX (Grupo de Estudos de História e Economia Política) / FFLCH-USP. Ano 01. Nº21. São Paulo, 2020.

O Segundo Congresso Operário da COB aconteceu em 1913 e contou com um claro avanço organizativo da classe operária em relação a primeira experiência. O aumento da participação de federações estaduais, locais, sindicatos e ligas pode ser verificado na pesquisa de Kushnir, que indica que:

O Segundo Congresso Operário Brasileiro aconteceu no Rio de Janeiro entre os dias 8 e 13 de setembro de 1913, organizado pela Confederação Operária Brasileira (COB) - central sindical inspirada na CGT francesa - e pela Federação Operária Regional do Rio de Janeiro. Os participantes reuniram-se no Centro Cosmopolita, localizado à Rua do Senado número 215. Ao todo, os trabalhadores realizaram doze sessões e debateram 24 temas, com a presença de 63 entidades e de 117 delegados de oito Estados (SP, RJ, AL, RS, PA, AM e MG), sendo duas federações estaduais, cinco federações locais, 52 sindicatos e quatro *jornais*: *A Voz do Trabalhador* - Rio de Janeiro -, *A Lanterna e Germinal* - São Paulo - e *O Trabalho* - de Bagé, RS. (KUSHNIR, 2015, p.56).

A partir da ampliação da representatividade nacional da COB, as deliberações do segundo Congresso, especificaram as normas de organização sindical, em geral, ratificando as propostas do encontro anterior. No entanto, nas resoluções congressuais de 1913, em um contexto de avanço da industrialização brasileira e em uma tentativa de combater a fragmentação da classe operária por categorias, privilegiam a constituição de sindicatos de indústria, como expresso no trecho a seguir:

O Segundo Congresso Operário Brasileiro aconselha as seguintes normas de organização: 1º) Que os trabalhadores de cada localidade se organizem por ofício ou indústria em sindicatos ou resistência, constituindo-se em sindicatos de ofícios vários os que não reúnem número suficiente para a formação de organismos autônomos; 2º) Que entre os Sindicatos de ofícios e de indústrias, seja dada preferência aos de indústrias, por serem os que a prática tem aconselhado, no Brasil, como em outros países, como mais consentâneos com as necessidades do desenvolvimento sindical, pois evita os exclusivismos de classes, sem impedir que as diversas categorias que no seio dos mesmos Sindicatos de indústrias poderão tratar separadamente das questões particulares que lhe são próprias. 3º) Que nas cidades onde as diferentes classes, por escassez de número, não possam formar sindicatos de ofício, ou de indústria, se constituam em sindicatos de ofícios vários, devendo logo que haja número suficiente de uma mesma classe, formar imediatamente o respectivo Sindicato autônomo. 4º) Que, desde que haja mais de um Sindicato numa mesma localidade, eles se organizem em federação local. 5º) Que, as federações locais afim de que reflitam mais positivamente a atividade das associações federadas, os delegados de comissões federais pertençam as diretorias, comissões executivas ou administrativas ou participem dos trabalhos das mesmas, pois que assim estarão mais intimamente orientados sobre a vida sindical, estabelecendo relações mais estreitas entre os sindicatos e os organismos federativos. 6º) Que, as federações locais e os Sindicatos isolados de ofício, indústria ou ofícios vários se reúnem em Federação Estadual. 7º) Que os Sindicatos do mesmo ofício ou indústria se reúnam em Federação Nacional. (O REBATE, 1920 apud HISTÓRIA EM REVISTA, 1998, p.15-16).

A discussão sobre as bolsas de trabalho, já em processo de implementação na França, demonstra claros indícios da inspiração do programa da Confederação Brasileira no modelo do Sindicalismo Revolucionário da CGT francesa, sendo encontradas nas deliberações do Segundo Congresso da COB. Esta discussão igualmente se estendeu para a temática da definição do salário mínimo, que muito antes do governo Vargas, estava no horizonte do movimento operário organizado.

A temática da atitude sindicalista brasileira diante a guerra seguiu o princípio do antimilitarismo, defendido no Primeiro Congresso em 1906. Assim, em caso de guerra entre duas nações o movimento operário recebeu a orientação de aderir a luta da classe operária mundial, rechaçando a escolha acrítica de uma nação em um possível conflito beligerante. Embora houvessem expressões de apoio ao ingresso do Brasil na guerra, as deliberações da COB reafirmaram a luta operária de caráter antimilitar. Destaca-se que o contexto de realização do Congresso é anterior a eclosão da Primeira Guerra, em 1914, contexto em que o movimento operário ocupou-se de debater qual seria sua posição coletiva diante desta possibilidade de conflito mundial. Segundo os apontamentos de Kushnir:

Mesmo após o fim do congresso, a COB continuou a advogar as suas bandeiras, ou seja, a defesa dos interesses acima descritos como pactuados para o operariado brasileiro. Teve também atuação marcada contra a Primeira Guerra Mundial, por intermédio de seu principal informativo - Voz do Trabalhador -, ratificando suas posições a favor da paz e do internacionalismo. (KUSHNIR, 2015, p.64).

Um elemento de destaque no debate realizado pelo Congresso Operário de 1913 versava sobre o caráter social e ideológico da organização sindical brasileira. Embora houvesse presença da propaganda anarquista no campo operário, o autonomismo sindical era defendido, favorecendo a produção de um espaço amplo de circulação de ideias e de sistematização das classes profissionais.

Essa temática da autonomia sindical, relaciona-se ao contexto de discussão que envolvia divergências entre os militantes do Sindicalismo Revolucionário no interior da COB. Refere-se fundamentalmente as disputas ideológicas das correntes existentes no movimento operário e seus projetos de organização sindical. Nesse sentido, as resoluções do segundo Congresso, indicam que:

Tendo em conta que da discussão dentro da mais ampla liberdade surge, com mais facilidade, o critério lógico e exato, o Segundo Congresso Operário Brasileiro aconselha todas as sociedades operárias a permitirem em seu seio uma ampla exposição e discussão de todas as ideias. (Relatório da Confederação Operária Brasileira contendo as resoluções do Segundo Congresso Operário Brasileiro reunido no Rio de Janeiro nos dias 8, 9, 10, 11, 12 e 13 de setembro de 1913. Rio, 1914, p 64 apud PINHEIRO, Paulo Sergio e HALL, Michael M. A classe op. cit. p. 189).

Embora houvesse um significativo dissenso sobre o caráter da identidade política da Confederação Operária Brasileira, especialmente sobre a adesão das organizações sindicais a política partidária, os congressistas mantiveram a convicção de que ao assumir uma posição política-ideológica como corrente oficial, as organizações sindicais afastariam os trabalhadores de sua identidade social de classe.

O Segundo Congresso Operário Brasileiro, tomando em consideração as resoluções adotadas pelo Primeiro Congresso sobre a orientação que à organização convém seguir em face da política especial dum partido - aconselhando-a a se manter inteiramente no terreno da ação direta de pressão e resistência contra o capitalismo, para a garantia dos direitos econômicos que ligam estreitamente os trabalhadores, divididos pelas suas opiniões políticas, religiosas ou sociais. (A Voz do Trabalhador, 1/10/1913, ano VI, n. 39-40, p.2 apud TOLEDO, 2013).

Neste sentido é possível verificar que a presença de distintas correntes político-ideológicas foram admitidas pela COB, empenhada em caracterizar o movimento em defesa de sua neutralidade político-partidária e ideológica. O modelo de sindicalismo adotado pela COB durante a Primeira República, embora contando com a expressiva presença de militantes anarquistas, não objetivava tornar a Confederação oficial e majoritariamente anarquista. O interesse dos anarquistas que atuavam nos sindicatos era de construção de estratégias de

emancipação do trabalhador através do conflito com o capital, deixando as questões referentes a identidade política para fora do terreno sindical.

As ações da COB em confluência com a sua base sindical, mantinham-se atuantes produzindo importantes movimentos nos campos econômicos e políticos do país. A imprensa seguia ocupando um relevante espaço de luta no campo das ideias, no âmbito da propaganda Sindicalista Revolucionária, por meio das publicações de seu órgão de imprensa oficial. O jornal “A voz do Trabalhador”, além de difundir o programa da central sindical, socializava informações locais e internacionais da luta operária, conclamando a sociedade a debater questões sociais nas conferências, apresentações teatrais e piqueniques anticlericais de cunho crítico a aliança entre a igreja e as classes dominantes na exploração da classe operária.

Figura 3: Segundo Congresso Operário Brasileiro – 1913



Fonte: CUNHA, Eduardo. A COB e o Centenário do III Congresso Operário Brasileiro: O que fica para os dias de hoje? Publicação do GMARX (Grupo de Estudos de História e Economia Política) / FFLCH-USP. Ano 01. Nº21. São Paulo, 2020.

Ainda tratando dos Congressos promovidos pelo Sindicalismo Revolucionário no Brasil, em 1920, o Terceiro Congresso Operário Brasileiro, acontece em um período peculiar do movimento operário. As resoluções acerca das orientação deliberadas nos Congressos de 1906 e 1913 foram reafirmadas, no entanto, o contexto histórico em que se encontrava os trabalhadores em uma perspectiva mundial, demandaram o estabelecimento, em termos

precisos, do critério fundamental, pelo qual deveriam orientar-se todas as organizações sindicais e todos os esforços da luta dos trabalhadores do Brasil.

Sobre a organização e a finalidade do Sindicatos Revolucionários o Congresso de 1920, em uma de suas resoluções, delibera que:

1º) Toda a vida dos nossos dias, em todo o mundo, gira em torno do choque de interesses entre as duas classes básicas da sociedade: a classe dos trabalhadores e a classe dos capitalistas. Estão de um lado os operários, os produtores, os oprimidos, os pobres, de outro lado estão os patrões, os parasitas, os opressores, os ricos.

2º) A classe dos trabalhadores é a classe que produz efetivamente e diretamente todas as riquezas sociais, e é no entanto, a classe pobre. A classe dos capitalistas nada produz diretamente, nem efetivamente e no entanto é a classe rica. Há neste fato concreto uma injustiça concreta, que à coerência das massas proletárias de hoje não pode mais suportar. Daí o choque de interesses que se transforma numa luta contra injustiça, numa luta pela justiça.

3º) Esta é a característica histórica dos conflitos sociais do nosso tempo: revolta da consciência proletária contra a injustiça do regime capitalista.

4º) Da consciência desperta e revoltada nasce o desejo de ação, do desejo de ação nasce o emprego da força, do emprego da força nasce a necessidade de organização. A organização unindo forças dispersas, aumenta a força de cada um e aumenta a força de todos. Desorganizados os trabalhadores nada podem; organizados podem tudo.

5º) Ficam, pois firmados os princípios e as finalidades fundamentais da organização operária: revolta contra a injustiça, luta contra o regime de desigualdade entre os homens.

6º) Em síntese: a organização operária, constituída sob um princípio de justiça, tem por fim estabelecer uma sociedade em que todo o produto do trabalho útil de todos seja de fato propriedade de todos os trabalhadores. (O REBATE, 1920 apud HISTÓRIA EM REVISTA, 1998 p. 13).

As representações regionais do Terceiro Congresso Operário Brasileiro contaram com os seguintes Estados: São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Amazonas, Rio de Janeiro, Paraná, Pará, Pernambuco, Bahia, Espírito Santo, Santa Catarina, Mato Grosso e o Distrito Federal. Estiveram presentes seis Federações Estaduais de Sindicatos dos estados do Rio Grande do Sul, do Paraná, do Pará, do Rio de Janeiro, da Bahia e de Pernambuco). O encontro contou com a participação de cinco Federações Locais de sindicatos, representando os municípios de Porto Alegre, Pelotas, Rio Grande, São Paulo e Distrito Federal e de uma federação local de indústria, a Federação dos Condutores de Veículos do Distrito Federal. Houve um grande número de sindicatos de indústrias, de ofícios e de ofícios vários presentes, envolvendo um total de 132 delegados.

Tratando de sua dimensão organizativa, a sindicalização por indústrias foi novamente defendida como prioritária pela Confederação. O avanço do desenvolvimento industrial, abrangendo um número cada vez maior de trabalhadores e a crescente demanda de produção de bens em massa, deve ser considerado neste contexto. Sobre os estatutos e regulamentos, as

resoluções congressuais indicam a confirmação dos delineamentos do Segundo Congresso de 1913, no entanto, apresentam a criação de um Comissão Executiva Nacional, dando seguimento as orientações referentes às comissões administrativas⁷ nas organizações operárias sindicais:

O 3º Congresso Operário Brasileiro resolve:1ª) Nomear uma comissão de congressistas, que será denominada Comissão Executiva do 3º Congresso, cujas atribuições, funções e composição vão a seguir especificadas:2ª) A CETC terá por atribuições coordenar todos os trabalhos necessários e tendentes à execução das resoluções de caráter geral tomadas nesse congresso. 3ª) A CETC se comporá de um secretário geral, 1 tesoureiro geral, 4 secretários seccionais e 5 secretários excursionistas.4ª) A CETC se subdividirá em 5 secções: extremo norte, com sede em Belém, compreendendo os estados do Amazonas, Pará, Maranhão, Ceará e Piauí; Norte, com sede no Recife, compreendendo os estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia; Centro, com sede no Rio de Janeiro, compreendendo o Distrito Federal, os estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais(menos as 2 zonas do Sul e do triângulo); Sul, com sede em São Paulo, Goiás, Mato Grosso e as duas zonas do triângulo e do sul de Minas; extremo sul, com sede em Porto Alegre, compreendendo os estados de Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. (O REBATE, 1920 apud HISTÓRIA EM REVISTA, 1998, p. 14).

No decorrer dos trabalhos do Terceiro Congresso Operário Brasileiro, foram debatidas as especificidades funcionais da Comissão Executiva. Sobre estes elementos deliberados pelos congressistas, pode-se recorrer a análise de um projeto de reorganização da Confederação Operária Brasileira, porém, não houveram subsídios que indicassem essa intenção explicitamente.

5º. Cada seção se comporá de 1 secretário permanente e 1 secretário excursionista.6º. A sessão do centro, composta do secretário geral, do tesoureiro geral e de 1 secretário excursionista, terá a seu cargo, além de suas atribuições seccionais, todo o trabalho de coordenação e direção geral da ação da CETC.7º. O secretário permanente de cada sessão acumulará as funções de tesoureiro seccional.8. A federação local da sede de cada seção designará 3 dos seus delegados, que constituirão o conselho consultivo de cada sessão, sendo que essa designação, no Rio caberá ao Conselho Geral das Federações. (O REBATE, 1920 apud HISTÓRIA EM REVISTA, 1998, p. 14-15).

As resoluções abarcam também a projeção da periodicidade dos encontros sindicais, demonstrando um programa de atuação contínua e organizada da Comissão Executiva no âmbito do movimento operário. A confluência do Sindicalismo Revolucionário no projeto da

⁷ “O 4º Congresso, confirmando em suas linhas gerais as resoluções do 2º Congresso sobre os estatutos e os regulamentos sindicais, de acordo com essas resoluções aconselha as organizações operárias que, para corresponder aos princípios de igualdade e de solidariedade que deve reinar entre companheiros ligados à causa comum, deem preferência nas administrações sindicais as comissões administrativas”. (O REBATE, 1920 apud HISTÓRIA EM REVISTA, 1998 p. 18).

CETC pode ser verificado em suas formulações de cunho federalista, firmada em processos horizontalizados e no afastamento das disputas política-ideológica e partidárias. Delimita-se o vínculo associativo de financiamento da Comissão, prefigurando a realização do Quarto Congresso Operário Brasileiro.

9°. Cada seção se reunirá ordinariamente, com o conselho consultivo, uma vez por semana. 10°. A CETC se reunirá conjuntamente de 3 em 3 meses no Rio, com a presença do secretário geral, do tesoureiro geral e dos 5 secretários excursionistas. 11°. Uma vez por mês cada sessão apresentará a federação da respectiva sede (no Rio ao Conselho Geral) um relatório dos seus trabalhos; uma vez de 3 em 3 meses por ocasião da reunião conjunta ordinária da CETC, o secretário geral fará um relatório geral dos trabalhos coletivos da CETC, o qual será enviado, em cópias, a todas organizações aderentes a este congresso.

12°. Cada associação aderente a esse congresso contribuirá com a cota mensal mínima de 10 réis por associado quites para as despesas gerais da CETC. 13°. O secretário geral e os secretários excursionistas serão subvencionados com ordenado igual ao ganho respectivo de cada um no seu ofício ou profissão devendo todos entregarem-se exclusivamente aos trabalhos da CETC. 14°. A substituição, por impedimento forçado de qualquer dos membros da CETC será feita por indicação da federação local da sede da seção (no Rio o Conselho Geral das Federações), referendadas por todas as organizações aderentes a este congresso. 15°. O mandato da CETC terminará com a reunião do 4º congresso, a reunir-se daqui um ano. 17. As divisões seccionais da CETC poderão ser alteradas conforme o indicarem as necessidades. (O REBATE, 1920 apud HISTÓRIA EM REVISTA, 1998, p. 14-15).

Prosseguindo nas pautas discutidas pelo Congresso, a defesa e necessidade de iniciativas educacionais em diálogo com o movimento sindical recebeu destaque. Nesse sentido, as ações educacionais promovidas pelas organizações do Sindicalismo Revolucionário tinham ligação estreita com a luta econômica e com o empoderamento da classe operária por meio de uma educação libertária. Nesse congresso, as organizações do Sindicalismo Revolucionário mobilizam ferramentas de ação sindical que lhe tornem ainda mais eficiente, aliando a luta econômica a ações culturais e autogestionárias.

A luta contra a expulsão de estrangeiros também foi defendida nas deliberações do Congresso, orientando o movimento operário brasileiro sobre a reação repressiva do Estado aos sindicalistas revolucionários e militantes operários, especialmente os anarquistas e trabalhadores imigrantes. As próximas resoluções apresentam a estratégia de resistência do Sindicalismo Revolucionário, no período de forte criminalização e violência contra o operariado organizado.

O 3º Congresso Operário Brasileiro, resolve: 1º) Lembrar aos trabalhadores de transportes marítimos e terrestres tripulantes de navios e ferroviários que se neguem sistematicamente a transportar operários expulsos, deportados ou desterrados. Para isso deverá o organismo central a ser criado por este congresso, entrar em entendimento direto com as associações marítimas e ferroviárias, no sentido de obter um compromisso formal da parte delas para a execução desta medida primordial de

defesa; 2º) Encarregar ao referido organismo central de entrar em imediato entendimento com as organizações marítimas dos países que mantêm linhas de navegação para o Brasil, no sentido de obter dos tripulantes dessas linhas o compromisso de não transportarem nenhum operário expulso do Brasil. 3º) Nomear desde já uma comissão de 3 membros a qual se encarregará da compilação de um relatório completo e documentado, das atuais perseguições ao operariado do Brasil, devendo esse relatório ser enviado às organizações proletárias de todo mundo, especialmente às dos países que mantêm corrente emigratória para o Brasil. 4º) Encarregar ao mencionado organismo central da escolha, referendada pelas associações aderentes a esse congresso, de um delegado especial que seja enviado à Europa com o fim de dar o mais amplo desempenho ao exposto nas alíneas 2 e 3. 5º) Encarregar o mesmo organismo central da preparação e organização, em todo o Brasil e em dia previamente designado, de uma demonstração coletiva de protesto, da forma que as necessidades aconselharem contra as atuais perseguições e repressões governamentais exercidas sobre a classe operária, encerrando associações, proibindo e dissolvendo violentamente reuniões e prendendo e expulsando os obreiros militantes. 6º) Aconselhar os gráficos que trabalham na imprensa burguesa a não comporem artigos e notícias caluniosas contra o proletariado, notícias e artigos que têm o fim de justificar a reação, e os jornais proletários desenvolvam as notícias em vários idiomas sobre essas violências contra os trabalhadores. 7º) O terceiro congresso julga também de seu dever concitar as organizações operárias do Brasil a prestarem o seu apoio aos comitês constituídos para prestar auxílio aos perseguidos e as suas famílias, tratando ainda de formar novos comitês com o mesmo intuito em todos pontos do Brasil, aos quais as associações devem concorrer com os recursos necessários na medida de suas possibilidades, afim de que os referidos comitês possam cumprir a sua alta missão social. (O REBATE, 1920 apud HISTÓRIA EM REVISTA, 1998, p. 16).

Neste contexto de intensa repressão estatal, os congressistas do Terceiro Congresso Brasileiro avaliaram os resultados da trajetória de lutas do Sindicalismo Revolucionário nas primeiras décadas da República, reforçando seu caráter internacionalista, contextualizando a luta operária no mundo, especialmente dialogando sobre a experiência da Revolução Russa, assunto latente naquele período no país.

Em 1920, a Confederação Operária Brasileira havia se dissolvido e seu periódico já não era mais publicado. O período de intensa repressão que se seguiu às ondas de luta operária dos anos 1917-1919 e a deportação de muitos líderes operários foram determinantes na fragilização da organização.

Figura 4: Terceiro Congresso Operário Brasileiro – 1920



Fonte: CUNHA, Eduardo. A COB e o Centenário do III Congresso Operário Brasileiro: O que fica para os dias de hoje? Publicação do GMARX (Grupo de Estudos de História e Economia Política) / FFLCH-USP. Ano 01. Nº21. São Paulo, 2020.

4.2 Constituição, estratégias e formas de luta da Confederação Operária Brasileira em confluência com o anarquismo

A Coordenação Operária Brasileira expressava seu caráter revolucionário pela defesa da ação direta, do trabalho organizativo pela base sindical e pela neutralidade política e ideológica das organizações operárias. Nesse sentido, identifica-se um mecanismo interno da estratégia anarquista que integrava a mediação entre as instâncias de um sindicalismo voltado para as lutas de curto de prazo e para o seu caráter revolucionário. Considera-se que o anarquismo encontrou no Sindicalismo Revolucionário o vetor social que poderia, a partir das pautas mais singulares de cada espaço laboral e de cada bairro, construir estratégias combativas ao capital e alcançar a revolução social, suprimindo e superando o sistema capitalista.

As pesquisas que se debruçam sobre o estudo do quantitativo de greves e mobilizações operárias no período da Primeira República, apontam que a partir da organização dos sindicatos em torno da COB, houveram três períodos significativos de efervescência do movimento operário. Entre os anos de 1906-1907, 1911-1912 e 1917-1919, as ações operárias se formavam em uma atmosfera de resistência as condições precárias de vida e de trabalho enquanto reivindicação por melhorias e reformas, em conexão com o ambiente das práticas revolucionárias a partir da adoção de ações diretas como o meio para se atingir a transformação da sociedade capitalista. (HALL; PINHEIRO, 1985, p.99).

Por intermédio da mediação de suas demandas particulares com as dimensões do modo de produção capitalista, buscava-se reinterpretar o lugar de dominação que o operariado estava submetido a partir de suas necessidades e experiências singulares, mas inseridas em um contexto mais amplo de experiência e organização da luta de classes. Sobre o processo de autoconstrução da classe trabalhadora Samis, indica que:

Da mesma forma, podemos afirmar que a instituição do projeto revolucionário sindical uma conquista, se não de toda ela, mas de uma parte significativa da classe trabalhadora. Advento este que – invocando E.P.Thompson ao referir-se à autoconstrução da classe – jamais poderia ser considerada como tal ou sequer existir, sem a presença de atores sociais, boa parte deles com credenciais ideológicas muito bem definidas. É ainda relevante frisar, em um número razoável de casos, e certamente no brasileiro e no português, que o sindicalismo revolucionário cresceu como oposição a um significativo reformismo socialista; e que, antes do bolchevismo, corrente que só pode ser considerada após 1917, representou o anarquismo a única ideologia claramente revolucionária com densidade suficiente para fornecer aos sindicalistas inspiração política [...] (SAMIS, 2018, p.260).

A elucidação da disputa ideológica presente na luta de classes, contribuía com a unificação do movimento operário, a partir da identificação de que os trabalhadores ocupavam uma posição diferenciada no sistema capitalista de produção, não havendo possibilidade de consenso sobre as reivindicações de caráter econômico entre dominados e dominantes. Nesse sentido, o conteúdo ideológico das práticas sindicais do Sindicalismo Revolucionário foi elemento fundamental da luta operária naquele período, coexistindo com outras correntes político-ideológicas.

O programa sindical construído em torno da atuação da COB se referia ao sindicato como um espaço de união de orientações, mesmo que heterogêneas, capaz de construir uma força operária eficaz para os fins que se fazem necessários para a emergência de outros modos de sociabilidade.

Um elemento que merece destaque nas posições divergentes expressas na Confederação, refere-se a autonomia dos sindicatos em relação as correntes ideológicas e aos partidos políticos. O conflito fundamental orbitava em torno da estratégia de como organizar os trabalhadores. O Sindicalismo Revolucionário, defendia a organização operária por classe, enquanto outros setores, marxistas e reformistas entendiam que o operariado deveria organizar-se em partidos políticos. Esse tema pode ser retomado nas análises realizadas no segundo capítulo desta dissertação, por meio da apresentação de alguns elementos do debate entre Neno Vasco e João Crispim, no contexto da COB de 1914.

Em relação ao Estado, a conduta do Sindicalismo Revolucionário compreendia que para além da socialização da propriedade privada o poder político precisava ser destruído, o que se traduz pelo fim do Estado e não pela sua tomada por um determinado partido, ainda que de orientação operária.

Verifica-se que a partir do campo das ideias, a Confederação Operária Brasileira buscava oferecer ao movimento operário uma perspectiva de análise de suas trajetórias coletivas, assim como, dos projetos políticos e ideológicos em disputa no tecido social nacional e mundial. O caráter revolucionário assumido pelo movimento sindical na constituição de suas organizações, foi essencialmente fruto de sua confluência com o pensamento anarquista, traduzindo-se em um movimento determinante não somente no campo econômico, mas também nos fenômenos políticos e sociais do país. Godoy contextualiza aspectos que situam a atuação da COB no campo da ação política no Brasil:

Com a sua consolidação, o movimento esteve plenamente constituído para as jornadas nas quais foi protagonista em grandes campanhas, desenvolvidas em conjunto com grupos situados em outras cidades do território brasileiro ou mesmo em outros países. Campanhas locais e nacionais, como aquelas contra a carestia da vida ou contra a imigração para as fazendas de café, foram conduzidas paralelamente a campanhas globais, como a campanha de repúdio ao assassinato de Francisco Ferrer pelo governo espanhol, a campanha pela criação de Escolas Modernas, desenvolvida transnacionalmente entre os anos 1909 e 1913, ou as campanhas antimilitaristas levadas a cabo previamente à eclosão da Primeira Guerra Mundial. (GODOY, 2018, p.91-92).

Com relação ao campo educacional o Sindicalismo Revolucionário expressava sua aspiração fundamentalmente pela implementação das Escolas Modernas no Brasil. Sob influência do pensador Francisco Ferrer y Guardia⁸, pedagogo anarquista que desenvolveu um

⁸ O educador mais citado pelas páginas do jornal foi o espanhol Francisco Ferrer y Guardia, criador da Liga Internacional para a Educação Racionalista da Criança e que por ela publicou *L'École Renovée*, na França e a *Scuola Laica*, na Itália. Perseguido na Espanha, exilou-se na França. Posteriormente, de volta à Espanha, foi preso e fuzilado pela monarquia em 1909. (ARENA, 2007, p.91)

inovador projeto educacional libertário que se espalhou por diversos países, encontrando nos militantes brasileiros grande capacidade de organização em torno de um campo de ação que urgia colocar-se em movimento.

No período que compreende os anos de 1885 e 1925 mais de 40 instituições de ensino anarquistas são constituídas no país. Uma série de cidades receberam Escolas Modernas, como a “Escola União Operária” em Porto Alegre - RS, a “Escola Germinal” Fortaleza - CE, a “Escola Livre” em Campinas- SP, a “Escola Operária 1º de Maio” no Rio de Janeiro –RJ. O Sindicalismo Revolucionário defendia a promoção e a inserção da educação libertária como projeto inserido na luta de classes, e utilizava-se da ausência da oferta de educação pública, já que o Estado não atendia esta demanda da classe trabalhadora, para formar uma nova escola no país.

A categoria da educação para o Sindicalismo Revolucionário tratava-se de um elemento fundamental para a produção de conhecimento no âmbito da luta de classes⁹. A Confederação Operária Brasileira, por ocasião do assassinato de Francisco Ferrer y Guardia, publicou em seu jornal mensagens de incentivo para o estudo do projeto educacional defendido pelo libertário.

Ferrer. A comissão contra a reação espanhola publicou um número único explicando a ação do saudoso camarada no campo da pedagogia moderna. É uma obra de valor, que ninguém deve deixar de ler. Por nosso intermédio podem ser feitos pedidos para este número (A VOZ..., 15 nov.1909, ano II, n. 20, coluna 1, p. 4).

Tema das resoluções do Segundo Congresso Operário Brasileiro, a educação ofertada aos operários recebia críticas dos congressistas em 1913, fundamentalmente em relação à sua vinculação com o a Igreja e com o Estado. A COB defendia o ensino fundamentado em princípios filosóficos, através de um método racional e científico. Em suas deliberações encontra-se a orientação que a Confederação assume:

Este Congresso aconselha aos sindicatos e às classes trabalhadoras em geral, tomando como princípio o método racional e científico, promova a criação e vulgarização das escolas racionalistas, ateneus, revistas, jornais, promovendo conferências e preleções, organizando certames e excursões de propaganda instrutiva, editando livros, folhetos, etc., (A Voz do Trabalhador, 1/10/1913, ano VI, n.39-40, p.4 apud TOLEDO, 2013).

⁹ Mesmo nas democracias, onde se diz ser um fato a igualdade perante a lei, a instrução ainda é privilégio dos ricos. No entanto a coerência é patente: Augusto Comte na sua filosofia positivista estabeleceu um sistema de instrução e educação compatível com o regime capitalista. Diz, textualmente, que aos ricos deve ser dada uma instrução integral ou universitária, e aos operários uma instrução elementar e profissional (A VOZ..., ano VII, 1.1.1914, n. 46, p. 2, coluna 1).

Os jornais da imprensa operária¹⁰ através da difusão de experiências internacionais do Sindicalismo Revolucionário transmitiam aos operários uma visão global do sindicalismo, situando os trabalhadores como elemento de um sistema mundial, pertencente a uma sociedade de classes que transcendia os limites do Estado nação. Para além do viés informativo, a propaganda sindical constituiu-se por meio de uma perspectiva transnacional que gerava a circulação de orientações e práticas de luta dos trabalhadores em diversos países, principalmente em nações cujo o capitalismo industrial estava presente há mais tempo e de modo mais consolidado.

Figura 5: Capa do Boletim da Comissão Executiva do III Congresso Operário Brasileiro



Fonte: CUNHA, Eduardo. A COB e o Centenário do III Congresso Operário Brasileiro: O que fica para os dias de hoje? Publicação do GMARX (Grupo de Estudos de História e Economia Política) / FFLCH-USP. Ano 01. Nº21. São Paulo, 2020.

O jornal “A Voz do Trabalhador” encarregou-se de atuar a partir da estratégia da propaganda do Sindicalismo Revolucionário, recebendo resolução que definia os moldes de sua edição, especialmente em relação ao conteúdo de suas publicações, conforme podemos verificar a seguir:

¹⁰ “Um jornal operário é um universo próprio, carregado de peculiaridades. Não é uma empresa. É uma tribuna. Um grupo definido, ou mais ou menos definido, discursando, ou pensando discursar, para um público também mais ou menos definido. Explorados falando para explorados, informando, formando. Denunciando, criticando, orientando, apontando caminhos. Grandes ou pequenos, regulares ou irregulares na sua publicação, esses jornais tem na sua missão um quê de quixotesco: todos trazem embutido no seu discurso uma proposta de mudança social, o sonho de acabar com a exploração do homem pelo homem”. (MARÇAL, 2004, p.11)

a) Resumo das resoluções das sociedades aderentes; b) Convocação e avisos das sociedades aderentes; c) Artigos que a redação considerar contidos nos limites marcados pela presente base de acordo, assim como redigidos de modo compreensível, e isentos de questões pessoais. (A Voz do Trabalhador, 1/10/1913, ano VI, n. 22, p.3 apud TOLEDO, 2013).

Articulando o fundamento da propaganda anarquista ao princípio da educação defendida como meio de emancipação dos operários, as publicações da imprensa operária da COB tinham por objetivo facilitar a emergência de condições essenciais para a deflagração de ações diretas no âmbito da luta de classes. Nas resoluções da Confederação Operária Brasileira encontram-se algumas elaborações que permitem identificar a articulação de dimensões que atravessam o modo de vida de cada explorado, oferecendo uma estratégia de luta da qual a educação e a imprensa ocupam uma função de produção e socialização de saberes, práticas e processos sociais. Entre as resoluções da COB, destaca-se:

Estudar e propagar os meios de emancipação do proletariado e defender em público as reivindicações econômicas dos trabalhadores, servindo-se para isso de todos os meios de propaganda conhecidos, nomeadamente de um jornal que se intitulará A Voz do Trabalhador. (A Voz do Trabalhador, 1/09/1913, ano VI, n. 38, p.1 apud TOLEDO, 2013).

A linguagem do Sindicalismo Revolucionário era favorecida neste período pelos fluxos migratórios dos trabalhadores. A mensagem sindicalista internacional neste período firmava-se na ação direta e coletiva dos trabalhadores, sendo transmitida aos operários pela COB como a forma mais adequada de alcançar seus objetivos como classe, materializando sua emancipação do sistema capitalista.

Neste período histórico de formação da classe trabalhadora a presença dos anarquistas nos sindicatos evidencia o paralelo existente entre a construção do movimento operário e o anarquismo, prioritariamente no direcionamento destas organizações e na disseminação do modelo de Sindicalismo Revolucionário adotado pela Confederação Operária Brasileira. Ao considerarmos que “o anarquismo era somente uma das correntes de uma panorama político bastante variado,” (TOLEDO, 2007, p.62), identifica-se que havia no campo sindical um esforço constante de flexibilização das estratégias anarquistas no processo de mediação da sua orientação ideológica interna com as lutas econômica que necessitavam ser impulsionadas pelos trabalhadores nesse período.

Destaco aqui, algumas considerações acerca do contexto de realização do Segundo Congresso Operário Brasileiro em 1913, referente a forte repressão que o Sindicalismo Revolucionário sofreu, especialmente a partir de 1908, a partir de ações disciplinadoras do

Estado em relação às manifestações operárias. Entre o Primeiro e o Segundo Congresso Operário, para além das legislações de cunho criminal e persecutório aos anarquistas, lideranças reformistas buscavam a cooptação do movimento operário para fins de aproximação da classe com o Estado e com os partidos.

Entre os Congressos da COB de 1906 e 1913, um Congresso Operário “amarelo” de caráter reivindicativo que aconteceu em 1912 objetivou arregimentar parte das lideranças sindicais do país. Sobre o Congresso, Kushnir contextualiza que:

A iniciativa deste encontro foi da Liga do Operariado do Distrito Federal, a partir da entrevista publicada no Jornal do Brasil, com o deputado Mário Hermes da Fonseca - filho do então Presidente da República. Publicada no dia de 1º de agosto de 1912, o deputado aventou a possibilidade de que ocorressem reuniões de operários para definir reivindicações. Na ocasião, se comprometeu a apresentá-las ao Congresso Nacional. A Liga do Operariado do Distrito Federal aproveitou a sugestão e empreendeu a organização do congresso de 1912, que não se limitou a discutir reivindicações de caráter imediato. (KUSHNIR, 2015, p.56).

A atividade de oposição ao Sindicalismo Revolucionário, contou com o financiamento de passagens de trem e navio, subsidiando o deslocamento dos militantes participantes da região de abrangência das empresas de transporte. Foram beneficiados fundamentalmente os delegados sindicais do Rio de Janeiro, parte dos estados de São Paulo e Minas Geras, bem como, os que localizavam-se nas cidades costeiras.

Nessa perspectiva, mesmo não sendo uma orientação política hegemônica no ambiente sindical brasileiro, o anarquismo ocupou um espaço privilegiado, formando e impulsionando as organizações operárias de resistência, como verificado nos três primeiros congressos nacionais, através de suas resoluções em confluência com os ideais libertários. (SAMIS, 2009). Ampla parcela dos anarquistas firmemente ligados ao Sindicalismo Revolucionário investiram seus esforços fundamentalmente na ação sindical da COB, apesar da compreensão dos limites que a luta econômica das organizações operárias apresentavam, considerando-a como um elemento pertinente a sua atuação, mas não exclusivo.

A atuação anarquista no interior do movimento operário no período analisado, especialmente na formação da COB, tinha por objetivo formar as bases de organização sindical, priorizando a esfera econômica em suas estratégias de mobilização, afirmando-se igualmente em espaço de resistência e reivindicação de direitos sociais. Embora inserido em uma dinâmica de correlação de forças no ambiente sindical, o anarquismo mobilizava articulações e debates de caráter revolucionário na construção das lutas operárias em uma perspectiva política transnacional.

Tratando da história global do trabalho e das relações entre as demandas comuns dos trabalhadores no mundo, destacam-se os reflexos advindos da Primeira Guerra Mundial no agravamento das situação de miséria e de violação de direitos e que demandaram, respeitadas as particularidades expressas em cada território, a construção de um programa de caráter internacional dos operários, com fins de tencionar as deliberações dos Estados Nacionais sobre o conflito que envolveu grandes potências globais. Sobre a atuação da Confederação Operária Brasileira no contexto de discussão da atitude diante a guerra, Santos afirma que:

Na chamada feita pela COB em 1915, para o Congresso Internacional da Paz, percebemos que o evento era percebido como resultado da proibição de outro congresso que aconteceria na Espanha, fato que atesta o laço de continuidade transnacional contido entre os militantes anarquistas presentes, mas também do internacionalismo operário que era fortalecido por meio desses. Do mesmo modo, é possível notar a preocupação em construir ações para impedir o enfraquecimento do movimento operário diante dos acontecimentos. (SANTOS, 2016, p.15).

A Confederação Operária Brasileira em confluência com organizações sindicais internacionais¹¹, em 1915, realiza o Congresso Internacional da Paz, na cidade do Rio de Janeiro. O evento tinha por objetivo fortalecer a ação sindical diante do avanço dos conflitos mundiais e reforçar as orientações do Sindicalismo Revolucionário diante deste cenário, demonstrando a capacidade organizativa da militância nacional. Reafirmando a orientação Antimilitarista e Antinacionalista, a COB se manifesta no Congresso Internacional a partir destes princípios, como podemos verificar na referência a seguir:

Beligerantes e neutrais, sofremos as mesmas consequências do atual estado de coisas, - uns dando a sua vida nos campos de batalha, em holocausto ao deus do capital, os outros, por efeito da crise industrial e comercial, morrendo de fome e de miséria, sem que uns e outros tenhamos um gesto de rebeldia para sublevar-nos contra os causantes de tão monstruoso crime de lesa-humanidade (Comissão organizadora, Congresso Internacional da Paz, 1914 apud SANTOS, 2016, p.15).

Registra-se que a convocação realizada pela COB para o Congresso Internacional da Paz se constitui em uma reação à proibição da realização do Congresso da Paz em Ferrol, na Espanha. No mesmo ano, a Confederação Brasileira conclamou a participação de “socialistas,

¹¹ Entre as adesões, mencione-se a do Partido Socialista (Argentina), Federação Obrera Reginal Argentina(F.O.R.A), Agrupacion Infantil Anarquista, Agrupacion Anarquista A preparar de (ambas de Buenos Aires), União Anarquista da Região do Sul (Lisboa), União das Juventudes Sindicalistas de Portugal, A Luz. Folha portuguesa racionalista de New Bedford, Mass, U.S.A, Grupo Educacion Anarquista (Barcelona), Grupo Los hijos de Acracia(Morón, Espanha), Ateneo Sindicalista de Ronda (Espanha) e diversas entidades de Ferrol –Ateneo Sincialista Obrero, Sindicato de Armadores de Construcción Naval, La Sociedad Cargadores y Descargadores del Puerto del Ferrol, Sociedad de Montadores y Ajustadores Mecánicos, Sociedad de Marineros y Fogoneros Marítimos y Terrestes.(DE LUCA; COTTRIM, p.23, 2021)

sindicalistas, anarquistas e organizações operárias de todo o mundo”, demonstrando o caráter transnacional da organização no período. (COTRIM, 2018).

A seguir, apresenta-se ilustração, embora com fragilidades da identificação do texto, de documento que trata da Convocatória Oficial da Confederação Operária Brasileira para a participação dos operários no Congresso Internacional da Paz.

Figura 6: Convocatória da Confederação Operária Brasileira para o Congresso Internacional da Paz



FONTE: Centro de Documentação e Memória da UNESP. A Confederação Operária Brasileira - Terceiro texto do especial Primeira Grande Guerra. Renata Cotrim - historiadora do CEDEM, 2018.

Verifica-se neste contexto histórico uma conjunção de esforços das organizações sindicais em intensificar a atuação da Confederação Operária Brasileira, conclamando os trabalhadores nacionais a fortalecerem o movimento operário em suas localidades, unindo-se e revigorando as ações do Sindicalismo Revolucionário, como expresso a seguir, na publicação da imprensa operária, através do jornal “A Lanterna”:

Há, pois, que reanimar, que revivificar a nossa obra. É agora, mais que nunca, se torna necessário intensificar e estender a ação da COB, a COB, sois vós são os vossos sindicatos, as vossas associações. Em vós, todos, portanto, está a potencia capaz de lhe dar o vigor indispensável. E assim que vos dirigimos esta circular, apelando para vossa boa vontade, para o vosso dever sindical, no sentido duma colaboração metódica e energética na vida da COB. Trabalhai dentro da vossa associação, agítai a vossa classe, animai o movimento nessa localidade, e deste modo é que contribuirei eficazmente para o bom andamento dos trabalhos da COB. (A Lanterna. 2 de fevereiro de 1915 apud SANTOS, 2016, p.16).

O Sindicalismo Revolucionário, em sintonia com a estratégia anarquista, vincula-se ao projeto político da classe trabalhadora, amplamente difundido nos Congressos Operários Brasileiros, influenciando sua militância na propagação das ideias revolucionárias. Resistindo à repressão do Estado, permaneciam contribuindo na organização sindical, tendo na propagação da imprensa operária um importante instrumento.

Figura 7: Jornal da Imprensa Operária Anarquista “A vida”.



FONTE: Instituto Astrogildo Pereira- Fundo Astrogildo Pereira- ASCON. Trabalhadores do mundo unidos contra a Grande Guerra. COTRIM, Renata, 2018.

Figura 8: Jornal da Imprensa Operária Anarquista “A vida”.



FONTE: Instituto Astrogildo Pereira- Fundo Astrogildo Pereira- ASCON. Trabalhadores do mundo unidos contra a Grande Guerra. COTRIM, Renata, 2018.

Regiões que apresentaram diferentes processos de industrialização, e que depois da dissolução da COB ainda não haviam constituído suas Federações, a partir das mobilizações realizadas em torno do Terceiro Congresso Operário Brasileiro, passam a apresentar experiências organizativas de caráter revolucionário, como expresso na proposta de fundação da Federação dos Trabalhadores do Ceará, que explícita em sua formação:

Constituição Art. 1º – Fica constituída em Fortaleza, capital do Estado do Ceará, a Federação dos Trabalhadores do Ceará, formada pelas associações operárias organizadas em sindicatos de ofícios e de indústria, ou em ligas operárias ou sindicatos de transportes e ofícios vários, e que reúnam as seguintes condições: serem compostas exclusivamente de trabalhadores assalariados; basear-se na defesa

dos interesses operários e resistir à exploração capitalista; contar no mínimo vinte associados; não tratar de religião, nem política no seu seio; (O COMBATE, 26/06/1921, pp. 300-301 apud PEREIRA, 2013, p.126)

A trajetória da COB como principal condutora das organizações operárias no país, pode ser verificada na confluência de princípios que delinearão o programa sindical de parcela expressiva dos sindicatos na Primeira República. Ainda utilizando da referência da formação da Federação dos Trabalhadores do Ceará, torna-se possível analisar a confluência desse ideário nas finalidades propostas pela associação:

Fins Art. 2º – A Federação dos Trabalhadores do Ceará, tem por fim promover o alevantamento moral e intelectual de seus federados, a união dos trabalhadores assalariados, estreitando os seus laços de solidariedade, estudando e propagando os meios de ação mais práticos para, com força e coesão, reivindicarem os seus direitos, já econômica, já profissional, já moral e socialmente falando, e esforçando-se para sua completa emancipação. (O COMBATE, 26/06/1921, pp. 300-301 apud PEREIRA, 2013, p.126)

É possível identificar estas características na ampla maioria das organizações sindicais pesquisadas neste período histórico. O Sindicalismo Revolucionário permanecia atuante no conflito entre capital e trabalho, dividindo o espaço sindical com outras correntes políticas, como no exemplo da corrente cooperativista, que teve ascensão no interior do movimento operário, especialmente a partir de 1920. Alguns elementos explicativos acerca deste contexto são oferecidos no estudo de Santos, indicando que:

Com a ascensão do nacionalismo entre a população e o aumento da classe média, a disputa mais acirrada com o sindicalismo reformista, a criação do Partido Comunista Brasileiro – e sua outra ideia e ação em combate com o sindicalismo revolucionário – assim como o aumento da repressão, foi afirmado por pesquisadores do tema que, no período desde o início da década de 1920, o anarquismo teria começado sua decadência. De fato, concordamos que o anarquismo começou a perder sua base social de modo irreversível desde esse período, mas afirmamos, neste artigo, ancorados em outros estudos e olhando além do eixo Rio-São Paulo, que o anarquismo e suas estratégias sindicais ainda representavam uma opção de luta para boa parte da classe trabalhadora. A circulação de ideias por meio de seus grupos móveis e suas ligações em entidades sindicais translocais, a partir da Confederação Operária Brasileira (COB), fizeram o anarquismo, atacado em seus núcleos mais usuais, conservar-se, além de legitimar-se em lugares diferentes e longínquos entre si, fato muito importante para a não extinção total do anarquismo e para a conservação do sindicalismo revolucionário, estratégia não só de anarquistas, mas de muitos trabalhadores. (SANTOS, 2019, p.57).

Embora as organizações operárias do período eram predominantemente de matriz Sindicalista Revolucionária o movimento sindical cooperativista de matriz reformista, desenvolvia suas estratégias de organização no interior dos sindicatos, especialmente no Rio de Janeiro. Os líderes do movimento cooperativista ao longo das primeiras décadas da Primeira República, tinham como estratégia de atuação a incorporação de órgãos públicos no desenvolvimento de políticas reformistas, aproximando o debate da intervenção estatal e partidária nos sindicatos.

Neste período, o Sindicalismo Revolucionário atuava na criação de mecanismos de acumulação de forças da classe operária, a partir do debate dos elementos antagônicos que configuravam os projetos políticos-ideológicos em disputa na sociedade de classes. O avanço da regulamentação do trabalho pelo Estado favoreceu o crescimento da adesão de movimentos operários organizados em torno de práticas conciliatórias entre as classes. Parte significativa dos estudos acerca do Sindicalismo Brasileiro, analisa que na década de vinte, especialmente pela criação do Partido Comunista do Brasil em 1922, houve um declínio significativo do Sindicalismo Revolucionário e por conseguinte da propaganda anarquista. Nas palavras de Samis:

O governo, por sua parte, graças à pressão de setores reformistas e a preocupação com a crescente ação dos revolucionários no movimento social, esboçou uma tímida iniciativa no campo da legislação trabalhista. Em 1903 eram editadas medidas visando regulamentar sindicatos no setor econômico rural, o que viria a acontecer, também, em 1907, com as classes relacionadas ao trabalho urbano. Não era casual a criação de uma legislação específica para as categorias vinculadas ao trabalho nos grandes centros, no ano seguinte à organização do Congresso Operário Brasileiro, no Rio de Janeiro. Assim como não tardou o governo a criar, da lavra do deputado Adolfo Gordo, uma lei de deportação, no ano de 1907, que atingiria, em geral, imigrantes e, em particular, os anarquistas. (SAMIS, 2013, p.9).

Em 1927, cerca de 30 sindicatos ainda seguiam sob orientação do Sindicalismo Revolucionário. A disputa pelas bases de organização do movimento operário, especialmente com as lideranças socialistas e cooperativistas, demonstravam que o programa defendido pela Confederação Operária Brasileira, ainda representava a opção de projeto sindical de significativa parcela da classe trabalhadora. (TOLEDO, 2013).

Fator determinante na fragilização das organizações operárias, a repressão declarada ao movimento operário brasileiro denotava a intenção do Estado em formular métodos de controle das associações livres. Embora muitas ações repressivas de prisão e violência contra militantes do Sindicalismo Revolucionário fossem amplamente denunciadas pelos órgãos da imprensa operária, a criminalização da atividade sindical organizada nos moldes da COB era

legitimada pelo Estado e se constituiu através de uma perseguição dirigida ao desmonte dos sindicatos revolucionário no Brasil. Hall e Pinheiro, contribuem com essa argumentação, apontando que:

A repressão dirigida especificamente contra o movimento operário, menos do que em direção a classe operária em geral, também atingia níveis notáveis de brutalidade. O empastelamento de sedes de sindicatos e a prisão de líderes constituíam uma prática padrão. Os empresários também demitiam rotineiramente operários por organizarem sindicatos ou ingressarem neles. A política do Estado de suprimir as organizações da classe operária assumiu um caráter mais sistemático em São Paulo em seguida as greves de 1906 e 1907 naquela cidade (HALL; PINHEIRO, 1985,102).

Embora a repressão e a violência fossem as principais armas do capital para assegurar o controle do movimento operário, ações de cunho assistencialista passaram a ser desenvolvidas pelo patronato. A cooptação da subjetividade dos operários e a construção de uma narrativa de harmonização entre as classes e o Estado eram fatores integrantes de uma espécie de “manipulação ideológica” dirigida aos operários.

Nessa época já havia também industriais que procuravam introduzir em suas fábricas serviços assistenciais, tais como creches, escolas maternas, campos esportivos e outros tipos de “diversão” para os operários. Com a mesma preocupação de estender o seu controle sobre a vida do operário criavam as primeiras vilas operárias, como a famosa Vila Zélia. (COSTA, 1982, p.221).

Entende-se que a fragilização da hegemonia do Sindicalismo Revolucionário, fundamentalmente nos anos finais da década de vinte deve-se a repressão que se abateu sobre as organizações operárias, conjugando aspectos que tornavam sua estratégia muito difícil. A busca de um objetivo comum entre os trabalhadores foi duramente reprimida, afastando a classe de suas perspectivas revolucionárias. Neste sentido, analisa-se que o declínio do modelo sindical combativo não se deu apenas a partir da disputa política entre anarquistas e comunistas, considerando as questões pertinentes às transformações no âmbito da dinâmica de reprodução da classe operária e das formas de organização da vida social no Brasil.

Os processos de urbanização, o surgimento da classe média e sua incorporação pelo Estado via sindicalismo oficial contribuíram com o declínio da atuação da COB em um contexto histórico de integração do movimento operário a tutela estatal. A criminalização do Sindicalismo Revolucionário e a perseguição de seus militantes, principalmente em relação aos anarquistas expressos nas inúmeras prisões, assassinatos e ações de degredo devem ser considerados na análise acerca da dissolução da Confederação. Esta perspectiva pode ser

verificada inclusive com relação a própria adesão de operários aos sindicatos oficiais, tendo em vista que os sindicatos sob a tutela do Estado conseguiram manter-se atuantes de forma mais segura nesse ambiente.

A função social que o Sindicato Oficial de Estado assume a partir de 1930, expressa-se como um fenômeno de domesticação da classe operária, presente no atrelamento dos sindicatos ao aparato estatal, nas áreas jurídica, burocrática e ideológica.

Ao examinarmos as polêmicas e contradições inerentes ao conteúdo ideológico do Sindicato de Estado, a ideologia sindical estatista tornou-se uma manifestação dominante no movimento operário. Através da dominação da base sindical tutelada pelo aparelho burocrático estatal, atuou como instrumento disciplinador que limitou as variações das práticas sindicais.

No que se refere a investidura sindical, observa-se que o fato do Estado a partir de 1930, conferir ao sindicato o poder de representação e negociação do movimento operário através da concessão da “carta sindical”, trata-se não apenas de uma interferência, mas de identificar que o sindicato oficial é integrante do aparelho de Estado, uma área subalternizada que representa explicitamente a tutela exercida pelo Estado sobre os movimentos de organização da classe trabalhadora.

A esfera jurídica, ao reconhecer o direito dos trabalhadores à greve, estabeleceu igualmente os limites ao seu exercício. O reconhecimento jurídico do direito a greve não rompe com o contrato de trabalho, apenas o coloca em debate. Assim, trata-se de uma negociação de viés reformista e conciliador entre capital e trabalho.

Conteúdo próprio da ideologia dominante burguesa, as garantias legais se reduzem a instrumentos de manutenção e reprodução do capital, estabelecendo limites nas ações grevistas para reconhecer sua licitude ou invalidar as lutas revolucionárias da classe trabalhadora. Nesta perspectiva, o Sindicalismo Oficial de Estado, dissociando a ação sindical das concepções que situam o antagonismo existente entre as classes, afastando e fragmentando o debate em torno da construção de sua identidade de classe e da luta operária como parte da luta pela revolução social.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação da classe trabalhadora ao longo da Primeira República foi atravessada por uma série de metamorfoses na sociedade brasileira nas esferas política, econômica e cultural. A instituição do assalariamento do trabalho se conformou nesse período histórico através de múltiplas influências que convergiram nos projetos políticos que construíram as primeiras formas de organização social dos trabalhadores.

A luta contra o modo de exploração e precarização da vida e a busca da ampliação da participação social foram os principais elementos propulsores da formação dos núcleos de ação operária. Desprovido de qualquer tipo de proteção social, o trabalhador moderno brasileiro, como nos territórios incorporados ao circuito capitalista global, foi produzido por meio da obrigatoriedade de se vender como força de trabalho em um contexto que envolvia complexos processos sociais.

Apartada da terra e dos meios de produção, a classe trabalhadora a partir da influência de distintas correntes político-ideológicas, passa a se delinear e a reconhecer sua condição de subalternidade na sociedade de classes, buscando formas de organizar-se coletivamente. O Sindicalismo Revolucionário, estratégia de luta no campo econômico essencialmente anarquista, foi a orientação hegemônica no movimento operário neste período, sendo identificado pelas atividades grevistas em ascensão nas primeiras décadas do século XIX, em um contexto de conflitos que envolviam a classe operária, o Estado e o capital.

Considera-se que o estudo do anarquismo tem uma importância fundamental para a compreensão das lutas populares contra hegemônicas e da atuação política do socialismo de modo mais amplo, desde o século XIX. Assim, apresentou elementos que contribuíram com a elucidação da história passada da COB, de seus processos organizativos, questionamentos no âmbito da luta partidária e da relação com o Estado, pretendendo igualmente fornecer subsídios para a construção das lutas sociais de transformação no presente.

Embora o registro das atividades efetivas e sistemáticas da Confederação Operária Brasileira seja considerado oficialmente no período que compreende os anos de 1906 a 1915, a expressão do Sindicalismo Revolucionário no interior da classe operária mantinha-se através da atuação dos sindicatos. Isto implica em afirmar que formalmente a COB dissolve sua organização em 1915, mas que a presença expressiva de militantes anarquistas nos sindicatos, a organização assumida pelos sindicatos revolucionários, as greves deflagradas no período e a mobilização de campanhas nacionais e internacionais do operariado, são elementos que

denotam que a hegemonia do Sindicalismo Revolucionário não se encerrou com o fim dos registros administrativos da Confederação.

Ao observarmos a maneira como o anarquismo foi estudado, no âmbito acadêmico e nos estudos em geral, identificamos que a tradição anarquista foi relegada a uma categoria das ciências humanas preterida e até seletivamente esquecida no interior do movimento operário organizado no Brasil. É possível verificar que existem diversas iniciativas de ampliar a produção de pesquisas sobre essa temática, no entanto, existe uma lacuna científica em termos da quantidade de estudos produzidos e com relação as posições vigentes na literatura, com relação as publicações que explicitam aspectos do senso comum e de posições teóricas e políticas, especialmente marxistas, que por consequência afastam as análises de como de fato o anarquismo se constituiu, em uma perspectiva histórica.

Significativa parte dos estudos historiográficos que tratam da classe trabalhadora no Brasil no período da Primeira República apresentam limitações de reconhecer a presença, a militância e a ação anarquista no país, especialmente no movimento sindical organizado. Consideramos que essa leitura se deve fundamentalmente a estratégia que o anarquismo elegeu como forma de atuação política na sociedade brasileira. Ao adotar a estratégia do Sindicalismo Revolucionário, o anarquismo secundarizou sua identidade política nos sindicatos priorizando os esforços de sua atuação no processo de organização de uma unidade de ação sindical da classe como um elemento de mobilização e catalisação da luta revolucionária.

O Sindicalismo Revolucionário foi a estratégia utilizada pelo anarquismo para discutir as pautas econômicas no interior dos sindicatos objetivando a emancipação do trabalhador, no entanto, deixando a disputa ideológica político-partidária para fora do ambiente sindical. A Confederação Operária Brasileira buscava construir uma unidade de ação que se apresentasse a partir da condição do trabalhador enquanto um oprimido na sociedade de classes, rechaçando o enquadramento político estabelecido baseado na disputa política e ideológica dos partidos.

De todo modo, os militantes anarquistas atuavam no campo sindical em confluência com os operários, oferecendo o entendimento de sua condição de exploração no modo de produção vigente e apresentando a superação dessa condição de opressão através do enfrentamento ao parasitismo do capital. Para o Sindicalismo Revolucionário, do qual a COB foi a maior expressão, a realidade comum de exploração não é uma questão pertinente ao campo ideológico da luta social, mas uma questão objetiva que se apresentava na disparidade

existente entre a miséria do trabalhador e a riqueza do burguês, podendo ser verificada no cotidiano e no modo de vida da classe trabalhadora.

Neste sentido, a neutralidade sindical defendida pelo Sindicalismo Revolucionário não deve ser considerada como uma opção apolítica da COB, tendo em vista que preservar o sindicato das discussões político-ideológicas se constituiu em uma posição política, tratando aqui de filiações políticas que rechaçam outras filiações e que por consequência fragmentariam a organização da classe operária. Abrir mão de conferir uma identidade política anarquista a COB implicava em uma abertura da organização sindical para que outros agentes ideológicos pudessem confluír na luta contra este estado empírico de exploração e construir coletivamente a superação do antagonismo presente na relação capital x trabalho.

Trata-se de uma questão muito peculiar da ação política da Confederação Operária Brasileira que se relaciona diretamente com a invisibilidade que o anarquismo recebeu da historiografia do movimento operário ao abdicar de sua identidade política como um elemento que validasse a sua atuação no âmbito da COB. Os anarquistas que agiram a partir do Sindicalismo Revolucionário menosprezavam a identidade política ideológica da Confederação tendo seus esforços voltados para a luta unificada de libertação da classe operária.

O resgate da história do movimento operário no período estudado, permitiu analisar que o contexto geral de motins e greves em todo o país foram expressão dos esforços de organização empreendidos pelo Sindicalismo Revolucionário, questionando a historiografia tradicional que trata das lutas operárias da Primeira República como um movimento espontâneo, no sentido de não organizado.

O tecido organizativo do movimento operário no Brasil se manteve atuante durante todo o período estudado manifestando-se com maior expressividade em alguns contextos e momentos históricos, como por exemplo na Greve Geral de 1917. Seguiu atuante na luta operária contra as condições aviltantes a que estavam submetidos os trabalhadores por meio das inúmeras greves parciais, nas campanhas nacionais e internacionais, na manifestação da imprensa operária durante as décadas que compreendem a Primeira República Brasileira.

A redução da incidência da perspectiva revolucionária no movimento sindical pode ser verificada especialmente a partir de 1930. A repressão estatal e o processo de integração da classe trabalhadora à tutela do Estado, assim como, as transformações sociais que o país apresentou naquele período são entendidos como fatores determinantes da perda da prevalência do Sindicalismo Revolucionário na cultura sindical operária do Brasil. Embora o controle do Estado sobre as organizações sindicais possuísse um caráter legal impositivo,

torna-se necessário analisar que o fenômeno de adesão dos sindicatos à tutela estatal se insere na disputa político-ideológica sindical e foi determinante na implementação de mecanismos de desorganização da luta operária no campo econômico, o que pode ser observado na contemporaneidade, se examinarmos o contexto de retirada de direitos historicamente conquistados e o agravamento das formas de exploração dos trabalhadores no país.

As questões apresentadas nessa dissertação, embora referenciadas em uma expressão limitada de bibliografias e fontes, ofereceram uma perspectiva de análise do movimento operário brasileiro como uma expressão do Sindicalismo Revolucionário, organizado fundamentalmente pela COB e pelos sindicatos federados à Confederação.

Este trabalho de pesquisa não pretende apresentar uma abordagem conclusiva sobre o tema e constituiu-se em um esforço de apresentar aos leitores alguns apontamentos sobre a organização da classe operária brasileira e sua confluência com a luta anarquista no campo econômico no órgão do sindicato.

Igualmente, busca estimular algumas reflexões acerca do pensamento político contemporâneo e o florescimento de outras pesquisas pertinentes ao universo do trabalho e aos processos organizativos de classe. Assim, retomamos os dizeres de cem anos atrás “a organização operária, constituída sob um princípio de Justiça, tem por fim estabelecer uma sociedade em que todo o produto do trabalho útil de todos, seja, de fato, propriedade de todos os trabalhadores¹².”

¹²RESOLUÇÕES do III Congresso Operário Brasileiro. In: RODRIGUES, Edgar. Alvorada operária: os congressos operários no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Mundo Livre, 1979, p. 171.

REFERÊNCIAS

ADDOR, Carlos Augusto. **A insurreição anarquista no Rio de Janeiro**. 2. ed. Rio de Janeiro: Achiamé, 2002.

ARENA, Dagoberto Buim. **Escolas anarco-sindicalistas no Brasil**: Alguns princípios, métodos e organização curricular. *História da Educação*, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, n. 22, p. 87-108, Maio/Ago. 2007. Disponível em: <http://fae.ufpel.edu.br/asphe>. Acesso em: 04 jul. 2019.

BATALHA, Claudio. *Historiografia da Classe Operária no Brasil: Trajetórias e Tendências*. IN: FREITAS, Marcos Cezar (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: contexto, 1998.

BATALHA, Claudio. *Identidade da Classe Operária no Brasil (1880-1920): Atipicidade ou Legitimidade?* **Revista Brasileira de História**, v.12, n°23-24, pp. 111-124, 1991/92.

BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. *Uma outra consciência de classe? o sindicalismo reformista na Primeira República*. **Ciências Sociais Hoje**, 1990.

BATALHA, Cláudio H. M.; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre (Orgs.). **Culturas de classe**: identidade e diversidade na formação do operariado. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2004.

BRASIL, **Lei n°4.247**, de 06 de janeiro de 1921.

BORGES, Stella. **Italianos**: Porto Alegre e trabalho. Porto Alegre: EST, 1993.

BRITTO, Ângela. **“A sala de detidos”**: atuação e ascensão da polícia política da capital federal do Brasil, 1920-1937. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2011.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 9.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CASTELUCCI, Aldrin A. S. **Flutuações econômicas, crise política e greve geral na Bahia da Primeira República**. Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2005.

CEPÊDA, Vera Alves, **Desigualdade & Diversidade** – Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio, n° 7, jul./dez, 2010, pp. 115-136.

CERQUEIRA, G. A. **A “questão social” no Brasil: crítica do discurso político**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

COGGIOLA, Osvaldo. **Revista AURORA** ano V número 8 - agosto DE 2011 ISSN: 1982-8004. Disponível em: www.marilia.unesp.br/aurora. Acesso em: 30 jun. 2019.

CÔRREA, Felipe. **A distinção entre as categorias ciência e Doutrina/ideologia na obra de Errico Malatesta**. Artigo elaborado como contribuição ao “Colóquio Internacional Ciência e Anarquismo” (11 a 14 de novembro de 2013, São Paulo)

[<https://cienciaeanarquismo.milharal.org/>], promovido pela Biblioteca Terra Livre [<http://bibliotecaterralivre.noblogs.org/>]. Eixo: Concepções anarquistas da ciência.

CÔRREA, Felipe. **História do Anarquismo e do Sindicalismo de Intenção Revolucionária no Brasil: novas perspectivas**. Organizado por Kauan W. dos Santos e Rafael V. da Silva. Curitiba: Prismas, 2017.

COSTA, Emília Viotti da. A Nova Face do Movimento Operário na Primeira República. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, 2 (4): 217-232, 1982.

COTRIM, Renata. **Terceiro texto do especial Primeira Grande Guerra**. Centro de Documentação e Memória da UNESP. A Confederação Operária Brasileira. 2018.

COTRIM, Renata. **Instituto Astrogildo Pereira- Fundo Astrogildo Pereira**. ASCON, 2018.

COUTO, Berenice Rojas. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível?** 3.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

CRISPIN, João. **Anarquismo no sindicato**. A Voz do Trabalhador - Órgão da Confederação Operária Brasileira. Rio de Janeiro, ano VII, n. 50, 1 de março de 1914.

CUNHA, Eduardo. **A COB e o Centenário do III Congresso Operário Brasileiro: O que fica para os dias de hoje?** Publicação do GMARX (Grupo de Estudos de História e Economia Política) / FFLCH-USP. Ano 01. N°21. São Paulo, 2020.

DE LUCA, T. R.; COTTRIM, R. A. **O Congresso em prol da paz no Rio de Janeiro (1915)**. *Historiæ, [S. l.]*, v. 9, n. 1, p. 9–26, 2019. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/hist/article/view/8895>. Acesso em: 13 jan. 2021.

DOMINGUES, José Petrônio. **Uma história não contada, negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição**. São Paulo: Editora Senac, 2019.

DUTRA, Eliana de Freitas. **Caminhos operários nas Minas Gerais: um estudo das práticas operárias em Juiz de Fora e Belo Horizonte na 1ª República**. São Paulo: HUCITEC, 1988.

FAUSTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social**. Rio de Janeiro – São Paulo: Difel, 1977.

FONTES, José Raimundo. **Manifestações Operárias na Bahia**. O movimento Grevista 1988-1930. Universidade Federal da Bahia. Salvador, 1982.

FOOT, Francisco Hardman. **Nem Pátria, Nem Patrão**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

GODIO, Julio. **Historia del Movimiento Obrero Latinoamericano**. Buenos Aires: El Cid, 1979.

GODOY, Clayton Peron Franco de. “I Senza Patria”: padrões de difusão transnacional do movimento anarquista e sua recepção em São Paulo. História do anarquismo e do sindicalismo de intenção revolucionária no Brasil: novas perspectivas in SANTOS, Kauan

Willian dos; SILVA, Rafael Viana da (org.). **História do Anarquismo e do Sindicalismo de Intenção Revolucionária no Brasil**. Curitiba: Editora Prismas, 2018.

GONÇALVES, Adelaide; SILVA, Jorge. (Orgs.). **A Imprensa Libertária no Ceará (1908 – 1922)**. São Paulo: Imaginário, 2000.

HALL, Michael; PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Alagando a História da Classe Operária: Organização, Lutas e Controle**. Coleção Remate de Males, nº 5, pp.95-119, 1985.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

KUSHNIR, Beatriz. Ação e trajetória, o acervo da comissão organizadora do segundo Congresso Operário Brasileiro (Rio de Janeiro, 1913). **Arquivos e o direito à memória e à verdade no mundo dos trabalhadores: coletânea do 3º seminário internacional o mundo dos trabalhadores e seus arquivos / Organizadores Antonio José Marques e Inez Terezinha Stampa**. - Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2015.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 4.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LINDEN, Marcel van der. **Trabalhadores do mundo: ensaios para uma história global do trabalho**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

LOPREATO, Christina Roquette. **O espírito da revolta: a greve geral anarquista de 1917/ Christina Roquette Lopreato**. São Paulo: Annablume, 2000.

MARÇAL, João Batista. **A imprensa operária do Rio Grande do Sul. (1873-1972)**. Porto Alegre. 2004.

MARQUES, João Carlos. **A Voz do Trabalhador: cultura operária e resistência anarquista no Rio de Janeiro (1908-1915)**. 2013. 116 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2013.

MONTANO, Carlos. Pobreza, "questão social" e seu enfrentamento. **Serv. Soc.**, São Paulo, n. 110, p. 270-287, jun. 2012. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282012000200004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 13 ago. 2020.

MUSTO, Marcello. **Trabalhadores, uni-vos!** São Paulo: Boitempo, 2014.

NOVAES, Henrique T. **O retorno do caracol à sua concha: alienação e desalienação em associações de trabalhadores!** Henrique T. Novaes (org.). São Paulo: Expressão Popular, 2011.

OLIVEIRA, T. B. DE. Algumas considerações sobre ações de governos estaduais e movimento operário em três capitais brasileiras (1906-1917). **História Social**, n. 13, p. 59-77, 2011.

OLIVEIRA, Ivan Thomaz Leite. **Definindo atitudes: Sindicalismo de intenção revolucionária e as escolas modernas de São Paulo (1900-1919)**, Marília – São Paulo, 2018.

PEREIRA, Joana Dias. O ciclo de agitação social global de 1917-1920, **Ler História**, p. 66, 2014. Disponível em: <https://journals.openedition.org/lerhistoria/720>. Acesso em: 04 jul. 2019.

PEREIRA, Victor. “**Pedro Augusto Motta: Militância Libertária e Verbo de Fogo**”. Dissertação de Mestrado em História, Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Ceará, UFC, Fortaleza, Brasil, 2013.

PETERSEN, S. R. F.; LUCAS, M. E. **Antologia do movimento operário gaúcho (1870-1937)**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS; Tchê, 1992.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Edição fac-similar de A Voz do Trabalhador**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado; Secretaria de Estado da Cultura; Centro de Memória Sindical, 1985.

PROUDHON, Pierre-Joseph. **Do Princípio Federativo e da Necessidade de Reconstruir o Partido da Revolução**. São Paulo: Imaginário, 2001.

QUEIRÓS, César Augusto B. Grevistas e não grevistas: o operariado em Porto Alegre nas grandes greves da Primeira República (1917-1919). **Politeia: História e Sociedade**, Vitória da Conquista, v. 13, n. 2, p. 229-253, 2013.

RAMOS, SAMIS. Renato. Alexandre. Domingos Passos: **O “Bakunin Brasileiro”** Federação Anarquista do Rio de Janeiro – FARJ. Rio de Janeiro: Editora Faísca, 2009.

REIS, João José. Quilombos e revoltas escravas no Brasil. **Revista USP**, São Paulo (28): 14-39, dezembro/fevereiro 1995/1996.

RODRIGUES, Edgar. **Alvorada operária: os congressos operários no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Mundo Livre, 1979.

SAES, Décio. Classe Média e políticas de classe (uma nota teórica). **Revista Contraponto**, n° 2, Rio de Janeiro, 1977.

SAFFIOTI, H.I.B. O trabalho da mulher no Brasil. **Perspectivas**, São Paulo, 5115-135, 1982.

SAMIS, Alexandre. “Pavilhão Negro sobre Pátria Oliva”. In: COLOMBO, Eduardo (org.). **História do Movimento Operário Revolucionário**. São Paulo: Imaginário, 2004.

SAMIS, Alexandre. **História do Anarquismo**. Trad. Plínio Augusto Coelho. São Paulo: Faísca: Imaginário, 2008.

SAMIS, Alexandre. “Anarquismo, “Bolchevismo” e a crise do sindicalismo revolucionário.” In: ADDOR, Carlos; DEMINICIS, Rafael. **História do anarquismo no Brasil** (volume dois). Rio de Janeiro: Achiamé, 2009.

SAMIS, Alexandre. **Sindicalismo e Anarquismo no Brasil**, 2013.

SAMIS, Alexandre. **Minha pátria é o mundo inteiro**. Neno Vasco, o anarquismo e o sindicalismo revolucionário. São Paulo: Intermezzo Editorial, 2018.

SAMIS, Clevelândia: **Anarquismo, Sindicalismo e Repressão Política no Brasil**. São Paulo: Imaginário, 2002.

SANTOS, Kauan Willian. **Apontamentos sobre a construção do internacionalismo anarquista e sua disseminação e caráter no sul global: o caso brasileiro em perspectiva (1880-1910)**, 2014. Disponível em: [http:// academia.edu](http://academia.edu). Acesso em: 12 dez. 2020.

SANTOS, Kauan Willian. Uma pedra no sapato: Anarquismo e o sindicalismo revolucionário da década de 1920 no Brasil e suas conexões translocais de práticas e ideias além do eixo Rio – São Paulo. **Revista Hydra**, Vol. 3, N°6. julho de 2019.

SANTOS, Kauan Willian dos. Derrubando fronteiras: a construção do jornal A Plebe e o internacionalismo operário em São Paulo (1917-1920). **História e Cultura**, Franca, v. 4, n. 1, p. 122-139, mar. 2015.

SANTOS, Kauan Willian dos. “**Paz entre nós, guerra aos senhores**”: as intencões de organização política através da Aliança Anarquista e o Sindicalismo Revolucionário em São Paulo durante a primeira guerra mundial, 2016. Disponível em: <https://ithanarquista.files.wordpress.com/2016/06/kauan-william-dos-santos-paz-entre-nos-guerra-aos-senhores3.pdf>.

SANTOS, Hamilton Moraes Theodoro. A Insurreição anarquista de 1918. **Revista Crítica Histórica**. Ano XI, Volume 21, 2020.

SEABRA, Eliane Pires. **O Movimento Operário na Primeira República**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011.

SEYFERTH, Giralda. Os paradoxos da miscigenação: observações sobre o tema da imigração e raça no Brasil”. **Estudos Afro-Asiáticos**, n° 20, Rio de Janeiro, 1991.

SCHMIDT, Michael; VAN DER WALT, Lucien. **Black Flame: the revolutionary class politics of anarchism and syndicalism**. Oakland: Ak Press, 2009. p.71 Tradução nossa.

TOLEDO, Edilene. Perseu: **História, Memória e Política**, 2013. Disponível em: revistaperseu.fpabramo.org.br. Acesso em: 17 mar. 2020.

TOLEDO, Edilene. **Estudos Históricos Rio de Janeiro**, vol. 30, n° 61, p. 497-518, maio-agosto 2017.

VALENTE, S.M.P. O movimento anarquista no Brasil. **Semina: Cio SocJHum**. Londrina, v. 15, n. 3, p.260-269, set.1994.

VAN DER LINDEN, Marcel. Globalizando a Historiografia das Classes Trabalhadoras e dos Movimentos Operários: Alguns pensamentos Preliminares. Trajetos. **Revista de História UFC**. Fortaleza, vol. I, n° 2, 2002.

VASCO, Neno. **O anarquismo no sindicato**. A Voz do Trabalhador - Órgão da Confederação Operária Brasileira. Rio de Janeiro, ano VI, n. 38, 1 de setembro de 1913.

VITORINO, Artur José Renda. **Escravidão, proletários e a Greve dos compositores Tipográficos de 1858 no Rio de Janeiro**. Cad. AEL, v.6, n.10/11, 1999.

WILLIAMS, Eric. **Capitalismo e Escravidão**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

WOODCOCK, George. **História das ideias e movimentos anarquistas - Vol. 2, O movimento**. Porto Alegre: L&PM, 2002.